

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS

Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann

**ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ESTUDO DE CASO DO IFFar, NO
PERÍODO DE 2014 A 2019.**

Santa Maria, RS

2021

Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann

**ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ESTUDO DE CASO DO IFFar, NO
PERÍODO DE 2014 A 2019.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Área de Concentração em Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kalinca Léia Becker

**Santa Maria, RS, Brasil
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

Weizenmann, Fabiane Barbosa de Almeida
ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ESTUDO DE CASO DO IFFar, NO
PERÍODO DE 2014 A 2019. / Fabiane Barbosa de Almeida
Weizenmann.- 2021.
174 p.; 30 cm

Orientadora: Kalinca Léia Becker
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2021

1. Orçamento Público 2. Assistência Estudantil 3.
Instituto Federal Farroupilha I. Becker, Kalinca Léia
II. Título.

Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann

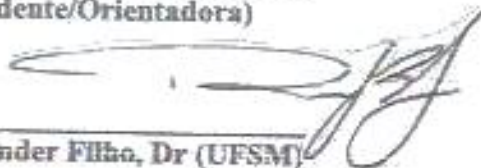
**ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ESTUDO DE CASO DO IFFar, NO
PERÍODO DE 2014 A 2019.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Área de Concentração em Ferramentas de Avaliação e Controle da Gestão Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Organizações Públicas.

Aprovada em: 18 de março de 2021.



Kaline Léia Becker, Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Reisoli Bänder Filho, Dr (UFSM)



Taciana Mareth, Dr^a (UNISINOS)

Santa Maria, RS
2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por me permitir chegar até aqui com saúde, pelo Seu cuidado e proteção. À minha mãe, meu pai, meus dois irmãos, Rodrigo e Michele, por estarem sempre comigo e por serem sempre meu ponto de apoio e proteção.

Agradecer ao meu esposo Carlos Eduardo Weizenmann, pelo incentivo, por acreditar que eu conseguiria realizar esse sonho, quando eu já havia deixado de acreditar. Obrigada pela amizade, companheirismo, pelo grande apoio e por estar junto de mim nesta caminhada.

Obrigada a minha orientadora, Prof^a Dra. Kalinca Léia Becker, por encarar comigo uma mudança completa de projeto de pesquisa, pela paciência, dedicação e por sempre estar disposta a me ouvir e me ajudar.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Gestão de Organizações Públicas pelas discussões, ensinamentos e sugestões, muito obrigada.

Obrigada à Prof^a Kelmara Mendes Vieira, por suas contribuições na fase da qualificação, ao Prof^o Reisoli e a Prof^a Taciana, por aceitarem me auxiliar neste projeto e pela disponibilidade de participar da banca de defesa.

Obrigada aos meus colegas de mestrado, pela parceria na realização dos trabalhos, pelas conversas, pelas trocas de conhecimentos, e em especial a minha colega Jane, pela amizade que construímos, que perdurará para toda a vida.

Obrigada aos meus colegas Renan, Fábio Flores, Daniel, Larissa e Rosiclei, servidores da Direção de Administração, do IFFar Campus Jaguari, que não mediram esforços, se desdobrando no atendimento das demandas de trabalho, para que eu pudesse me ausentar para qualificação, pelo período de dois anos. Um agradecimento especial, a minha colega Tarizi Ciocari, pela ajuda com o projeto para a seleção do mestrado. Também agradeço ao colega de instituição, Hermes, por me enviar as planilhas da AE. Tenho uma grande gratidão por cada um de vocês, reconhecendo o papel que cada um desempenhou neste processo, e que nossa relação possa ser sempre de amizade e parceria.

Obrigada ao IFFar, pela concessão de afastamento integral para qualificação, pois sem esta oportunidade talvez eu não conseguisse conciliar as aulas, o trabalho e os cuidados com minha doce Isabelly.

Obrigada a minha filha Isabelly, que apesar de seus 2 aninhos, soube, do seu jeitinho, entender as ausências da mamãe, nos momentos de estudo. Você é a parte mais forte e sensível de mim e é por você que tudo que faço tende a ser sempre o melhor.

E por fim, eu fui uma grande beneficiada pelas políticas de assistência estudantil da UFSM, em 1999, quando ingressei na graduação e tenho uma imensa gratidão por isso.

RESUMO

ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ESTUDO DE CASO DO IFFar, NO PERÍODO DE 2014 A 2019.

AUTORA: Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann

ORIENTADORA: Kalinca Léia Becker

As matrículas da educação superior, no Brasil, vêm apresentando um aumento considerável, decorrente das várias políticas do Governo Federal e das ações que visam melhorar o acesso aos cursos de graduação. Dentre essas ações, destacam-se a implantação do REUNI e a criação dos Institutos Federais, que expandiu o número de vagas, e ainda, a instituição do PNAES, que proporcionaram mais chances aos alunos, com dificuldades socioeconômicas, de ingressar num curso superior. Porém, juntamente com as iniciativas de expansão dos cursos de graduação, surgiu a preocupação em relação aos recursos necessários para auxiliar os discentes a permanecerem e concluírem seus cursos, notadamente a partir do ano de 2008, período em que o país vivenciou uma queda nas arrecadações e um crescimento contínuo dos gastos públicos, resultando em menos recursos disponíveis para investimentos em políticas governamentais. Nesse cenário, a política de atendimento aos discentes, quase que totalmente condicionada às questões orçamentárias, passou a ter suas metas contingenciadas, sendo que as instituições federais de ensino precisaram revisar e replanejar suas estratégias. Desta forma, esta dissertação tem como principal objetivo, analisar se os recursos financeiros influenciaram na execução das ações da AE. Para tanto, a metodologia deste estudo consistiu em pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso, com a aplicação de questionários estruturados, destinados aos Coordenadores da Assistência Estudantil (CAE), de todos os campi da instituição. A conclusão da pesquisa é de que, no IFFar, todos os esforços foram dispendidos na elaboração do planejamento das ações da AE, porém, os constantes cortes de repasses, realizados pelo MEC, inviabilizou a concretização de algumas metas estipuladas. Houve redução do orçamento destinado às IFES, nas áreas de investimentos e custeios, afetando a manutenção das atividades rotineiras e ações de ensino, pesquisa e extensão. Os recursos destinados à AE apresentaram crescimento positivo, em todo o período, possibilitando o aumento do nº de atendimentos, porém sendo destinados, praticamente, para atender as demandas de alimentação, auxílios, transporte e moradia estudantil. Os recursos da fonte orçamentária 2994 (Assistência aos Estudantes das IFE) foram insuficientes para todas as demandas discentes, sendo necessário o complemento com outras fontes. Embora o IFFar atue em um contexto de contingenciamento orçamentário, com constantes cortes de recursos, necessidades de remanejamentos e reprogramações, a AE realizou importantes ações previstas no PNAES, e mesmo trabalhando em um cenário de inseguranças e incertezas, há uma mobilização geral no intuito de atender as demandas dos alunos em condições de vulnerabilidade econômica e social.

Palavras-chave: Orçamento Público. Assistência Estudantil. Instituto Federal Farroupilha.

ABSTRACT

ANALYSIS OF FINANCIAL RESOURCES DESTINED TO STUDENT ASSISTANCE: IFFar CASE STUDY, IN THE PERIOD FROM 2014 TO 2019.

AUTHOR: Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann

ADVISOR: Kalinca Léia Becker

Higher education enrollments in Brazil have shown a considerable increase, due to the various policies of the Federal Government and actions aimed at improving access to undergraduate courses. Among these actions, we highlight the implementation of REUNI and Federal Institutes, which expanded the number of vacancies, and also, the creation of PNAES, which provided more chances to students with socioeconomic difficulties to enter a higher education course. However, together with the initiatives to expand undergraduate courses, there was a concern about the resources needed to help students stay and complete their courses, notably from the year 2008, a period in which the country experienced a drop in tax revenues and continued growth in public spending, resulting in fewer resources available for investment in government policies. In this scenario, the policy of attending students, almost entirely conditioned to budgetary issues, started to have its goals contingent, and the federal educational institutions needed to review and redesign their strategies. In this way, this dissertation has as main objective to analyze if the financial resources influenced in the execution of the actions of AE. To this end, the methodology of this study consisted of bibliographic research, document analysis and case study, with the application of structured questionnaires, applied to the Student Assistance Coordinators (CAE) of all the institution's campuses. The conclusion of the research is that, at IFFar, all efforts were expended in preparing the planning of AE's actions, however, the constant cuts in transfers, carried out by the MEC, made it impossible to achieve some of the stipulated goals. There was a reduction in the budget allocated to IFES, in the areas of investments and costs, affecting the maintenance of routine activities and teaching, research and extension actions. The resources destined to AE showed positive growth, throughout the period, allowing an increase in the number of attendances, but being practically destined to meet the demands of food, aid, transportation and student housing. The funds from budget source 2994 (Assistance to IFE Students) were insufficient for all student demands, requiring complementation with other sources. Although IFFar operates in a context of budgetary constraints, with constant cuts in resources, needs for relocations and rescheduling, AE carried out important actions foreseen in the PNAES, and even working in a scenario of insecurities and uncertainties, there is a general mobilization in order to meet the demands of students in conditions of economic and social vulnerability.

Keywords: *Public Budget. Student Assistance. Farroupilha Federal Institute.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo integrado de planejamento e orçamento	33
Figura 2 - Conjunto do Processo de Gestão	35
Figura 3 - Distribuição Geográfica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	46
Figura 4 - Reitoria e Campi do IFFar	50
Figura 5: Benefícios estabelecidos no PNAES.....	62
Figura 6: Programas desenvolvidos no IFFar.....	64
Figura 7: Procedimentos de coleta de dados.....	74
Figura 8: Coleta de dados de acordo com os objetivos propostos	76
Figura 9 - Desenho da Pesquisa	79
Figura 10 - Planejamento elaborado com base nas necessidades reais dos campi	111
Figura 11: Planejamento elaborado com participação de servidores CAE, discentes, docentes e representantes da comunidade.....	112
Figura 12 - Ações planejadas no contexto de cortes orçamentários	113
Figura 13 – Ações reprogramadas no contexto de cortes orçamentários	114
Figura 14: Programas mais afetados com o contingenciamento de recursos.....	114
Figura 15 - Recursos da AE para atendimento das necessidades dos campi.....	115
Figura 16 - Serviços reduzidos e/ou suspensos	116
Figura 17 - Implantação e qualificação de serviços de apoio didático-pedagógico	117
Figura 18 - Reflexo das reduções em Investimentos nas ações da AE.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Orçamento Público no Brasil – legislações	27
Quadro 2 - Critérios de Definição da Matriz de Distribuição de Orçamento	43
Quadro 3 - Programas de Assistência Estudantil do IFFar	66
Quadro 4 - Ações e Resultados dos Programas da AE IFFar, de 2014 – 2019	67
Quadro 5 - Metas e Estratégias do Programa de Permanência e Êxito do IFFar, 2014 a 2019....	69
Quadro 6 - Modelo de Relatório de Ações e Resultados.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo do Plano de Ação Orçamentário Anual de 2014-2019: Assistência Estudantil.....	81
Tabela 2 - Plano de Ação Extraorçamentário Anual 2014-2019	87
Tabela 3 - Projeção Orçamentária PDI 2014-2018 (valores nominais e reais*), por natureza de despesa x Empenhos 2014-2019: Auxílio Financeiro a Estudantes	88
Tabela 4 - Projeção Orçamentária Plano de Ações x Despesas Empenhadas 2014-2019 (em milhões)	90
Tabela 5 - Orçamento total do IFFar, por dotação (em milhões), de 2014 a 2019.....	93
Tabela 6 - Percentual dos Grupos de Despesas, em Relação às Despesas Empenhadas	94
Tabela 7 - Gastos Correntes por Aluno	96
Tabela 8 - Evolução do Orçamento de Custeio das principais ações (em milhões)	97
Tabela 9 - Execução Orçamentária (em milhões) da Ação 2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação	98
Tabela 10 - Desdobramento por Natureza de despesa – Auxílio Financeiro a Estudantes por campus (em mil)	99
Tabela 11 - Atendimentos da AE de 2014 a 2019	100
Tabela 12 - Orçamento Executado com Moradia Estudantil, Alimentação e Auxílios Financeiros a Estudantes do IFFar	100
Tabela 13 - Comparativo Orçamento AE x Moradia, Alimentação e Auxílios	102
Tabela 14 - Orçamento Executado (em milhões) - Moradia Estudantil x Alunos atendidos na moradia	103
Tabela 15 - Número de alunos atendidos pela Moradia Estudantil, em cada campi	103
Tabela 16 - Recursos empenhados com Alimentação	105
Tabela 17 - Comparativo Recursos da AE x Recursos Alimentação	106
Tabela 18 - Auxílio Financeiro aos Estudantes	107
Tabela 19 - Modalidades de Auxílios Concedidos pelo IFFar de 2014 a 2019.....	108
Tabela 20 - Atenção à Saúde	109
Tabela 21- Promoção do Esporte, Cultura e Lazer - Apoio didático-pedagógico	110
Tabela 22 - Modelo Acompanhamento das Ações da Moradia Estudantil	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo entre Projeção Orçamentária x Despesas Empenhadas	91
Gráfico 2 - Orçamento total por Grupo de despesa (em milhões), de 2014 a 2019	95
Gráfico 3 - Percentual do Orçamento Executado Moradia, alimentação e Auxílio em Relação ao Orçamento Total da AE	101
Gráfico 4 - Recursos empenhados com Moradia Estudantil em cada campi	104
Gráfico 5 - Alunos Atendidos com Alimentação	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	21
1.3 OBJETIVOS	24
1.3.1 Objetivo geral	24
1.3.2 Objetivos específicos	24
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	25
2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	26
2.1 O ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL	26
2.1.1 Princípios Orçamentários	29
2.1.2. Sistema Orçamentário brasileiro – PPA, LOA e LDO	31
2.1.3 O planejamento do orçamento e a execução orçamentária	34
<i>2.1.3.1 Planejamento e execução do Orçamento em Instituições Públicas</i>	<i>36</i>
2.2 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	40
2.2.1 Financiamento da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica	41
2.3. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	45
2.3.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar	48
<i>2.3.1.1 O Plano de desenvolvimento institucional – PDI- do IFFar: um instrumento de planejamento e gestão</i>	<i>52</i>
2.4 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	55
2.4.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	60
<i>2.4.1.1 O PNAES no IFFar</i>	<i>63</i>
3 MÉTODO DO ESTUDO	71
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	71
3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	73
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	80
4.1. ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA CONCRETIZAR AS AÇÕES PLANEJADAS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	80
4.2. COMPARATIVO ENTRE A PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AS DESPESAS EXECUTADAS	88
4.3. AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EXECUTADAS NO IFFar	92
4.4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFFar NO CONTEXTO DE CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DAS COORDENAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	111
4.5. PROPOSTA DE MELHORIAS A PARTIR DOS RESULTADOS OBTIDOS	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	142
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	149
ANEXO A - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS IFFAR 2014 - 2018	150
ANEXO B - Diretrizes para Elaboração do PDI – SESU/MEC, 2004	152
ANEXO C – AÇÕES PLANEJADAS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	154

1 INTRODUÇÃO

A educação é essencial ao ser humano, contribui para o desenvolvimento do país e de cada indivíduo, e está assegurada no art. 205 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, como sendo um direito fundamental de todos, e um dever do Estado e da família, a base para o desenvolvimento do indivíduo, tanto para exercer a cidadania, quanto para a formação para o trabalho (BRASIL, 1988). Nesse viés, é importante ressaltar, que a ascensão dos países que ocupam, hoje, o topo da hierarquia mundial da riqueza, foi possível devido aos investimentos em educação, com ênfase na universalização da educação básica e na erradicação do analfabetismo, e ao papel dado à educação superior, de fornecer meios para colocar esses países na fronteira do desenvolvimento científico-tecnológico (COBUCCI, 2002).

No Brasil, no que se refere à educação superior, as matrículas do sistema público apresentaram um incremento de 134,5%, entre os anos de 1995 e 2010, crescimento esse justificado pelas várias políticas do Governo Federal, que possibilitaram a expansão da Rede Federal de Educação Superior, dentre as quais o Programa REUNI¹, criado pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Os principais objetivos do programa em relação à graduação foram: aumentar o número de estudantes nas universidades federais, aumentar a relação de alunos por professor em cada sala de aula, diversificar as modalidades dos cursos e elevar a taxa de conclusão desses cursos para 90%. Esse foi um audacioso programa criado pelo Governo Federal, sendo que as universidades aderiram a tais metas, porém com a promessa de que o governo aumentaria os recursos, condicionando o acréscimo estipulado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação - MEC (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Seguindo as ações que visavam melhorar o acesso aos cursos de graduação, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC. A Rede Federal é constituída por instituições públicas de ensino, dentre as quais destacando-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados com o objetivo de oferecer educação superior, básica e profissional, com atuação nas diferentes modalidades de ensino e

¹ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Instituído pelo Governo Federal do Brasil por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Fonte: MEC (2007b).

desempenhando um importante papel na nova política de educação profissional e tecnológica do Brasil (BRASIL, 2008).

A criação dos Institutos Federais foi uma importante ação do Governo Federal, não só para expandir o acesso ao ensino superior, mas também para mudar o perfil dos estudantes que até então chegavam a essa modalidade de ensino, visto que, somente após a implantação do REUNI e do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, é que alunos advindos de famílias, com dificuldades socioeconômicas, puderam ter acesso à educação superior (SILVA, et al., 2017). No entanto, em virtude de a maior parte das ações desenvolvidas na área da assistência estudantil (AE) demandar recursos financeiros, “seja para repasses aos alunos, seja para pagamento de prestadores de serviços” (FELIPPE e SILVA, 2018, p. 99), as iniciativas de expansão, não só resultaram no aumento de vagas, mas também fizeram surgir a preocupação em relação aos recursos necessários para a permanência desses discentes nas instituições públicas federais (FELIPPE e SILVA, 2018).

Segundo Giacomoni (2019), essa preocupação se intensificou diante do cenário fiscal vivenciado no Brasil, a partir do ano de 2008, que apresentou consideráveis alterações devido à queda nas arrecadações e ao crescimento contínuo dos gastos públicos, notadamente àqueles de natureza obrigatória, como folha de pagamento dos servidores. No orçamento federal, 90% das despesas primárias são de execução obrigatória e o percentual restante é constituído por despesas destinadas à manutenção das atividades das instituições, por isso, qualquer ação governamental, em relação ao orçamento das despesas obrigatórias, assume um grau de rigidez e inflexibilidade, tão elevado, que torna a redução do déficit, mesmo que em percentuais mínimos, uma tarefa muito difícil.

Historicamente, o Estado não priorizava no seu orçamento ações desenvolvidas nas áreas de AE, fornecia alguns benefícios pontuais e não havia uma determinação legal sobre como elas seriam financiadas. No entanto, a partir do PNAES, em 2007 (vigência em 2008), recursos específicos, para a AE, passaram a integrar o planejamento do orçamento do MEC, sendo direcionados pelo governo, para promover a permanência dos estudantes nas instituições (FELIPPE e SILVA, 2018).

Em relação ao Orçamento Anual, o MEC repassa para as Instituições Federais de Ensino (IFES) recursos a fim de financiar suas atividades, como as ações do PNAES, para os estudantes de graduação (FELIPPE e SILVA, 2018). Dentre essas IFES estão os Institutos Federais, instituições mantidas pelo orçamento público central, sendo que o ensino oferecido se consolida

como uma política pública, não somente por estar vinculada ao orçamento e recursos de natureza pública, mas também por estar comprometida com o todo social. Ainda, por estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional), de modo a provocar impactos nesse universo, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária, oferecendo dessa forma, ações concretas das atuais políticas para a educação brasileira (BRASIL, 2010a).

A partir do exposto, destaca-se que, o presente trabalho será desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, autarquia subordinada ao Governo Federal, vinculada ao Ministério da Educação, integra o Orçamento Geral da União, em decorrência do Princípio da Unidade. Está caracterizada como instituição *multicampi*, atua no Rio Grande do Sul, sendo constituída pela Reitoria, localizada na cidade de Santa Maria e mais 11 unidades², distribuídas por 11 cidades, e ainda Centros de Referência, fazendo uso de parcerias com prefeituras para a expansão de suas atividades (IFFar, 2018c).

O IFFar tem como um de seus compromissos, a formação humanística e integral dos discentes, configurando-se como missão institucional. A fim de realizar e aperfeiçoar essa missão, realiza, por meio da AE, atividades com base nas diretrizes PNAES de 2010. O Programa de Assistência Estudantil (PAE) foi aprovado pelo Conselho Superior em 2012, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, contribuindo para a sua permanência nos cursos e minimizando as situações que poderiam causar retenção e evasão. Desta forma, desenvolve ações voltadas à: moradia estudantil, segurança alimentar e nutricional, auxílio financeiro aos estudantes, atenção à saúde, promoção do esporte, cultura e lazer, apoio didático pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (IFFar, 2019b).

Para viabilizar essas ações, cada campus possui em sua estrutura organizacional uma equipe multidisciplinar, vinculada à Coordenação de Assistência Estudantil - CAE, formada por médico, nutricionista, enfermeiro, assistente social, odontólogo e assistentes de alunos, que de forma articulada com os demais setores, atua em “assuntos relacionados ao acesso, permanência, êxito e participação dos estudantes no espaço escolar, na perspectiva de inclusão social” (IFFar, 2019b, grifo do autor).

² Os 10 *campi* estão situados nas seguintes cidades: Jaguari, Júlio de Castilhos, São Vicente do Sul, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, Frederico Westphalen, Alegrete, São Borja. Os Centros de Referência estão nas cidades de Candelária, Santiago, Carazinho, Não-Me-Toque, Rosário do Sul, São Gabriel e Quaraí. Ainda há o Campus Avançado Uruguaiana, vinculado ao orçamento do Campus São Borja (IFFar, 2018c).

Então, diante do contexto da relevância que as ações da AE têm para os discentes, em relação à permanência e conclusão dos cursos, da importância do orçamento no planejamento, execução e controle, bem como no fundamento de se planejar bem as ações, por meio de um PDI elaborado de forma objetiva e concisa, levando-se em conta as reais necessidades da instituição, é que surgiu a proposta deste estudo.

Para Galvão (2016), o PDI está consolidado como instrumento que norteia o planejamento estratégico e que permite a avaliação das IES, pelo MEC, ganhando “status de referencial norteador da qualidade institucional, sendo também adotado como instrumento de gestão pelos Institutos Federais. Ainda destaca que:

O PDI precisa considerar as políticas públicas, as necessidades institucionais e as demandas da comunidade. Sua composição mínima é estabelecida pelo Decreto N.º 5.773/2006, que serve de guia para a elaboração do planejamento institucional. Esse documento orienta a avaliação institucional e de cursos, bem como, norteia os rumos que a IES precisa seguir (GALVÃO, 2016, p. 31).

Deste modo, com base nas orientações de elaboração, são determinados 10 eixos temáticos, que devem ser contemplados, sendo que dentre esses eixos encontram-se as Políticas de Atendimentos aos Discentes. O IFFar tem como proposta de trabalho, desse eixo, complementar, aperfeiçoar e qualificar a oferta de educação básica, profissional e superior, com atuação direcionada para garantir as condições de permanência e êxito dos alunos (IFFar, 2019b).

As questões orçamentárias condicionam, quase que totalmente, a efetivação das políticas governamentais, dentre elas, a política de atendimento aos discentes, nas universidades e nos institutos federais, visto que praticamente todas as ações desenvolvidas, na área da AE, dependem de recursos financeiros, seja para o fornecimento de alimentação, seja para a oferta de moradia estudantil ou ainda para o repasse financeiro aos alunos, por meio de auxílios ou bolsas de estudos (FELIPPE e SILVA, 2018). Portanto, apesar de a AE ser uma política recente, e seus avanços serem visíveis, suas ações ainda necessitam de fortalecimento, para que continue a garantir oportunidades iguais para todos os estudantes. Para tanto, analisar as ações executadas, diante do que foi planejado no período, permite o acompanhamento da operacionalização dessa política, mas também permite repensar a forma como suas ações vêm sendo planejadas.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

As instituições públicas de educação estão à disposição da comunidade de forma gratuita, porém, para se manterem em funcionamento, precisam de recursos financeiros, fundamentais não só para a administração e manutenção das suas atividades cotidianas, mas também para a aplicação em novos investimentos, como obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos para laboratórios, essenciais para que ensino, pesquisa e extensão sejam disponibilizados com o mínimo de qualidade.

No período de 2013 a 2017 estabeleceu-se, no Brasil, um cenário de sérias restrições de recursos, para as universidades e os institutos federais de educação, sendo que em 2017, por exemplo, o orçamento dessas instituições foi aprovado com redução nas áreas de investimentos e de custeio, e mesmo depois de aprovado ainda sofreu contingenciamento. Esse cenário traz para a discussão, a não tão distante, possibilidade de interrupção do processo de expansão dessas instituições, especialmente dos institutos federais, criados recentemente, visto que já há dificuldades para a manutenção das suas atividades (PROIFES, 2017).

Essa situação pode ser evidenciada, por meio da análise das despesas que mais evoluíram, referentes ao orçamento consignado na LOA do IFFar, no período de 2014 a 2019, destacando-se às relacionadas diretamente a gastos com pessoal, contrapondo-se aos investimentos, que apresentaram acentuada queda. É importante salientar que, 83% do orçamento de 2018, foi destinado ao pagamento de despesas vinculadas ao gasto com pessoal, como salários, encargos sociais, aposentadorias e pensões.

Se a execução total de despesas do órgão apresentou um crescimento, passando de R\$ 184,93 milhões, em 2014, para R\$ 290,71 milhões, em 2018, situação oposta pode ser vista em relação aos investimentos, que apresentaram, no mesmo período, uma drástica redução, de R\$ 20,97 milhões, para R\$ 4,75 milhões, evidenciando que a crise econômica e a redução de arrecadação do Estado trazem reflexos significativos às instituições de ensino, inviabilizando algumas ações importantes, tanto para a manutenção quanto para a implantação de novos projetos (IFFar, 2019a).

A situação orçamentária da educação no Brasil é precária, pois segundo o informativo técnico da Câmara dos Deputados, em 2019, os investimentos foram reduzidos nos três níveis de ensino: básico, técnico e superior. Já quanto ao orçamento total da área, houve uma redução

de 11,7% (de R\$ 117,3 bilhões para R\$ 103,5 bilhões), no mesmo período (CONOF, 2019). Ao encontro dessa informação, o Relatório de Gestão do IFFar (IFFar, 2019a, p. 41) evidencia que “as despesas com os investimentos tiveram uma redução drástica, passando de R\$ 20,97 milhões, em 2014, para R\$ 4,75 milhões, em 2018, correspondente a uma redução de aproximadamente 77%”, o que prejudica o atendimento de aquisições de equipamentos, mobiliários e infraestruturas necessárias para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação ao orçamento destinado à AE, destaca-se que, em 2017, ele foi de R\$ 11,60 milhões, sofrendo uma pequena redução em 2018, passando a R\$ 11,43 milhões, redução justificada pela estabilidade do orçamento da Rede entre 2017 e 2018. No entanto, se levada em consideração a inflação de 2018, de 3,75%, essa diferença chega a R\$ 2,37 milhões, montante que possibilitaria atender algumas “demandas reprimidas” (IFFar, 2019a). Já em 2019 houve um aumento dos recursos, de 14%, passando a R\$ 13,04 milhões, com recuperação da redução apresentada no exercício anterior.

A partir da expansão da Rede Federal, houve um aumento expressivo no número de vagas nas escolas federais, porém no processo seletivo para a entrada dos alunos, àqueles que mais precisavam delas ainda se mantinham distantes, pois os alunos com mais êxito nos testes de seleção eram provenientes de melhores escolas. Então, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, instituiu o regime de cotas, para alunos oriundos de escolas públicas nos processos de seleção de universidades e escolas técnicas federais. Desta forma, estudantes em condições financeiras e sociais, menos favorecidas, puderam acessar uma modalidade de ensino, que até então estava restrita a uma classe elitizada, porém não bastava somente ter condições de acesso, era necessário ter condições de permanecer e concluir os cursos (TAUFICK, 2013).

Diante do cenário de restrições orçamentárias, e com a entrada crescente de egressos da rede pública, nas instituições da Rede Federal, houve a necessidade de consolidação e fortalecimento da PAE na Rede Federal (TAUFICK, 2013), visto que, no Brasil, ela tem o importante papel de auxiliar os estudantes do ensino superior a permanecerem e concluírem a graduação, surgindo como uma grande aliada para amenizar situações de vulnerabilidade (PINTO; DAVID; MACHADO, 2015). Nesse sentido, Llano (2020, p. 23) afirma que:

a implementação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social e contribuição para o desenvolvimento local e regional e a diminuição das desigualdades sociais.

Para tanto, e como estratégia de enfrentamento do perfil elitista e antipopular da educação brasileira, Correa (2020) destaca que, a partir de 2010, os governos brasileiros operacionalizam o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), por meio do PNAES, sendo ele um mecanismo de acesso ao direito fundamental à educação, visando garantir recursos necessários para suprir necessidades materiais, que influenciam no desempenho acadêmico e na evasão escolar, pelos estudantes. Deste modo:

O PNAES configura-se, portanto, como uma ação governamental de apoio à Política de Educação brasileira executada pelo nível federal. Essas definições, expressas no quadro normativo central, reverberaram nos quadros normativos secundários que instituíam as PAES dos Institutos pesquisados, sobretudo por meio de dispositivos regulatórios que exigem frequência e aproveitamento mínimos dos estudantes assistidos. Esses dispositivos normativos que exigem contrapartida apontam que tanto o PNAES quanto as Políticas de AE que se originaram a partir dele, mesmo que disponibilizem ações que socorram problemas materiais, não perdem seu foco na questão da conclusão do percurso formativo dos estudantes assistidos e, ao mesmo tempo, em certo aspecto, normatizam o comportamento do público a elas vinculados na direção do estudo e da conclusão do percurso formativo (CORREA, 2020, p. 114).

Desta forma, visando implementar as políticas de acesso e permanência, as instituições estipulam as metas e ações que almejam executar, por meio do planejamento estratégico, evidenciado no PDI, sendo definida a aplicação do orçamento (LUZ, 2014). Na busca pela excelência na educação, as ações são planejadas com o intuito de evitar desperdícios de recursos e de esforços, e por se tratar de um planejamento de longo prazo deve ser periodicamente revisado “com fim de adequar os objetivos e metas traçados ao atual momento da instituição” (IFFar, 2019b, p. 30).

De acordo com o estudo realizado por Correa (2020), que teve como objetivo principal, analisar o processo de implementação do PNAES nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, os três institutos (IFFar, IFRS e IFSul) demonstraram insuficiências de recursos, tanto humanos, quanto financeiros, para o atendimento das demandas da AE. E por essa razão, são definidas ações prioritárias a serem atendidas, dando-se especial atenção às questões relacionadas à alimentação, no caso do IFFar, e alimentação, transporte e moradia, no IFRS e no IFSul.

No ano de 2013, o IFFar elaborou seu segundo PDI, com base na metodologia desenvolvida pelo Fórum de Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de EPTC. Após a constituição de uma comissão central e comissões específicas, foram discutidos temas e elaboradas minutas, a fim de nortear as ações institucionais. Nesse documento foram definidos os objetivos, metas e estratégias a serem executadas, no período de 2014 a 2019, sendo suas

ações orientadas para a visão, missão e valores institucionais, com o objetivo de promover o crescimento e atender as demandas da sociedade. Dentre os objetivos estabelecidos, encontra-se o de “Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do Instituto Federal Farroupilha”, que visa disponibilizar recursos para diminuir a desigualdade social e colaborar com a inclusão social e com a melhoria de vida, por meio da educação (IFFar, 2014a).

Por fim, enfatiza-se que a questão orçamentária tem um importante papel na oferta de serviços, pela AE, pois a maior parte das ações desenvolvidas na área demandam recursos financeiros. Apesar de o PNAES garantir condições de permanência material dos estudantes, oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, o valor recebido por matrícula pode não ser suficiente para o atendimento a todos os estudantes, talvez nem mesmo para o público prioritário (IFFar, 2019a).

1.2 JUSTIFICATIVA

A atividade financeira, exercida pelo Estado, tem o objetivo de atender a população, por meio do fornecimento de serviços públicos que satisfaçam às necessidades da coletividade, que só é possível mediante a arrecadação de recursos, as chamadas receitas públicas. Então, para suprir as demandas, o Governo necessita gerir e planejar a execução de seus recursos, e faz isso por meio do Orçamento Público, utilizando das funções do estado como: função alocativa, distributiva e estabilizadora para intervir na economia e promover o bem comum. Para que o Governo efetive seus programas e ações ele necessita de recursos, que ao serem aplicados transformam-se em despesas públicas, que devem, necessariamente, constar no Orçamento Anual, não sendo possível sua realização se não estiver autorizada pela Lei de Orçamento Anual - LOA (PALUDO, 2013).

Desta forma, a partir de 2008, a LOA passou a contemplar uma fonte específica de recursos para atender as políticas de AE, sendo que o valor é calculado com base no número de alunos de cada campus, multiplicando o valor médio da AE, calculado para toda a Rede Federal, por um fator baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do município no qual o campus está localizado. Por isso, instituições localizadas em municípios mais pobres, que a média geral, recebem um valor maior de assistência (SOTT, 2018).

Então, com a implantação do PNAES, a permanência de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, passou a ganhar apoio, pois o objetivo do programa é possibilitar que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, criando medidas que visam combater a repetência e a evasão escolar (BRASIL, 2010a). Os recursos para o PNAES são repassados diretamente às instituições federais de ensino superior, que têm autonomia para executar as ações de assistência estudantil. O art. 8º do Decreto nº 7.234 determina que:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010a).

Diante das estratégias estipuladas no PDI, para o eixo de Políticas de Atendimento aos Discentes, do cenário de contingência orçamentária, vivenciado no Brasil a partir de 2008, e da necessidade de recursos financeiros para executar as ações planejadas para a AE, surgiu a necessidade de realizar este estudo. Por ser o IFFar, uma instituição mantida por recursos públicos e que desempenha um importante papel para a educação da região e do país, é importante salientar, que erros decorrentes de planejamentos, muitas vezes distantes de serem executados, ou ainda recursos insuficientes, podem prejudicar a gestão e impossibilitar a concretização de planos, que visam beneficiar uma importante parcela da sociedade.

Desde o final de 2013, o IFFar tem enfrentado grandes desafios quanto às questões de execução orçamentária e financeira, sendo que no exercício de 2015 ocorreu o ápice da crise de recursos, o que impactou de modo negativo os exercícios subsequentes, tornando a gestão orçamentária mais instável em virtude das sequências de contingenciamentos. No entanto, a instituição, como forma de segurança, e agindo com prudência, a fim de garantir o andamento das ações, planeja as despesas com uma margem de 10%, o que não consegue, por si só, cessar o sentimento de insegurança, quanto aos prazos legais para pagamento de fornecedores e quanto à execução de todas as ações planejadas (IFFar, 2019a).

Outro aspecto de relevância deste estudo, diz respeito ao interesse em verificar se os recursos aplicados na AE estão atendendo as demandas dos discentes, e se estão contribuindo de forma positiva, para que a instituição prossiga no seu compromisso de formação humanística e integral de seus alunos, “priorizando uma formação contextualizada, com conhecimentos,

princípios e valores, que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos” (SOARES, 2017, p. 25) e também porque:

Devido a expansão das Instituições Federais de Ensino, a Assistência Estudantil vem sendo tema de interesse em estudos mais recentes, especialmente na última década. Dentre os pesquisadores nacionais desta área, Malacarne (1997), Araújo (2003), Kowalski (2012), discutem a política sob a perspectiva da garantia de direitos e da cidadania; Ramos (2012), Ramalho (2013), Magalhães (2013), Pereira, Tinoco e Alloufa (2014) debatem a assistência estudantil a partir da avaliação da execução da política em determinada instituição ou a partir de um programa ou ação específicos. Em seus estudos procuram mensurar a contribuição ou a eficácia da política na garantia da permanência dos beneficiários na instituição e/ou o diferencial que representam no seu rendimento acadêmico. Vargas (2010) propõe estudo com egressos da AE a fim de verificar sua inserção no mercado de trabalho. Vasconcelos (2010) propõe uma análise histórica da evolução da política no decorrer do desenvolvimento da educação superior no Brasil (VARGAS, 2017, p. 5).

Diante de alguns estudos, como o de Sott (2018), que analisa o modelo de gestão do programa de alimentação estudantil, do IFFar, e de Llano (2020), que analisa a implementação da Política de AE do IFFar nos campi da região noroeste do RS, verifica-se que o viés trabalhado foi pontual, selecionando e analisando algumas áreas do PNAES, ou ainda, que o campo de estudo concentrou-se em apenas determinados campi da instituição. No entanto, na proposta deste estudo, o objeto direciona-se aos recursos financeiros destinados à concretização de todos os programas previstos no PNAES, com foco em todos os campi do IFFar, trabalho semelhante ao realizado por Correa (2020), que analisou o processo de implementação do PNAES, nos três Institutos Federais do Rio Grande do Sul.

Desta forma, como na pesquisa de Llano (2020), porém de modo mais abrangente, esta pesquisa visa destacar as experiências na gestão e execução dos recursos financeiros destinados à AE, possibilitando reflexões sobre os anseios, dificuldades, limites e possibilidades desta importante política educacional e sua importância para a permanência dos estudantes no IFFar.

Correa (2020, p. 176) ainda destaca que:

A questão dos montantes financeiros oriundos do PNAES para execução das PAEs dos IFs que atuam no RS contribuiu, em certa medida, para o campo da assistência estudantil ganhar espaço dentro dos aparatos de gestão. Ao longo da pesquisa de campo evidenciou-se, nas falas dos burocratas de médio escalão e dos burocratas do nível de rua, a relevância de uma verba destinada especificamente para o campo da AE.

Do ponto de vista acadêmico este trabalho irá contribuir para o avanço nos estudos em relação à eficiência do PDI, notadamente no que diz respeito à implementação e

acompanhamento das políticas públicas, em especial às voltadas ao atendimento das demandas estudantis, inseridas em um cenário de escassez de recursos. Em relação à AE, o entendimento da contribuição desse tema vai ao encontro do que afirma Correa (2020), quando menciona que ela ainda é uma política pouco explorada no campo científico, visto sua importância como Política Pública de Educação gratuita, e que se constitui como um dos possíveis caminhos para a inclusão social.

Já do ponto de vista prático, este estudo é relevante para a gestão das instituições federais de ensino, especificamente, do IFFar, pois é possível identificar quais metas estabelecidas no PDI foram concretizadas, e a partir de então aperfeiçoar e corrigir as deficiências, bem como avaliar se a necessidade de remanejamento de ações decorre da formulação do planejamento ou em virtude de questões orçamentárias.

Minha formação na graduação foi possível, em grande parte, pelo auxílio que recebi da AE, visto que pela condição econômica em que eu me encontrava, não teria sido possível, pelo menos nos anos iniciais, cursar o ensino superior. Decorrido meu percurso profissional, prestei concurso para uma instituição de educação e tenho contato direto com o setor de assistência estudantil, do campus no qual trabalho. Sou testemunha do importante papel que este setor desempenha na vida de estudantes, que não teriam seu sonho de cursar uma graduação concretizado, se não fosse os recursos dispendidos na concretização das ações, notadamente no que diz respeito ao fornecimento de alimentação, à moradia estudantil e a concessão de bolsas e auxílios financeiros.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a execução orçamentária dos recursos destinados à Assistência Estudantil, do IFFar, no período de 2014 a 2019, a fim de identificar se atenderam o objetivo estratégico estabelecido no PDI.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os recursos financeiros necessários para concretizar as ações planejadas para a Assistência Estudantil;
- b) Comparar a projeção orçamentária e as despesas executadas para as principais estratégias estabelecidas no PDI, para a Assistência Estudantil;
- c) Apresentar as ações de Assistência Estudantil executadas no IFFar, a fim de analisar se houve priorizações em decorrência de questões orçamentárias;
- d) Analisar a atuação da Assistência Estudantil do IFFar, no contexto de contingenciamentos orçamentários;

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho visa analisar se os recursos financeiros destinados à Política de Atendimento aos Discentes, no período de 2014 a 2019, atenderam o objetivo estratégico estabelecido no PDI. Dessa forma, está estruturado nas seguintes partes:

O primeiro capítulo aborda a introdução, o problema de pesquisa, a justificativa de se realizar o estudo, bem como os objetivos pretendidos e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo foi destinado à fundamentação teórica e aborda aspectos relevantes do orçamento público no Brasil, desde a fase de planejamento até a execução, do financiamento da educação no Brasil, em especial da educação profissional, científica e tecnológica, o planejamento das metas e estratégias de atendimento às demandas discentes e os repasses de orçamento aos IF'S, especialmente ao atendimento das metas e estratégias referentes à AE (IFFar, 2014a).

O terceiro capítulo traz a metodologia a ser adotada para a realização da pesquisa, a fim de atender os objetivos propostos no estudo, apresentando a caracterização da pesquisa e o procedimento de coleta de dados.

No capítulo 4 são apresentados os resultados e as análises, conforme os objetivos propostos no estudo.

Por fim, são apresentadas as considerações finais.

E ainda, na sequência, são apresentados dois apêndices com sugestão de questionário a ser aplicado e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e três anexos, com os Objetivos Estratégicos do IFFar, 2014-2018, as Diretrizes seguidas para a elaboração do PDI da instituição estudada e as ações planejadas para a AE.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Este capítulo propõe realizar uma revisão bibliográfica sobre os conceitos que envolvem o orçamento público brasileiro, financiamento das instituições federais de ensino, em especial as instituições de ensino profissional, técnico e tecnológico, o plano de desenvolvimento institucional, direcionando o estudo para aspectos relacionados à gestão dos recursos destinados à AE, do IFFar. Na seção 2.1 discutem-se os conceitos de Orçamento Público, por meio de algumas obras de autores brasileiros; na seção 2.2, o Financiamento da Política de Educação no Brasil; na seção 2.3 são abordados aspectos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destacando-se o IFFar, e na seção 2.4 a Assistência Estudantil no Brasil, dando ênfase ao PNAES.

2.1 O ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

O orçamento público é uma ferramenta utilizada pelo Governo Federal, a fim de planejar a aplicação do dinheiro arrecadado com os tributos, estimando as receitas com base na previsão de arrecadação e fixando as despesas com base nessas receitas, evitando que haja um gasto maior do que a arrecadação. Assim, o planejamento é elaborado com o objetivo de direcionar os recursos às prioridades estipuladas pelos poderes, bem como oferecer serviços públicos adequados (MPDG, 2018). Para Giacomoni (2017), o orçamento governamental é uma área que garante ao orçamento diferentes naturezas, como política, econômica, administrativa, jurídica, contábil e financeira, sendo que estas variadas naturezas encaminham diferentes finalidades para os orçamentos públicos. Segundo Paludo (2013, p. 26):

O Orçamento Público expressa o esforço do Governo para atender à programação requerida pela sociedade, a qual é financiada com as contribuições de todos os cidadãos por meio do pagamento de tributos, contribuições sociais e tarifas de serviços públicos.

Para Bezerra Filho (2013, p. 5), o orçamento público é uma:

Ferramenta legal de planejamento do Ente Federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais,

legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais.

Ainda, segundo Paludo (2013), a mudança no processo político brasileiro, nos últimos 500 anos, impactou diretamente o processo orçamentário, sendo que a história da evolução do orçamento público está diretamente relacionada à evolução das instituições democráticas. No Quadro 1 constam os principais pontos relevantes em relação ao orçamento público no Brasil, desde a vinda da família real, quando teve início um sistema organizacional das finanças brasileiras, por meio da abertura dos portos e da necessidade de organizar e cobrar tributos, até a instituição da Lei complementar nº 101 (LRF 101), de 04 de maio de 2000, que estabeleceu metas e condições para a execução orçamentária.

Quadro 1 - Orçamento Público no Brasil – legislações

(Continua)

ANO	LEGISLAÇÕES
1808	Criação do Erário e Regime de Contabilidade.
1824	Instituição da obrigatoriedade do orçamento formal por parte das instituições do período imperial.
1830	Em 1830 foi votado regularmente o primeiro orçamento brasileiro, por meio do Decreto da Constituição de 1824, que determinava a apresentação anual à Câmara de um Balanço Geral a fim de que fosse discutido e organizado o Orçamento Geral da Nação.
1891	A CF modificou a distribuição das competências em relação à elaboração do orçamento, passando para o Congresso Nacional.
1922	Aprovado o Código de Contabilidade da União, possibilitando a ordenação dos procedimentos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais.
1926	Foi transferida a competência da elaboração da proposta orçamentária para o Poder Executivo.
1934	O tema orçamento ganhou notoriedade. A competência da elaboração da Proposta Orçamentária Anual era do Presidente da República, mas quem organizava era o Ministério da fazenda.
1936	A Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, consolidou as importantes inovações introduzidas na proposta orçamentária.
1937	Histórica Exposição de Motivos, de 16 de junho de 1937, propondo-se modificações na técnica orçamentária. Sugestão da criação de órgão especializado, incumbido de tratar problemas orçamentários do governo federal (Departamento de Administração Geral).
1945	Estruturada a divisão de orçamento do DASP, que passou a coordenar a elaboração da proposta orçamentária até 1964.
1946	O orçamento passou a ser de “tipo misto”, sendo que o Executivo elabora o projeto de lei e encaminha para o Legislativo para votação.

(Conclusão)

1964	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foi promulgada com o objetivo de consolidar a padronização de procedimentos orçamentários para todos os níveis de governo. Classificou a despesa por unidade administrativa e elemento de despesa, adotou a classificação econômica e funcional e estabeleceu as bases para a implantação do Orçamento Programa.
1967	Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, criou o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, cujas atribuições incluem a programação orçamentária e a elaboração dos Orçamentos Programas anuais. O Decreto-Lei 200 definiu o planejamento como um dos princípios fundamentais de orientação às atividades da administração federal e o Orçamento Programa anual entendido como um dos seus instrumentos básicos.
1971	Portaria nº 20, de 02 de março de 1971 (alterada pela nº 46 de junho de 1972), instituiu a Subsecretaria de Orçamento e Finanças, atual Secretaria de Orçamento Federal, como órgão central no processo de elaboração orçamentária.
1988	A Constituição Federal reforçou a concepção que associa planejamento e orçamento e tornou obrigatória a elaboração de planos plurianuais, que abrangem despesas de capitais e demais programas de duração continuada, bem como orientam a elaboração da LDO e da LOA. Devolução ao Legislativo da prerrogativa de propor emendas ao Projeto de Lei Orçamentária nas questões de despesa e universalidade orçamentária. Executivo tem obrigatoriedade de encaminhar ao Legislativo proposta de lei de diretrizes orçamentárias. Reorganizou a distribuição de competências no processo orçamentário.
2000	A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece metas e condições para a execução orçamentária, sendo o planejamento um dos seus assuntos mais importantes.

Fonte: Paludo (2013).

O Quadro 1 destaca que o primeiro orçamento público brasileiro foi aprovado em 1830, por meio do Decreto da Constituição de 1824, no entanto, a partir da análise das legislações que tratam do tema, constata-se que ele só passou a ter grau de relevância e notoriedade, no Brasil, a partir de 1934, quando a elaboração da Proposta Orçamentária Anual era atribuição do Presidente da República, porém somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que foi reforçada a necessidade de se vincular o planejamento ao orçamento e como forma de vinculação estipulou-se a obrigatoriedade de elaboração dos Planos Plurianuais, das Leis de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual.

De acordo com Xerez (2013), neste íterim de tempo, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foi a primeira lei a estabelecer os princípios orçamentários, sendo a principal diretriz e instrumento regulador na elaboração do Orçamento Geral da União, estabelecendo a unificação e padronização dos orçamentos dos balanços públicos, nas três esferas administrativas. Já no que se refere à LRF 101, ela foi instituída com a finalidade de estabelecer normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade fiscal do gestor, com a regulação das contas públicas, com a implantação de metas e limites na gerência das receitas e despesas, com ênfase na

necessidade de que as ações sejam planejadas e de que o gestor desempenhe uma gestão compartilhada, com transparência e disciplina.

Desta forma, essas duas leis, além de permitirem a implementação do orçamento-programa, e a elaboração de orçamentos mais precisos, de acordo com planos estabelecidos, possibilitaram um controle mais rígido na execução dos programas e a delimitação das ações governamentais. A fim de garantir o controle e fiscalização do Legislativo, sobre o Executivo, foram estipulados princípios, tanto na Lei nº 4.320/64, quanto na Constituição Federal de 1988, constituindo-se como norteadores da elaboração do orçamento público. A seguir tem-se uma breve explanação dos princípios orçamentários:

2.1.1 Princípios Orçamentários

Segundo Giacomoni (2017), os princípios orçamentários são regras que têm a finalidade de aumentar a consistência, o controle parlamentar sobre os Executivos em relação às questões orçamentárias. Já para Piscitelli e Timbó (2014, p. 33) “são premissas, linhas norteadoras de ação a serem observadas na concepção e implementação da proposta, o que – obviamente – não é estático, pressupondo-se a evolução desses princípios ao longo do tempo”. Para Kohama (2016, p. 46):

Para que o orçamento seja a expressão fiel do programa de um governo, como também um elemento para a solução dos problemas da comunidade; para que contribua eficazmente na ação estatal que busca o desenvolvimento econômico e social; para que seja um instrumento de administração do governo e ainda reflita as aspirações da sociedade, na medida em que o permitam as condições imperantes, principalmente a disponibilidade de recursos, é indispensável que obedeça a determinados princípios, entre os quais destacamos alguns que refletem com fidedignidade os que são usados comumente nos processos orçamentários.

De acordo com o CONOF (2020) os princípios a serem destacados são:

- **Princípio da unidade:** o orçamento deve ser uno, para cada exercício financeiro e para cada ente deve haver um único orçamento, contendo as receitas e as despesas, apresentado de modo integrado e não segmentado.
- **Princípio da totalidade:** possibilita a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada, permitindo uma visão geral e segregada das

finanças públicas, ao mesmo momento. Orçamento da União integrado pelos: orçamento fiscal, da seguridade social e orçamento de investimento das estatais.

- **Princípio da universalidade:** o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.

- **Princípio da anualidade:** o orçamento deve ser elaborado e autorizado por um determinado período de tempo, o exercício financeiro, que corresponde ao ano civil.

- **Princípio da exclusividade orçamentária ou pureza:** no orçamento deverão ser incluídos, exclusivamente, assuntos que lhes estejam relacionados, normas que não dizem respeito à previsão da receita e à fixação da despesa não deverão ser incluídas na lei orçamentária.

- **Princípio da Especificação:** todas as receitas e despesas devem ser detalhadas na peça orçamentária, evitando a concessão de créditos ilimitados, facilitando sua análise e compreensão.

- **Princípio da clareza:** o orçamento deverá ser elaborado de forma clara, ordenada e completa, de forma que seja um instrumento de eficiência e administração para o governo.

- **Princípio da programação:** o orçamento deve ser constituído por um conteúdo e pelos programas dos órgãos que fazem parte do setor público.

- **Princípio da Regionalização:** a regionalização do gasto público tem como propósito atender um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é a redução das desigualdades sociais e regionais.

- **Princípio da Publicidade e Transparência:** o conteúdo do orçamento deve ser divulgado nos veículos oficiais de comunicação para conhecimento do público e para eficácia de sua validade.

- **Princípio da não vinculação ou não afetação das receitas:** determina que nenhuma receita seja vinculada, sendo que nenhuma parcela dela poderá ser reservada ou comprometida.

- **Princípio do equilíbrio:** do ponto de vista financeiro o orçamento deve manter o equilíbrio entre receitas e despesas, evitando dessa forma o déficit.

- **Princípio da Legalidade:** para ser legal, tanto as receitas quanto as despesas precisam estar previstas na Lei Orçamentária Anual, ou seja, a aprovação do orçamento deve observar processo legislativo.

- **Princípio do Orçamento Bruto:** determina que todas as parcelas da receita e da despesa devem aparecer no orçamento em seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução.

- **Princípio da Exatidão ou Realismo Orçamentário:** determina que as estimativas devem ser tão exatas quanto possível, de forma a garantir ao orçamento um mínimo de consistência para que possa ser empregado como instrumento de programação, gerência e controle.

- **Princípio do orçamento impositivo:** princípio que define o dever de execução das programações orçamentárias por parte de administração, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Andrade (2007, p. 15) afirma que:

Ao planejar, preparar e executar a peça orçamentária observando os princípios orçamentários, o administrador público estará seguindo os dispositivos legais que regulamentam a prática orçamentária evitando assim incorrer em crimes de responsabilidade e improbidade administrativa.

A população terá a sua disposição um instrumento onde encontrará as receitas previstas e as despesas fixadas para o exercício vigente, de forma consolidada, detalhada e com seus valores globais, contendo as propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo.

Importante destacar que os princípios orçamentários, dispostos principalmente na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal de 1988, instituem normas de direito financeiro e acerca da elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos Municípios, Estados e da União, que devem ser respeitadas nas fases de preparação e execução do orçamento, sempre visando a utilização eficiente dos recursos públicos.

A seguir, na seção 2.1.2 apresenta-se o sistema orçamentário, com suas características e seus principais componentes:

2.1.2. Sistema Orçamentário brasileiro – PPA, LOA e LDO

Conforme Giacomoni (2019), os órgãos governamentais planejam seu orçamento com base em decisões tomadas durante o processo de gestão, e que dentre as fontes de receitas estão as provenientes da instituição de tributos, autorizações de tomada de empréstimos, venda de títulos, cobranças de prestação de serviços e concessões, já as despesas orçamentárias são as previstas em Constituição e leis ordinárias, fixadas a partir do orçamento anual. Assim, o conjunto dessas medidas chama-se sistema orçamentário, sendo seus principais componentes: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 165, estabelece o modelo orçamentário brasileiro determinando que:

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais (Brasil, 1988, p. 73).

Desta forma, a Constituição Federal de 1988 organizou o processo orçamentário em uma hierarquia de três Leis Ordinárias: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo o PPA a lei mais abrangente, com duração de quatro anos, um planejamento de longo prazo, com a principal função de fixar as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e para as despesas de duração continuada. A LDO é subordinada ao PPA e sua função principal é fixar os parâmetros gerais para orientar o orçamento do ano, estabelecendo as metas e prioridades. Por fim, a LOA, subordinada ao PPA e à LDO, tem vigência anual e sua função é estimar a receita pública e fixar a despesa para o exercício financeiro (MENDES, 2008).

Para Bezerra Filho (2013, p. 27): “O Plano Plurianual – PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.” O PPA vigora por quatro anos, que vai do segundo mandato do presidente até o final do primeiro ano do mandato subsequente. É uma ferramenta de planejamento utilizada com o objetivo de solucionar os problemas de demandas socioeconômicas. (BEZERRA FILHO, 2013).

Paludo (2013, p. 81), ainda define o PPA como:

Instrumento legal de planejamento de maior alcance no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do Governo. Ele traduz, ao mesmo tempo, o compromisso com os objetivos e a visão do futuro, assim como a previsão de alocação dos recursos orçamentários nas funções de Estado e nos programas de Governo.

Em relação à LDO, ela é elaborada determinando as metas e prioridades do PPA, que deverão ser trabalhadas no ano seguinte, e ainda trazer obrigações de transparência. A partir da LDO, a LOA pode ser elaborada detalhando o quanto, em que área, e para que o governo irá destinar os gastos (BRASIL, 2015).

Bezerra Filho (2013, p. 28) ainda afirma que:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício

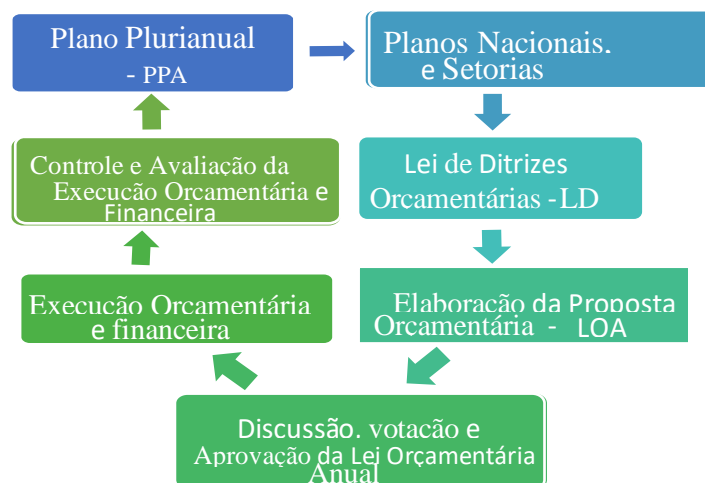
financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual; dispõe sobre as alterações na legislação tributária; e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Já a LOA é de fato o orçamento anual, é aprovada para o ano seguinte e detalha todos os gastos e receitas. Por ser uma lei grande e complexa está estruturada em três documentos: orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimento das estatais (BRASIL, 2015). O Projeto de Lei Orçamentária é enviado anualmente pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, e é com base nas autorizações dessa lei que as despesas do exercício são executadas (BEZERRA FILHO, 2013). Para Paludo (2013, p. 26): “Nenhuma despesa poderá ser realizada se não estiver autorizada no orçamento anual, na LOA (ou em lei de créditos adicionais), e todas as despesas devem ser inseridas no orçamento sob a forma de programas”. Quanto à LOA, o parágrafo 5º do artigo nº 165 menciona que:

A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988, p. 73).

Ainda se ressalta, que o modelo disposto pela Constituição Federal determina que os orçamentos devem ser compatibilizados com o Plano Plurianual, e que a LOA deve ser elaborada conforme a LDO. Na Figura 01 o autor demonstra o ciclo integrado de planejamento e orçamento (GONTIJO, 2004).

Figura 1 - Ciclo integrado de planejamento e orçamento



Fonte: Mendes (2008, p. 3).

Para Gontijo (2004), dentre o PPA, a LOA e a LDO, o PPA está na mais alta hierarquia das leis orçamentárias embora sejam leis ordinárias. Na análise da figura 01, pode-se avaliar que há uma linguagem unificada entre as relações das três leis (PPA, LDO e LOA) e ainda há integração entre o planejamento e o orçamento. “O uso combinado do PPA, da LDO e da LOA permite aos gestores públicos a utilização de recursos com eficiência e eficácia, além de promover a possibilidade de participação da sociedade no controle da gestão pública”. (CREPALDI e CREPALDI, 2013, p. 51).

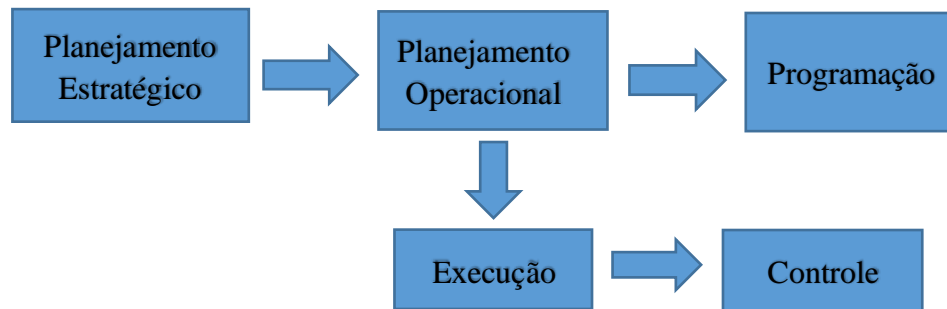
O modelo disposto, pela Constituição Federal, determina que os orçamentos devem ser compatibilizados com o PPA e que a LOA deve ser elaborada conforme a LDO, sendo a técnica utilizada para a elaboração dessas leis, a do Orçamento Programa, pois este tipo de orçamento demonstra o plano de trabalho com as ações de um determinado período de tempo, identificando os recursos necessários a sua execução, sendo “um instrumento de operacionalização das ações do governo, viabilizando seus projetos/atividades/operações especiais em consonância com os planos e diretrizes estabelecidos” (CREPALDI E CREPALDI, 2013, p. 26). A seguir destacam-se o planejamento e a execução orçamentária:

2.1.3 O planejamento do orçamento e a execução orçamentária

O planejamento pressupõe decidir o que fazer, antes de executar a ação, podendo as decisões serem de longo, médio ou curto prazo e visa garantir a concretização do que foi decidido, ou pelo menos a tentativa de controle sobre fatos futuros. “Dessa maneira, o planejamento é, se não a única, a mais eficiente forma de controle das organizações.” (FREZATTI, 2017, p. 8). É um processo que envolve um modo de pensar, indagações e questionamentos sobre o que fazer, e ocorre de forma contínua (OLIVEIRA, 2006). Para Padoveze (2010) consiste em criar e estabelecer planos gerais e específicos, mensuráveis por meio de poucos e grandes números, suficientes para atender o mais alto escalão gerencial.

Ainda segundo Padoveze (2010, p. 22) o planejamento subdivide-se em planejamento estratégico e planejamento operacional. Na Figura 2, pode-se acompanhar as etapas que compõem o processo de gestão:

Figura 2 - Conjunto do Processo de Gestão



Fonte: Padoveze (2010, p. 22).

Na Figura 2 são demonstradas as etapas do processo de gestão, que se inicia com o planejamento estratégico, no qual, com base na visão do futuro almejado pela instituição, definem-se as políticas, diretrizes e objetivos estratégicos. Por meio do planejamento operacional, são definidos os planos, políticas e objetivos de curto prazo, há a elaboração dos planos de ação, a fim de implementar o que foi programado no planejamento de longo prazo. A programação é a etapa em que há o replanejamento de ações de curto prazo, em virtude de necessidades dos ambientes interno e externo. Já a execução é o momento em que de fato é colocado em prática tudo o que foi planejado e programado. E por fim, o controle é a etapa em que ocorre a avaliação contínua da coerência entre as ações planejadas e as executadas, identificando causas e soluções para os desvios ocorridos (PADOVEZE, 2010).

Para Atkinson et al. (2000 p. 567), “o planejamento estratégico, ou de longo prazo, consiste em desenvolver uma conexão de contratos inter-relacionados, explícita ou implicitamente, entre a empresa e seus grupos de stakeholders principais”. Conforme afirma Pfeiffer (2000, p. 7):

Planejamento Estratégico não é uma panaceia. Trata-se de um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar o trabalho de uma organização mais eficiente. Isso pode significar que aquilo que se está fazendo atualmente, deve ser feito diferente e melhor, ou que o trabalho deve ser feito de outra maneira. Em todo caso, mudança faz parte do enfoque metodológico, seja porque mudanças ocorrem no ambiente e obrigam a organização a adaptar-se a elas, seja porque a própria organização quer provocar tais mudanças.

O planejamento operacional tem como finalidade avaliar a dimensão e os recursos necessários para a resolução dos problemas de curto prazo, estipulando os objetivos e metas a serem alcançados (LOURENÇON, 2001). “O planejamento e o controle operacional utilizam

procedimentos e práticas preestabelecidas para monitorar o processo decisório” (GIL, BIANCOLINO; BORGES, 2010, p. 35).

Para Silva (1996, p. 29):

diretrizes e intenções presentes que, com base na situação atual e tendo em vista os recursos disponíveis, procura maximizar os resultados no período. O propósito do plano operacional é medir a eficiência de cada unidade administrativa e globalmente do Governo.

As instituições públicas não precisam, necessariamente, estabelecer um planejamento estratégico a fim de obter vantagem competitiva, como fazem as empresas privadas, porém, devem planejar suas ações com o objetivo de oferecer um bom serviço e atender com qualidade as necessidades dos cidadãos (ALMEIDA, 2010). Realizar um planejamento no setor público é uma tarefa mais complexa do que no setor privado, uma vez que se trabalha com interesses múltiplos da sociedade e o objetivo é conduzir as ações à eficiência. Assim, o planejamento governamental constitui-se num processo que seguem normas e técnicas e busca proporcionar o desenvolvimento local e regional, gerando bem-estar, sem prejudicar o equilíbrio das finanças públicas (SOUZA, 2010). Como afirmam Crepaldi e Crepaldi (2013, p. 29): “Há uma conexão lógica entre o planejamento e o orçamento. O planejamento inicia-se a partir de um problema constatado junto à sociedade, e define um conjunto de operações que serão desenvolvidas, considerados os recursos disponíveis”.

2.1.3.1 Planejamento e execução do Orçamento em Instituições Públicas

O orçamento público é um instrumento de ação e de grande relevância para o planejamento, em virtude de suas características e elaborar o orçamento de um país como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, é um processo complexo, que envolve a análise de uma série de prioridades, portanto, para aplicar os recursos de forma eficaz, o planejamento é essencial (MPDG, 2018). No que diz respeito aos instrumentos de planejamento na gestão pública, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu no artigo nº 165, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, sendo que cada uma delas é proposta pelo poder Executivo, a partir de objetivos específicos, compreendendo os orçamentos fiscal, de investimento e de seguridade social (BRITO, 2015).

Giacomoni (2017, p. 219) enfatiza que, com os instrumentos “valoriza-se o planejamento, as administrações obrigam-se a elaborar planos de médio prazo e estes mantêm vínculos estreitos com o orçamento”. Ainda no que se refere a orçamento Crepaldi e Crepaldi (2013, p. 18) destacam que:

Este instituto tem relação direta com “planejamento”, previsão. Assim, trata-se de uma “antecipação hipotética” dos créditos e débitos a cargo da pessoa política em determinado espaço de tempo. Além da previsão, contém também um caráter autorizador. A obrigatoriedade da adoção sistemática do planejamento orçamentário nas três esferas do governo tornou-se realidade somente a partir da Constituição Federal de 1988. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, em seu art. 165, introduziu o verdadeiro planejamento por meio da criação de novos instrumentos como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que contêm metas e objetivos de longo e médio prazo e estreita vinculação com os orçamentos anuais.

Dentre as propostas conceituais de elaboração do orçamento, destaca-se o orçamento programa, que é uma técnica de elaboração orçamentária, determinada pela Lei nº 4.320/1964, que se constitui em um plano de trabalho em que há a integração de planejamento e orçamento, com a determinação de objetivos e metas a serem alcançadas. Por ter uma visão gerencial dá ênfase às realizações, sendo um elo de integração entre o processo de planejamento e a gestão governamental. A primeira classificação funcional-programática aconteceu em 1974, porém somente com a edição do Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998, e com a vigência do primeiro PPA 2000-2003, tornou-se uma prática obrigatória (PALUDO, 2013). A Lei nº 4.320, em seu artigo 2º determina que:

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo; II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1; III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais; II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº 6-9; III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços (BRASIL, 1964, p. 01).

Para a ENAP (2014), o conceito de orçamento programa está ligado à ideia de planejamento, pois ele deve considerar os objetivos que o governo deseja alcançar no período determinado, ultrapassando dessa forma, a característica de simples documento financeiro,

passando a ser um instrumento de operacionalização das ações governamentais, de acordo com os planos e diretrizes já estipuladas. Kohama (2016) afirma que o orçamento por programa é uma modalidade de orçamento, que se caracteriza pela vinculação dos recursos financeiros de cada órgão direta ou indiretamente aos objetivos estabelecidos, a fim alcançar a máxima racionalidade na aplicação dos recursos públicos, sempre com o intuito de proporcionar o maior bem-estar possível à sociedade, sendo que o processo de planejamento se desenvolve da seguinte forma:

- Determinação da situação.
- Diagnóstico da situação.
- Apresentação de soluções alternativas.
- Estabelecimento de prioridades.
- Definição de objetivos.
- Determinação das atividades para concretização dos objetivos.
- Determinação dos recursos humanos, materiais e financeiros (KOHAMA, 2016, p. 55).

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2013, p. 29), o programa faz parte do PPA e do orçamento, sendo este último, uma forma de avaliação dos programas, pois permite respostas as questões como: “o que se está fazendo, realizando, produzindo e atendendo com os recursos alocados? Qual o gasto por meta alcançada ou por produto gerado com cada ação de governo?”. Gerir o orçamento, por meio de programas, permite transparência na alocação dos recursos e no alcance dos resultados, proporcionando a integração dos três instrumentos básicos de planejamento e orçamento: PPA, LDO e LOA. Para Paludo (2013), o Estado fornece serviços públicos à população mediante à arrecadação de recursos, as chamadas receitas públicas, e quando os recursos são aplicados transformam-se em despesas públicas, que devem, necessariamente, constar no Orçamento anual. Portanto, conforme o Manual Técnico do Orçamento –MPDG (2019, p. 8):

Em sentido amplo receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extra orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

As receitas orçamentárias são os ingressos de recursos financeiros, durante o exercício, e que significam um elemento novo, integram o patrimônio do Poder Público, aumentando-lhe o saldo financeiro. São as fontes de recursos, utilizadas pelo Estado para viabilizar a execução

das políticas públicas, em programas e ações que visam atender as necessidades públicas e demandas da sociedade. Segundo o art. nº 57 da Lei 4.320:

Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento (BRASIL, 1964, p. 09).

Silva (2011, p. 247) define as despesas públicas como sendo “[...] todos os desembolsos efetuados pelo Estado, no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”. Para Paludo (2013), a despesa pública é a aplicação de recursos públicos, com o objetivo de realizar os planos do Estado, para atender as necessidades previstas no orçamento. De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2013, p. 81) “... as despesas públicas correspondem à distribuição e emprego das receitas para custeio de diferentes setores da administração e para os investimentos.” Conforme explica Paludo (2013, p. 188):

o termo – Dispêndio/Gasto/Despesa Pública – compreende toda e qualquer despesa realizada: orçamentária, extraorçamentária ou intraorçamentária. No entanto a despesa pública stricto sensu refere-se apenas às despesas orçamentárias: são estas que realizam as finalidades do Estado, que atendem às necessidades da coletividade.

Segundo o art. 8º, parágrafo único, da LRF (2000, seção IV): “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.” Para o MPDG (2019), a fonte/destinação de recursos identifica o destino dos recursos arrecadados e há dois tipos de destinações: as vinculadas, em que há a vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, a fim de atender as finalidades estabelecidas na norma e os ingressos decorrentes de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos, também vinculados por serem obtidos para uma finalidade específica; e as não vinculadas ou ordinárias, que se caracteriza pela alocação livre entre a origem e a aplicação dos recursos para atender qualquer finalidade dentro do âmbito de competência do órgão. Crepaldi e Crepaldi (2013, p. 82) ainda enfatizam que:

podem ser destacadas as seguintes premissas em relação às despesas públicas: são dispêndios (ou compromissos de dispêndio) de recursos financeiros; são definidas por lei; destinam-se ao atendimento de necessidades públicas; são aplicadas diretamente

pelo Estado ou por outras pessoas de direito público a ele vinculadas, como as entidades da administração indireta.

Para Paludo (2013), a despesa pública é fonte de maior interesse que a receita pública, tanto em relação a importância, quanto aos seus aspectos legais, pois enquanto na LOA a receita é demonstrada em somente um quadro, com os valores estimados, as despesas são demonstradas em vários quadros e ainda as despesas devem, necessariamente, estarem autorizadas, sendo que a sua execução não pode ultrapassar o valor da autorização, salvo por meio de créditos adicionais.

De acordo com o Portal da Transparência CGU (2020), dentre as áreas de atuação (função) do Governo Federal com maior despesa, destaca-se a Educação, que até dezembro de 2020, consumiu o equivalente a 5,44% dos recursos, sendo que desse percentual, 33,73% foram destinados ao ensino superior e 12,44% ao ensino profissional. Na seção 2.2, são apresentadas as fontes de recursos que financiam a educação:

2.2 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a educação é financiada por recursos de natureza pública, pelas empresas privadas e pelos cidadãos. Quando a origem desses recursos é de natureza pública, cabe ao Ministério da Educação implementar a política nacional de educação e articular as ações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Os recursos de natureza pública são originários de:

I - Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - receitas de transferências constitucionais e outras transferências e receita da contribuição social; III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais, IV - receitas de incentivos fiscais e V - de outros recursos previstos em lei (BRASIL, 1996, p. 27).

A fim de financiar a política de educação, em nosso país, têm-se instrumentos legais que vinculam os recursos públicos necessários e garantem percentuais mínimos da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o artigo 212 nº da CF/1988:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, p. 89).

Com o objetivo de fixar os valores iniciais, que correspondem ao mínimo estipulado no art. nº 212 da CF, é tomada como base a receita estimada, prevista na LOA, sendo possível o ajuste desses valores, desde que a lei autorize a abertura de créditos adicionais por ocorrência de excesso de arrecadação (BRASIL, 1996).

Quando se menciona a manutenção e desenvolvimento do ensino, é necessário salientar que o art. nº 70 da LDB elenca o rol de despesas que se enquadram nessa condição, a fim de que as instituições educacionais de todos os níveis atinjam seus objetivos básicos, dentre os quais destacando-se: remuneração dos docentes e profissionais da educação, aquisição, manutenção, conservação e instalações de equipamentos, manutenção de bens e serviços, atividades-meio necessárias ao ensino, bolsas de estudos concedidas a alunos, aquisição de material didático-escolar e demais despesas, sempre vinculadas à atividade de ensino (BRASIL, 1996).

Já o art. nº 71, da LDB, elenca as despesas que não são consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino, como: subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural, formação de quadros especiais para a administração pública, programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, obras de infraestrutura, ainda que para beneficiar a rede escolar, pessoal docente e demais profissionais da educação, quando em desvio de função. Ao seguir a orientação do que é estipulado nos referidos artigos, é possível o acompanhamento e a fiscalização do uso adequado dos recursos da educação (BRASIL, 1996).

2.2.1 Financiamento da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, porém, conforme Machado e Cury (2009, p. 12) “ela não prevê o financiamento da educação profissional pública. Essa não possui, portanto, fontes cativas ou específicas para o seu financiamento. Por outro lado, não conta também com um fundo próprio”. No Brasil, para que essa modalidade de ensino seja colocada em prática, são necessários recursos de diferentes fontes: orçamentos públicos (União, Estados e Municípios), financiamentos de organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), empresas privadas, sindicatos, cooperativas, entidades de movimentos

sociais e organizações não-governamentais, sendo essa última decorrente da aplicação da Lei nº 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem (MACHADO e CURY, 2009).

A educação profissional tem como a fonte mais significativa de financiamento, uma contribuição social, cobrada de forma compulsória e mensal, recolhida pela Previdência Social sobre o total da remuneração dos empregados de cada setor e repassada diretamente às entidades patronais, para gerenciar as entidades do “Sistema S” (conjunto de organizações e entidades voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica). Como ainda não há uma política pública de educação profissional, começaram a surgir diversos programas emergenciais e fundos com o objetivo de financiar as atividades, criados especificamente para esse fim (MACHADO e CURY 2009).

Ainda existem outros programas, cujo objetivo principal não é o financiamento da formação profissional, porém, parte dos seus recursos são destinados a essa atividade, dentre as quais pode-se citar: o Programa Turismo, do BNDES, que visa expandir o setor de turismo, em regiões com potencial turístico; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PRODESIN) e o FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), com o fim de combater o analfabetismo e a exclusão digital (MACHADO e CURY, 2009).

Diversos autores abordam a existência de quatro mecanismos utilizados pelo Estado, para o cálculo do financiamento do ensino superior, no entanto, as IFES utilizam uma sistemática mista para estabelecer os recursos financeiros, fazendo uso do Financiamento Incremental ou Inercial, aquele em que os recursos são calculados com base nos do ano anterior, sendo que os valores são estabelecidos de forma unilateral pelo governo, podendo haver uma negociação quanto ao seu montante, entre instituição e Governo, variando conforme o cenário econômico ou político, ou especificado um percentual de implemento ano a ano. Também, fazem uso do sistema do Financiamento por Fórmulas, de modo que se estabelecem variáveis/indicadores institucionais, a fim de fazer parte de um cálculo, que ao final, indicará um percentual a ser direcionado para a instituição (AMARAL, 2008). Sobre o financiamento por fórmulas Velloso (2000, p. 49) discorre que:

podem envolver a combinação de um largo espectro de variáveis, relativas à manutenção da instituição, como o número de docentes e de alunos em cada instituição, até indicadores tidos como de desempenho, como a relação entre matrícula nova e o quantitativo de diplomados, passando por índices tidos como de eficiência, a exemplo das relações médias aluno/docente, por universidade ou área do conhecimento.

Conforme afirma Amaral (2008), o Governo Federal estabelece os recursos necessários para as IFES, por meio do cálculo utilizando o mecanismo do Financiamento Incremental e o Congresso Nacional aprova, sem, no entanto, uma consulta prévia sobre o montante que as instituições realmente necessitam. “A regulamentação da autonomia financeira das IFES não se concretizou no período após a Constituição Federal de 1988, e elas continuam a depender integralmente das definições orçamentárias estabelecidas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso Nacional” (AMARAL, 2008, p. 665). Definido o montante de recursos, então, o MEC faz a separação do que é necessário para o pagamento de pessoal, para a manutenção e investimentos. Em relação a esses, os recursos são distribuídos às IFES usando-se o modelo de Financiamento por Fórmulas, e a escolha desse modelo é resultado de um acordo entre MEC e ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das IFES) (AMARAL, 2008).

Em relação aos Institutos Federais, o Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010, determinou procedimentos orçamentários e financeiros, relacionados à autonomia de gestão administrativa e definiu os critérios para a elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais. No processo de elaboração dessa proposta, o MEC deve observar a matriz de distribuição do Orçamento de Custeio e Investimento para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). A elaboração dessa matriz é de responsabilidade de uma comissão paritária, constituída por membros do MEC e membros indicados pelo colegiado de reitores dos institutos federais, os membros do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), todos dirigentes máximos dessas instituições (BRASIL, 2010b). Ainda, de acordo com o estabelecido no decreto, apresentam-se, por meio do Quadro 2, os critérios que a comissão deverá seguir para a definição dos parâmetros de composição da Matriz de Distribuição do Orçamento (MATRIZ CONIF):

Quadro 2 - Critérios de Definição da Matriz de Distribuição de Orçamento

(Continua)

ORDEM	CRITÉRIOS
I	o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;
II	a relação entre o número de alunos e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;
III	As diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;

(Conclusão)

IV	o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
V	a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;
VI	a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;
VII	a existência de núcleos de inovação tecnológica;
VIII	o número de registro e comercialização de patentes;
IX	os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado;
X	adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e
XI	a existência de programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Fonte: Brasil (2010b).

A partir da análise das informações do Quadro 2, é possível observar que há regras específicas para a distribuição de recursos, sendo que a principal característica que determina a demanda, de mais ou menos recursos, está diretamente relacionada ao número de alunos matriculados em cada período, nos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*, cursos de formação continuada (FIC), e cursos de educação a distância (EAD), por campus, de cada instituição. Ainda é importante destacar que os recursos recebidos pelo campus, que se encontra na fase de expansão, com menos de cinco anos de funcionamento, resultam da soma de um piso e um complemento por matrícula total, sendo que o valor do piso é definido por meio de cálculo de mensuração, no qual a Matriz CONIF determina uma série de valores de forma mais real. Em virtude da metodologia adotada no cálculo da distribuição de recursos, as instituições organizam o planejamento do seu orçamento, com base nas estatísticas de períodos anteriores (CONIF, 2017).

A educação profissional, técnica e tecnológica, umas das importantes áreas a receber recursos do Governo Federal, teve como marco de ampliação, interiorização e diversificação nesse segmento da educação, a criação, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008). Portanto, a seguir, apresentam-se algumas considerações da Rede Federal, as principais características das

unidades que a integram, em especial os institutos federais, dos quais destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha-IFFar, objeto deste estudo.

2.3. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O ano de 1909 é considerado o marco do ensino profissionalizante no Brasil, quando, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, no governo do Presidente Nilo Peçanha, em diferentes unidades administrativas, com ensino profissional, primário e gratuito. Posteriormente, em 1937, essas escolas foram transformadas em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus, sendo que em 1942 eles deram lugar às Escolas Industriais e Técnicas, oferecendo formação profissional em nível equivalente ao do secundário (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

No governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, foi lançado o Plano de Metas, prevendo investimentos maciços em infraestrutura, e pela primeira vez, o setor de educação foi contemplado com 3,4% dos investimentos. No ano de 1959 as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias, surgindo as Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão. Já em 1978, com a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET’S. No entanto, somente a partir de 1994, com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, que dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, é que outras escolas técnicas puderam transformar-se em CEFET’S (MEC, 2017).

Segundo o MEC (2017), outro marco na história da Educação Profissional no Brasil foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir dos CEFETs, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais, no ano de 2008, com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, visto que essa mesma lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), vinculada ao Ministério da Educação e constituída, além dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, pelas

Escolas Técnicas, vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

As instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação, com exceção das Escolas Técnicas, vinculadas às Universidades, possuem natureza jurídica de autarquia, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sendo instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008). A Figura 3 mostra a distribuição geográfica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Figura 3 - Distribuição Geográfica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: MEC (2016).

Entre 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas federais, porém, a partir de 2003, com a Expansão da Rede Federal, esse número mais que dobrou. Em 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (CEFETS), 75 unidades descentralizadas de ensino (UNEDS), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas às universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Presente em todo o território nacional, a Rede Federal presta um importante serviço à sociedade, qualificando profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizando pesquisas

e desenvolvendo novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo (MEC, 2016).

Ainda no que diz respeito aos Institutos Federais, no âmbito de sua atuação territorial, eles deverão exercer o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, tendo autonomia para criar e extinguir cursos, bem como registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos e reger a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. Eles são equiparados às universidades federais, organizados em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual para cada campus e para a reitoria, em relação aos recursos de manutenção e investimentos (BRASIL, 2008).

Quanto ao desenvolvimento das ações acadêmicas, cada Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender à formação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o ensino de jovens e adultos, e ainda, o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender os cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional (IFFAR, 2014a).

Em relação aos 30% (trinta por cento) das vagas que restam, os Institutos Federais poderão ofertar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, cursos superiores de tecnologia, cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento, cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, formando especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

Para complementar, essas instituições ainda têm como objetivos: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos

científicos e tecnológicos e estimular e apoiar processos educativos que resultem na geração de trabalho e renda e na emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (IFFar, 2019b).

A partir da criação dos novos Institutos Federais, eles passaram a atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com o principal compromisso de desenvolver o cidadão trabalhador, abrindo também novas perspectivas para o ensino médio, com a combinação das ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica. Ainda, de acordo com a SETEC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base na integração e na articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade da investigação científica, traduzindo-se em ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico. Suas políticas estão intimamente ligadas com as políticas sociais e econômicas, especialmente as com enfoque local e regional, posto que, tomando como base os conceitos de sua criação, ela pode claramente ser definida como uma política pública (MEC, 2016).

Segundo o MEC (2017), a Rede Federal de Educação Profissional é constituída por 38 Institutos Federais, abrangendo todas as regiões e estados do Brasil, num total de 644 campi em funcionamento, 2 CEFETS (Centro Federal de Educação Tecnológica), 25 escolas vinculadas a universidades, o Colégio D. Pedro II e uma Universidade Tecnológica. O estado do Rio Grande do Sul possui três Institutos Federais, sendo: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar).

2.3.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar

O IFFar é uma instituição pública, gratuita, de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, vinculada ao MEC, sendo criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, após a integração do CEFET de São Vicente do Sul e de sua unidade descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agro técnica Federal de Alegrete e do acréscimo da unidade descentralizada de Ensino de Santo Augusto, que anteriormente pertencia ao CEFET de Bento

Gonçalves. Atualmente o IFFar está dividido nas seguintes unidades: Campus Alegrete, Campus Jaguari, Campus Júlio de Castilhos, Campus Panambi, Campus Santa Rosa, Campus Santo Ângelo, Campus Santo Augusto, Campus São Borja, Campus São Vicente do Sul, Campus Frederico Westphalen, Campus Avançado Uruguaiana, Polos de Educação a Distância e Centros de Referência (IFFar, 2019b).

Iniciou suas atividades em 2009, com os campi de Alegrete, Júlio de Castilhos, Santo Augusto e São Vicente do Sul e nesse mesmo ano construiu a Reitoria, no município de Santa Maria. Inicialmente, a Reitoria do IFFar contava com um quadro de quatro Pró-Reitorias: Administração, Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Em 2012 foi criada a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI) em atendimento ao Estatuto do IFFar. Desta forma, as ações de todas as Pró-Reitorias devem estar em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (IFFar, 2019b).

Em decorrência do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que propiciou a ampliação da atuação do IFFar, no ano de 2010 iniciaram suas atividades os campi Santa Rosa, São Borja e Panambi. Já em 2013, foram inaugurados o Campus Jaguari e o Campus Avançado Uruguaiana, e em 2014 o Campus Santo Ângelo. Ainda em 2014 foram realizadas as primeiras seleções de alunos de cursos técnicos subsequentes para os Centros de Referência de Carazinho, Santiago, São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Quaraí e Não-Me-Toque e ocorreu a desvinculação do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, CAFW, iniciando-se o processo de migração do CAFW para o IFFar, processo finalizado em dezembro, passando oficialmente a ser campus do IFFar (IFFar, 2019b).

No IFFar a gestão orçamentária é mista, organizada com ações centralizadas e descentralizadas, sendo os campi administrados por Diretores Gerais, nomeados de acordo com o que determina o art. nº13 da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) e demais legislações vigentes, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e delegações do (a) Reitor (a) (IFFar, 2018a).

A seguir, é apresentada a Figura 4 com a localização, no estado do RS, das unidades do IFFar, bem como da Reitoria, dos Centros de Referência e dos Polos de Educação a Distância.

Figura 4 - Reitoria e Campi do IFFar



Fonte: IFFar (2016).

Campus:

Reitoria
Campus Alegrete
Campus Frederico Westphalen
Campus Jaguari
Campus Júlio de Castilhos
Campus Panambi

Campus Santa Rosa
Campus Santo Ângelo
Campus Santo Augusto
Campus São Borja
Campus São Vicente do Sul
Campus Avançado Uruguaiana

Centros de Referência:

Candelária; Carazinho; Santiago; São Gabriel

Polos de Educação a Distância:

Barra do Quaraí, Cachoeira do Sul, Giruá, Ijuí, Jacuizinho, Não-Me-Toque, Ronda Alta, Rosário do Sul, Santa Maria, São Sepé, Sobradinho e Três Passos.

No ano de 2018, o IFFar e a Rede Federal de EPCT completaram 10 anos, e nesse período, a interiorização da educação pública ofertou milhares de vagas em cursos presenciais e a distância, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social. A instituição oferece ensino, com ênfase na integração de uma formação geral, laica, com princípios humanistas e de

base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho, por meio de Cursos de Formação Inicial Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional, PROEJA, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos Superiores de Graduação, Pós Graduação e Cursos de Extensão. O IFFar possui 128 cursos, sendo 72 cursos técnicos e 56 cursos superiores, com, aproximadamente, treze mil alunos em 2018, 696 docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico efetivos e 667 técnicos-administrativos efetivos, distribuídos em dez campi, no campus avançado e na Reitoria (IFFar, 2019b).

Já em 2019, a instituição ofertou 150 cursos, para aproximadamente 13,5 mil alunos, sendo que mais de 2 mil novos profissionais saíram para o mercado de trabalho, oriundos dos diferentes cursos técnicos, de graduação e pós-graduação oferecidos nos campi, centros de referência e polos de Educação a Distância -EaD. O processo de avaliação externa reafirmou a qualidade nos cursos ofertados, com 2 deles avaliados com nota 4, além de 4 avaliados com nota 5, numa escala de 0 a 5 (IFFar, 2020a).

Também é importante destacar o desempenho positivo dos estudantes no ENEM e no ENADE, configurando-se como resultado do elevado padrão de ensino oferecido no IFFar. Nesse ínterim foram desenvolvidas 255 ações de extensão, impactando a vida de 73,5 mil pessoas. Ainda foram desenvolvidos 298 projetos de pesquisa e inovação, com o envolvimento de servidores e estudantes, sendo importantes ferramentas na construção do conhecimento, no avanço da ciência e na produção de soluções tecnológicas aderentes às demandas regionais. Ainda se destaca a atuação das incubadoras/campus que fortaleceram ainda mais a integração entre a instituição e o mundo do trabalho (IFFar, 2020a).

Uma instituição pública federal de ensino, que tem como atividades formativas na sua Cadeia de Valor, o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e inovação, a extensão e a AE, não produz indicadores institucionais sem executar programas e ações que visam a melhoria dos seus processos de ensino, aprendizagem e assistência estudantil. No entanto, antes de se executar qualquer ação, a fim de orientar o uso dos recursos públicos de forma eficiente, se faz necessária a elaboração de um planejamento orientado para as reais necessidades institucionais. Nesse sentido tem-se que:

A busca da excelência na educação implica ações planejadas para evitar dispersão de esforços e recursos. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional é um processo formal de definição de objetivos de longo prazo e estratégicos para a organização. O PDI contempla objetivos, metas e ações, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção dos padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Apresenta, ainda, dados e informações relevantes para a

análise de mérito da proposta, que permitam também, tanto à IES como ao MEC, identificar e monitorar o cumprimento das metas institucionais estabelecidas (IFFar, 2019, p. 29).

Portanto, no processo de planejamento e na constituição de um plano institucional a longo prazo, deverão ser observados os objetivos institucionais, as respostas aos desafios educacionais existentes, e o comprometimento com a socialização qualificada do saber historicamente produzido e com a construção do conhecimento voltado às reais demandas da nossa região de abrangência. Assim, a seguir, apresentam-se as principais características do PDI, do IFFar, com uma síntese do processo de elaboração e dos documentos já elaborados, bem como suas contribuições às instituições de ensino.

2.3.1.1 O Plano de desenvolvimento institucional – PDI- do IFFar: um instrumento de planejamento e gestão

As políticas públicas constituem-se no conjunto de ações planejadas e executadas pelo Estado, com o objetivo de reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover o bem coletivo, visando o desenvolvimento humano e a solução de problemas que atingem toda a sociedade. A fim de definir suas políticas, as instituições de ensino valem-se do PDI, pois nele contém as “metas e objetivos que pretendem atender as diversas políticas públicas ligadas à área da educação superior” (LUZ, 2014, p. 43), sendo considerado um planejamento das ações futuras e essencial para que se atinja o fim almejado.

O PDI pode ser definido como um instrumento de planejamento e gestão, formalizado por meio de um documento, em que está inserido o planejamento estratégico, por meio do qual as instituições estabelecem suas intenções, que deverão ser cumpridas no período estabelecido, servindo de base para avaliação institucional interna e externa, utilizado, tanto pelo MEC, quanto pelo Conselho Estadual de Educação, para o credenciamento e o recredenciamento das IES (LUZ, 2014). Dessa forma, o MEC assim enfatiza:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (MEC, 2007a, p. 01).

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a partir do qual o MEC iniciou um processo de revisão das atribuições e competências de alguns órgãos ligados à educação, com o objetivo de consolidar o trabalho realizado e conferir maior eficiência e eficácia ao que fora proposto na LDB, resultando, assim, no PDI, instituído como ferramenta para avaliação das IES. A avaliação tem por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais..., e dentre as dimensões citadas encontram-se as políticas de atendimento aos estudantes. Ele deve conter, de forma clara, o modo como foi construído e qual será a interferência que terá para a instituição, sendo imprescindível considerar os princípios da clareza e objetividade do texto, a coerência entre os elementos que o compõe e a facilidade para o seu cumprimento, e exigência legal para as IES, públicas e privadas (MEC, 2004).

Para Galvão (2016, p. 32):

O PDI deve estar intimamente articulado com a prática e os resultados da avaliação institucional, realizada tanto como procedimento auto avaliativo, quanto procedimento externo. Quando se tratar de instituição já credenciada e/ou em funcionamento, os resultados dessas avaliações devem balizar as ações para sanar deficiências que tenham sido identificadas. Se a IES tiver apresentado PDI quando do credenciamento, o documento institucional deverá incluir, também, uma comparação entre os indicadores de desempenho constantes da proposta inicial e uma avaliação considerando-se a situação atual.

A elaboração do PDI é de caráter obrigatório, porém, o MEC permite a liberdade na sua construção. Desta forma, a Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC publicou em dezembro de 2004 as “Diretrizes para Elaboração do PDI”, documento que apresenta um roteiro para que as instituições possam usá-lo como base na construção do seu plano. O MEC apresenta um formulário com as dimensões que deverão ser seguidas, sendo elas: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional – PPI, Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (presencial e a distância), Perfil do Corpo Docente, Organização Administrativa da IES, Políticas de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, Aspectos Financeiros e Orçamentários, demonstradas no Anexo A (MEC, 2004). Ressalta-se que em relação à construção do PDI, a orientação é que na sua elaboração a instituição use sua criatividade e liberdade, entretanto os eixos temáticos apresentados devem estar presentes, pois é com base neles que a comissão designada pela SESU/MEC e SETEC/MEC farão as análises subsequentes (MEC, 2007a).

Em 2009, o IFFar elaborou para o período de 2009-2013, o seu primeiro PDI, em cumprimento às exigências da legislação, sendo que por meio de um Plano de Trabalho foram colocadas em práticas as etapas de discussão e elaboração, ocorrendo dentro de comissões estipuladas para esse fim. A elaboração do segundo PDI, iniciada em 2013, com vigência de 2014 a 2018 foi por meio da constituição de uma comissão central e comissões específicas, metodologia essa desenvolvida pelo Fórum de Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de EPCT, seguindo o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, em que se definiram os objetivos de longo prazo e as estratégias para a organização, contemplando assim, objetivos, metas e ações, sempre observando a coerência e a articulação entre as diversas ações. E por fim, o terceiro PDI, que vigora de 2019-2026, foi elaborado com ampla participação tanto da comunidade externa, quanto da interna, constituindo-se em um processo democrático, e coletivo, oportunizando a participação de alunos, gestores, professores, técnicos administrativos e membros da sociedade civil, com o fim de planejar o futuro da instituição (IFFar, 2019b).

O PDI elaborado para o período de 2014 a 2018 apresentou, na Unidade 04, as diretrizes a serem seguidas pela AE, que deve desenvolver ações de Moradia Estudantil, Segurança alimentar e nutricional, Auxílio financeiro aos estudantes, Atenção à Saúde, Promoção do esporte, cultura e lazer, Apoio didático-pedagógico e Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, de acordo com o que foi estabelecido no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispôs sobre o PNAES.

A partir das ações planejadas pelas IFES, em especial os Institutos Federais, e levando-se em consideração o Eixo Políticas de Atendimento aos Discentes, tem-se a seguir uma breve narrativa da evolução da assistência estudantil no Brasil, desde suas primeiras ações até o fortalecimento das políticas educacionais, com a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil, em 2007 e vigência a partir de 2008, destacando-se as atividades desempenhadas, pelo IFFar, na tentativa de “viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a permanência desses, a partir de medidas que minimizem situações de retenção e evasão” (IFFar, 2014a, p. 153).

2.4 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

As primeiras ações da AE, no Brasil, datam de 1929, quando na cidade do Rio de Janeiro foi criada a Casa do Estudante do Brasil, entidade sem fins lucrativos, que atuava de forma beneficente no auxílio aos estudantes carentes, que não tinham condições financeiras de arcar com as suas despesas (PINTO; DAVID; MACHADO, 2015). A Casa do Estudante começou a funcionar no início de 1930, em um casarão de três andares, onde também havia um restaurante popular, que por meio de grandes doações recebidas do governo, serviam para beneficiar os estudantes (COSTA, 2009).

No governo de Getúlio Vargas, a educação passou a ter mais notoriedade, a partir de reformas e medidas adotadas com o objetivo de tornar o ensino “mais adequado” à modernização almejada pelo então presidente (COSTA, 2009, p. 03). No entanto, somente em 1931, com a promulgação do Decreto nº 19.851, de 11 de abril, é que houve a regulamentação das ações das políticas de assistência estudantil, com a concessão de bolsas de estudos e a oferta de serviços de assistência médica e hospitalar, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras (PINTO; DAVID; MACHADO, 2015). O art. nº 108 do referido decreto menciona que:

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, a fim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de providência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931).

A partir da regulamentação das ações de assistência aos estudantes, pelo Decreto nº 19.851, outro importante avanço para a educação foi a Constituição Federal de 1934, que a estabeleceu como sendo um direito de todos, configurando-se como a primeira Lei Suprema do país, a estabelecer a necessidade de reserva de recursos públicos para serem aplicados no auxílio aos alunos necessitados, determinando que: “§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934).

Em 1937, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Casa do Estudante do Brasil tornou-se a sede administrativa, ficando responsável pela assistência jurídica, pelas bolsas de estudo, empregos, biblioteca, auxílio à saúde e residência, todavia, em virtude da discordância em relação a sua forma de criação, a UNE foi criada, de fato, em 1938, no II Congresso Nacional dos Estudantes, ano em que também foi aprovado o Plano de Reforma Educacional (COSTA, 2009).

No tocante a abordagem da assistência oferecida aos estudantes, prevista nas Constituições Federais, a de 1946 tornou obrigatória as ações de assistência estudantil em todos os sistemas de ensino, determinando em seu art. nº 172 que:

Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, possibilitando àqueles com menos condições financeiras a oportunidade de acesso, permanência e conclusão dos estudos (BRASIL, 1946).

Até então, os serviços de assistência aos estudantes eram de obrigatoriedade para àqueles com menos capacidade financeira de acessar, permanecer e concluir seu curso. No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estendeu o direito a todos e não mais somente aos necessitados, e ainda estabeleceu que:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, por meio de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (BRASIL, 1961).

No texto da Constituição Federal de 1967, a educação foi mantida como um direito de todos, sendo assegurada a igualdade de oportunidade e ainda, o art. nº 169 determinou que: “§ 2º - Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967). A emenda constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969, no art. nº 176, inciso segundo, menciona que:

o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos, já o parágrafo terceiro diz que “o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no

superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos” (BRASIL, 1969, p. 46).

Conforme Pinto; David e Machado (2015), em 1970, o Decreto nº 66.967, de 11 de junho, criou a Diretoria de Assistência Estudantil, um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, porém sem avanços que beneficiassem a assistência estudantil, visto que o país estava sob o regime militar e a classe estudantil, que em sua maioria era contrária ao sistema, não era vista “com bons olhos”. No entanto, no ano de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692, em seu art. nº 62, §1º, especificou de modo complementar o que estava assegurado no art. nº 169 da Constituição de 1967, quando menciona que:

Art. 62. Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. § 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar (BRASIL, 1971).

A partir do final da década de 1970 e meados de 1980, o Governo Federal passou a preocupar-se com as políticas de assistência estudantil, porém, elas estavam mais voltadas ao ensino fundamental e médio. Em 1983, o MEC aprovou a Fundação de Assistência ao Estudante, como forma de executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante nos níveis de educação pré-escolar, 1º e 2º graus, sem abranger as ações voltadas à educação superior. Todavia, todas essas ações tinham mais relação com os direitos individuais à educação e com a forma de organização dos estudantes, pois os benefícios concedidos não configuravam como expressivos e nem pontuavam como ponto positivo para que um número considerável de jovens permanecessem no ensino superior, não havendo nem mesmo um projeto nacional voltado exclusivamente para a assistência estudantil (COSTA, 2009).

A Constituição Federal de 1988, resultado do processo de redemocratização do Brasil, instituiu o Estado Democrático e assegurou a garantia dos direitos fundamentais, a igualdade e a justiça como valores supremos. Em relação à educação, tema abordado nos artigos nº 205 a 214, foi determinado como sendo um direito de todos e um dever do Estado e da família, com ensino ministrado em igualdade de condições no que diz respeito ao acesso e à permanência, oferecido de forma gratuita nas instituições públicas, atendendo os alunos da educação básica,

efetivando programas que disponibilizem materiais didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Ainda trouxe em seus artigos a garantia dos direitos fundamentais e a necessidade de lei para se instituir o Plano Nacional de Educação, que visa definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, oferecer formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país (BRASIL, 1988).

Apesar de não abordar de forma específica a educação superior, é a partir da Carta Magna que começam as discussões sobre o acesso e a permanência nas universidades, possibilitando o despontar de uma nova fase para as políticas de assistência estudantil, com o surgimento de um estudo mais aprofundado sobre “os direitos dos estudantes de ter condições justas de permanecer no espaço universitário” (COSTA, 2009, p. 08). Segundo Sanches (2013), pode-se afirmar que a história da assistência estudantil no Brasil está interligada com a história da Política de Assistência Social, pois ambas surgiram a partir de movimentos sociais que se empenharam para terminar com um regime militar e promulgar uma nova Constituição Federal. Dessa forma o autor afirma que:

A partir dessa nova concepção de Educação e Assistência Social, iniciou-se um período de reflexões e mudanças, inaugurando um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos superando as práticas assistencialistas e clientelistas. A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (SANCHES, 2013, p. 06).

O governo Fernando Henrique Cardoso, ao assumir a presidência do Brasil em 1995, estabeleceu no país uma política econômica que impactou diretamente na educação, sendo que as instituições de ensino superior sofreram com a defasagem salarial, com a falta de recursos para a manutenção das atividades, para o desenvolvimento da pesquisa e com a falta de professores, que optaram por trocar as universidades públicas pelas privadas ou por aposentadorias. Nesse cenário, o governo FHC optou por incorporar as diretrizes elaboradas pelo Banco Mundial, em 1995, como medida de Reforma do Ensino Superior. Nessas diretrizes estava previsto que as universidades latino-americanas deveriam cobrar mensalidades e outros encargos, que não haveria interferência estatal e que todos os subsídios de gastos com moradia e alimentação, considerados gastos distintos da instituição, deveriam ser eliminados,

culminando com a total falta de uma política de intervenção para ampliar e democratizar a universidade (SANCHES, 2013).

Em 1996, a Lei nº 9.394 - LDB, (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro, estabeleceu princípios norteadores para a educação no Brasil e afirmou que a concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas deveriam ser consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino e que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...”. Por meio do texto da referida lei, percebe-se que as ações do campo educacional passaram a ser pensadas a partir da necessidade de determinados grupos e circunstâncias pontuais, “sob um viés mais equitativo” (COSTA, 2009, grifo do autor).

Em 2007, o Decreto nº 6.096, de 24 de abril, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, sendo um dos seus objetivos o de possibilitar às universidades federais, condições necessárias para ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Assim, a meta era elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais, de dezoito alunos para cada professor, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007a). A ampliação do acesso com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento dos recursos humanos, com investimentos também em qualificação, aliou-se à preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública (MEC, 2007b). Já em relação a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil o programa:

objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (MEC, 2007b, p. 06).

Também no ano de 2007, a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro, instituiu o PNAES, com implementação em 2008, a fim de prestar auxílio aos alunos matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino. Esse auxílio consiste em fornecer subsídios para que os alunos de baixa renda possam permanecer nos cursos de graduação, configurando-se numa tentativa de diminuir as desigualdades sociais e possibilitar a democratização na educação superior (COSTA, 2009). Posteriormente, mais precisamente em 19 de julho de 2010, a Portaria nº 39 foi alterada e passou a ser regulamentada pelo Decreto

nº 7.234, trazendo inovações ao programa e definindo a finalidade do PNAES como sendo a de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (IMPERATORI, 2017). A seguir, apresentam-se as principais características do PNAES:

2.4.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

A Constituição Federal de 1988 representou um importante marco em relação à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos, no entanto, quando se fala em política educacional, importante ressaltar, também, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe alguns dispositivos que visam assegurar a assistência estudantil, destacando-se o art. 3º, quando menciona que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...” e ainda quando determina que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (BRASIL, 1996, p. 01).

Assim, a partir dos fundamentos legais da CF e do que dispôs a LDBEN/96, o FONAPRACE (O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) propôs a implantação de um Plano Nacional de Assistência, com o objetivo de atender os estudantes de baixa renda e reduzir as desigualdades sociais. Então, em 12 de dezembro de 2007, a Portaria nº 39, do Ministério da Educação, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cuja implantação seria efetivada em 2008 (BETZEK, 2015).

Ao instituir o PNAES, a Portaria nº 39 considerou:

a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007b, p. 01).

Ainda, destacou que as ações da assistência estudantil devem estar vinculadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão e são destinadas aos alunos matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior. Em relação às ações, elas devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: “I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio

pedagógico (BRASIL, 2007b, p. 01). Em 19 de julho de 2010, o Decreto nº 7.234/2010 regulamentou a Portaria nº 39, sendo seus objetivos:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a).

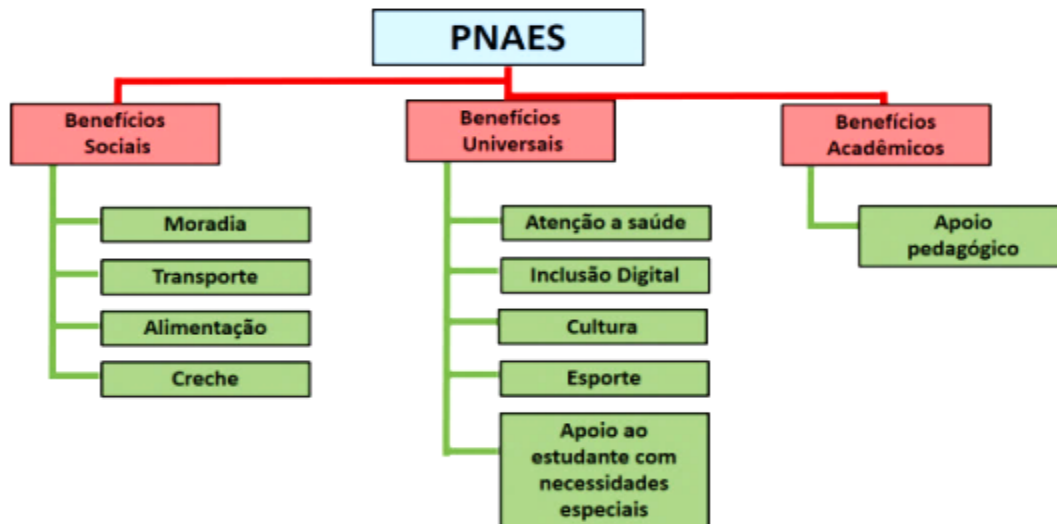
Conforme Betzek (2015), o Decreto nº 7.234, de 2010, trouxe em relação à Portaria nº 39, um diferencial quanto à seleção dos beneficiários, determinando de forma mais detalhada quais estudantes deveriam ser atendidos prioritariamente. Enquanto a Portaria menciona que o critério de seleção deve ser socioeconômico, o Decreto foi além, determinando em seu art. 5º, que os alunos atendidos prioritariamente pelo PNAES seriam os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010a).

As ações desenvolvidas pela AE devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir com o desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão, em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para a permanência e conclusão no curso. Além das áreas contempladas pela Portaria nº 39, o Decreto nº 7.234 incluiu o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. A partir de então, o governo passou a trabalhar com critérios mais focalizados em relação às ações das IFES, para a seleção dos estudantes, quanto aos benefícios da AE, e essa característica assistencial, com foco em alunos carentes, “tira do debate a universalização da assistência estudantil e a transforma em uma política de combate à pobreza no interior da universidade” (BETZEK, 2015, p. 78).

Desta forma, Taufick (2013) reuniu os benefícios estabelecidos no PNAES e os categorizou em três, sendo eles: os Benefícios Sociais, destinados aos alunos em situação de vulnerabilidade social, sendo os auxílios transporte/permanência, alimentação e moradia; os Benefícios Universais, sendo permanentes e pontuais, solicitados em situações de necessidades dos estudantes, como a atenção à saúde, aos alunos com deficiência, além de apoio às atividades de cultura e lazer; e por fim, os Benefícios Acadêmicos, direcionados para aqueles alunos que participam dos projetos de pesquisa ou que apresentam bons desempenhos acadêmicos, sendo

ofertados, geralmente, como bolsas. A seguir, a Figura 5, apresenta o esquema dos benefícios do PNAES:

Figura 5: Benefícios estabelecidos no PNAES



Fonte: Taufick (2013), elaborado com base no Decreto nº 7.234/2010.

Em relação aos recursos do Programa, ele recebe repasses da matriz orçamentária do MEC, exclusivos para a AE. Também, cabe mencionar que a AE não está vinculada à Política de Assistência Social, possuindo legislação própria. Desta forma, deve ser entendida como uma política educacional, considerada como uma política de ação afirmativa, pois objetiva reparar prejuízos acumulados ao longo do tempo, proporcionando igualdade de oportunidades, possibilitando que alunos mais vulneráveis, mais suscetíveis a abandonar seus estudos, possam concluí-los e se inserirem no mercado de trabalho. A autora ainda enfatiza que a assistência estudantil está prevista em leis e é estratégica para permitir que jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham a oportunidade de ingressar em um curso superior (BETZEK, 2015).

A partir da aprovação do PNAES, a AE executa suas ações com os recursos do Governo Federal, encontrando-se inserida no Programa 2031 do orçamento, destinado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sendo sua execução por meio da ação 2.994, destinada à assistência ao estudante da EPT (MACHADO, 2017). Conforme Correa (2020), no que diz respeito ao IFFar, além dos recursos oriundos do PNAES, há uma normativa institucional, determinando que todos os campi e a Reitoria devem reservar 5% de suas verbas de custeio, para também serem aplicadas na área de AE. Destaca-se que essa prática não é recente, sendo

seguida, anteriormente à criação do Programa e era realizada nos campi agrícolas que originaram a instituição.

A seguir apresenta-se como o PNAES norteia as ações desenvolvidas no IFFar.

2.4.1.1 O PNAES no IFFar

O IFFar tem como um de seus compromissos a formação humanística e integral de seus alunos, e para a execução de ações que concretize seus objetivos, conta com o Setor de AE, que realiza um trabalho com foco não só no discente, mas também na sociedade. Para isso, atua como colaborador no processo de ingresso dos estudantes na instituição, almejando a inclusão social, garantindo a igualdade de oportunidades entre os alunos e contribuindo com a permanência e êxito, por meio de uma equipe multiprofissional. Articulada com a missão institucional, a AE atua no planejamento de propostas e execução de atividades para qualificar as ações de acesso, acolhimento e acompanhamento dos discentes, com foco especial nos seguintes aspectos:

Política de Assistência Estudantil – Articula a revisão e o fortalecimento da Política da Assistência Estudantil; a democratização do acesso da comunidade ao IFFar; os auxílios financeiros aos discentes; as representações estudantis e a Pró-Reitoria de Ensino. » Permanência e Êxito dos alunos – Engloba a participação dos alunos em atividades extraclasse; o acesso dos estudantes aos auxílios da Assistência Estudantil; a moradia estudantil; os serviços de refeitório das unidades; os espaços de socialização e potencialização estudantil; os serviços de Saúde nas unidades; o serviço de Apoio Pedagógico nas unidades; o apoio aos estudantes na melhoria do transporte para acesso à instituição; as Políticas de Ações Inclusivas e o acolhimento aos discentes (IFFar, 2019b, p. 89).

A fim de direcionar as ações, a instituição organizou os serviços com base em normativas reguladoras das atividades direcionadas aos discentes, destacando-se: a Política de Assistência Estudantil, a Política de Atenção à Saúde dos Discentes, o Regulamento de Concessão de Auxílios, o Regulamento de Moradia Estudantil, o Regulamento de Convivência Discente, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa de Apoio Didático e Pedagógico aos Estudantes e o Programa de Promoção à Cultura, Esporte Lazer dos Discentes. Em relação à Política de AE, destaca-se que, ela deve estar pautada nos seguintes princípios:

universalização da Assistência Estudantil e atendimento equânime às necessidades dos estudantes; igualdade de condições por acesso e permanência no IFFar; formação ampla direcionada ao desenvolvimento integral dos estudantes; respeito à dignidade

do sujeito, à sua autonomia e ao direito a benefícios e serviços de qualidade; incentivo da participação dos estudantes nos assuntos relativos à Assistência Estudantil e integração com as atividades fins da instituição: ensino, pesquisa e extensão e com as demais políticas setoriais (IFFar, 2010b, p. 89).

A partir da definição dos princípios que regem a AE, essa deve atuar visando concretizar ações com os seguintes objetivos:

- Promover o acesso e a permanência na perspectiva de inclusão social e democratização do ensino;
- Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício das atividades curriculares;
- Buscar alternativas para melhoria do desempenho dos estudantes, visando prevenir e melhorar a evasão e a retenção escolar;
- Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;
- Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico;
- Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;
- Interagir com a família dos estudantes, com o intuito de qualificar o processo e os resultados da aprendizagem, estabelecendo relações de cooperação;
- Estimular a participação dos estudantes, através de suas representações, no processo de gestão democrática (IFFar, 2019b, p. 89).

Os princípios e objetivos são executados por meio de programas, projetos e ações elaborados pela AE, destinados prioritariamente ao atendimento dos estudantes e grupo familiar, que estejam sem situação de vulnerabilidade, sendo que estão divididos em eixos:

1. Ampliação do acesso ao IFFar;
2. Apoio à permanência dos estudantes;
3. Apoio didático-pedagógico e acompanhamento de egressos;
4. Atenção à saúde;
5. Promoção do esporte, cultura e lazer;
6. Monitoramento e avaliação da política de Assistência Estudantil (IFFar, 2019b, p. 89).

A partir da definição dos eixos, a serem seguidos pela instituição, são desenvolvidos os programas, conforme Figura 6:

Figura 6: Programas desenvolvidos no IFFar



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 6 apresenta os Programas desenvolvidos pelo IFFar, conforme diretrizes estabelecidas pelo PNAES. A seguir, tem-se uma breve explanação do que se refere cada um desses programas:

- **Moradia Estudantil:** constituída por dormitórios e áreas adjacentes, com lavanderia, refeitório e áreas destinadas à convivência e ao lazer dos alunos. Tem como foco prioritário os alunos regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, menores de 18 anos e que residam em municípios diferentes ou locais de difícil acesso ao campus. Cada unidade do IFFar é responsável por analisar periodicamente a necessidade local de moradia, bem como a viabilidade de construção e as condições de manutenção da mesma.

- **Segurança Alimentar e Nutricional:** é disponibilizado aos estudantes o acesso à alimentação, mas também orientação sobre alimentação saudável e segurança alimentar. O Programa Institucional de Segurança Alimentar e Nutricional contém as normativas a serem seguidas, sendo sua principal finalidade garantir ao estudante acesso aos refeitórios e alimentação adequada, no período em que estão na instituição, desenvolver ações que fomentem a prática alimentar saudável, regulamentar as formas de acesso ao programa e normatizar as formas de aquisição, distribuição e preparo da alimentação.

- **Auxílio Financeiro:** tem o objetivo de garantir condições para a permanência e êxito dos discentes, minimizando situações de retenção e evasão, sendo destinado aos estudantes matriculados regularmente e que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Os auxílios oferecidos estão especificados no Regulamento e Concessão de Auxílios da Assistência Estudantil e utilizam recursos do PNAES ou da matriz orçamentária da instituição. O valor de cada auxílio é definido com base na regulamentação interna, sendo vedada a exigência de contrapartida na forma de atividade laboral, aos alunos contemplados.

- **Atenção à Saúde:** a Política de Atenção à Saúde Discente tem como objetivo a qualidade de vida dos discentes, sendo que se considera que esse fator interfere diretamente na permanência dos alunos na instituição. As ações desempenhadas se correlacionam com outras áreas, setores e com a sociedade, sendo que todos os matriculados têm acesso. Para execução das ações, o programa conta com o Setor de Saúde, com composição multiprofissional de assistente social, enfermeiro, médico, odontólogo, nutricionista, psicólogo e técnico em

enfermagem, sempre atuando com base na melhoria da qualidade de vida, no aproveitamento e rendimento escolar.

- **Promoção do Esporte, Cultura e Lazer:** destinado aos estudantes regularmente matriculados, tem o objetivo de promover atividades nas áreas de esporte, cultura e lazer, garantindo com as ações executadas, melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento do conhecimento, a permanência e o êxito escolar dos alunos. Cada campus deve elaborar e implementar os projetos e atividades que contemplam as linhas de ações do programa. Dentre as ações desenvolvidas, importante destacar os Jogos Estudantis e a Mostra Cultural Estudantil do IFFar, que são realizados em duas modalidades, sendo um evento interno, no campus, e outro com representantes de todas as unidades.

- **Apoio Didático-pedagógico:** tem como objetivo identificar, fundamentar e analisar as dificuldades dos alunos ao longo do processo de ensino e aprendizagem, visando, por meio das suas ações, superá-las. O programa criado indica atividades de acompanhamento, no contraturno escolar, respeitando as especificidades de desenvolvimento de aprendizagem de cada aluno. Desta forma, a atuação é realizada em conjunto com o setor pedagógico e destina-se especialmente aos estudantes que apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Após a definição dos principais programas, elaborou-se o Quadro 3, com os objetivos de cada um deles:

Quadro 3 - Programas de Assistência Estudantil do IFFar

PROGRAMAS	OBJETIVO
1. Programas de Auxílios Financeiros aos Estudantes	• Atender os estudantes em vulnerabilidade econômica.
2. Programa de Moradia Estudantil	• Ofertar moradia estudantil aos discentes.
3. Programa de Assistência Alimentar	• Fornecer alimentação aos estudantes, por meio dos restaurantes da Instituição.
4. Programa de Apoio Médico aos Discentes da Instituição	• Orientar os alunos à prevenção no que tange à saúde, bem como realizar os atendimentos médicos ou encaminhar os discentes ao posto de saúde, quando necessário.
5. Programa de Apoio Odontológico aos Discentes da Instituição	• Orientar os alunos à prevenção da saúde bucal, bem como realizar os atendimentos odontológicos nas unidades em que se possui clínica odontológica.
6. Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Culturais, Artísticas e de Lazer	• Incentivar os alunos à prática de atividades físicas e culturais.

Fonte: IFFar (2019b).

Os Programas relacionados no Quadro 3, executados pelo IFFar, têm como objetivo atender os estudantes em situação de vulnerabilidade, tanto econômica quanto social, na tentativa de amenizar os impactos, disponibilizando auxílios financeiros, moradia estudantil (em algumas unidades), fornecendo alimentação, para a quase maioria de seus alunos e ainda oferecendo atendimento médico, odontológico, psicológico, orientação nutricional, e incentivo à prática de atividades esportivas, culturais e de lazer. Ainda se destaca que:

A Política de Assistência Estudantil norteia os procedimentos do Setor de Assistência Estudantil nas ações que envolvem o acesso, a permanência e o êxito dos discentes, bem como orienta os estudantes na participação escolar nos espaços das unidades e nos espaços sociais, quando estão atuando em atividades de representação da instituição. Os documentos norteadores da Política de Assistência Estudantil, que contém as finalidades, as diretrizes e as normatizações do setor, são elaborados e revisados pelas Coordenações de Assistência Estudantil (CAEs) das unidades, pelo Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil, pelas Pró-Reitorias e seus grupos assessores e, em última instância, são submetidos à aprovação do Conselho Superior (IFFar (2019b, p. 87).

A fim de se cumprirem os objetivos, de cada um dos Programas, têm-se as ações, que são desempenhadas, conforme as diretrizes estabelecidas no PNAES (2010). A seguir, no Quadro 4, são apresentadas as ações, bem como seus respectivos resultados, do período de 2014 a 2019:

Quadro 4 - Ações e Resultados dos Programas da AE IFFar, de 2014 – 2019

(Continua)

AÇÕES	RESULTADOS
2014	
Programas de Auxílios Financeiros aos Estudantes	✓ 2707 AUXÍLIOS.
Programa de Moradia Estudantil	✓ Foram 400 alunos atendidos; ✓ O IFFar possui moradia nos campi Alegrete, Jaguari, São Vicente do Sul e em fase de conclusão de obra em São Borja.
Programa de Assistência Alimentar	✓ 8.500 alunos atendidos.
Programa de Apoio Médico aos Discentes da Instituição	✓ Ação praticada em todos os campi da instituição.
Programa de Apoio Odontológico aos Discentes da Instituição	✓ A ação atinge principalmente os alunos do campus Alegrete e São Vicente do Sul, que são os campi que já possuem centros odontológicos.
Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Culturais, Artísticas e de Lazer	✓ Realização de Jogos Estudantis, Apresentações Culturais e Artísticas, incentivo da consolidação dos departamentos de tradições gaúchas, entre outros; ✓ Ação praticada em todos os campi da instituição.

(Continuação)

2015	
Desenvolvimento de atividades que visam à redução da evasão e retenção escolar.	✓ As ações são desenvolvidas em todos os campi do IFFar, envolvendo todos os estudantes da instituição. O Objetivo é combater a evasão e a retenção escolar e aumentar o rendimento dos alunos.
Programa de Moradia Estudantil	✓ Oferta de moradia estudantil aos discentes do IF Farroupilha.
Programas de saúde e segurança alimentar	✓ Ações preventivas de saúde, atendimentos médico e odontológico e fornecimento de alimentação aos estudantes.
2016	
Realização de atividades de recepção e acolhimento de alunos.	✓ As ações desenvolvidas resultam em maior integração entre alunos, professores, técnico-administrativos e demais funcionários dos campi.
Programas de saúde, segurança alimentar, atendimentos psicológicos e serviço social para alunos e servidores	✓ Ações educativas e preventivas de saúde, atendimentos médicos, odontológicos e psicológicos, serviços de enfermagem e fornecimento de alimentação aos estudantes e servidores do IFFar; ✓ Foram atendidos 7792 alunos.
Ações de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas.	✓ Oferta de vagas para moradia estudantil, alimentação, transporte e garantia de acessibilidade à comunidade interna e externa do Instituto Federal Farroupilha e realização de atividades focadas nas diversidades étnicas, culturais e de gênero
2017	
Realização de atividades de recepção e acolhimento de alunos.	✓ As ações desenvolvidas resultam em maior integração entre alunos, professores, técnico-administrativos e demais funcionários dos campi.
Ações de assistência estudantil, ações inclusivas e acessibilidade.	✓ Atendimento médico, pedagógico, psicológico, odontológico, orientação nutricional e assistencial, fornecimento de alimentação e moradia estudantil aos alunos do IFFar.
2018	
Programa de Auxílio Financeiro	✓ Oferta de auxílio: permanência, transporte, atleta, eventual e participação em eventos; ✓ Redução de recursos para essa modalidade de programa em virtude da alocação de recursos para outros programas da AE.
Programa de Moradia Estudantil	✓ Oferta de moradia Estudantil nos campi de Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, São Borja e São Vicente do Sul; ✓ O percentual de alunos contemplados com a Moradia cresceu em 13,4% no exercício de 2017 para 2018 enquanto que o percentual de crescimento de alunos nesses campi foi em torno de 0,3%.

(Conclusão)

Programa de Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acesso à alimentação no período em que estão no Instituto, assim como sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância de ter uma alimentação saudável; ✓ Os estudantes da moradia têm 100% de suas necessidades nutricionais diárias atendidas; ✓ Além disso, os campi Alegrete, Jaguarí e São Vicente do Sul disponibilizam alimentação para todos os educandos independente de nível e modalidade de ensino.
Programas de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ações desenvolvidas com o objetivo de prevenir doenças e a promoção da saúde, tendo em vista a necessidade de atenção integral ao estudante. São ações de saúde: serviço de psicologia, odontologia, enfermagem, médico e nutricional. Foram atendidos 9.207 alunos.
2019	
Auxílio financeiro aos estudantes.	✓ 705 alunos beneficiados com bolsas e auxílios.
Auxílio alimentação aos estudantes	✓ R\$ 11,41 milhões de auxílio financeiro aos estudantes e auxílio à alimentação.
Atendimento psicológico, nutricional, social e de saúde aos alunos.	✓ 808 alunos contemplados com moradia estudantil. » 884 alunos atendidos com auxílio transporte. » 22.664 alunos atendidos por programas de saúde no IFFar

Fonte: IFFar (2015b, 2016, 2017a, 2018a, 2019a, 2020).

Entre 2014 e 2019, constatou-se que as ações desempenhadas pela instituição, em relação à AE, constitui-se basicamente em auxílios financeiros aos estudantes, fornecimento de alimentação, fornecimento de moradia, atendimento médico, odontológico psicológico, social e orientação nutricional, sendo que a cada ano o objetivo foi de ampliar os serviços ofertados, com o maior número de alunos possível a ser atendido, no limite do orçamento disponibilizado para a execução. A fim de subsidiar a ampliação dos serviços ofertados, foram estabelecidas metas e estratégias, conforme demonstradas no Quadro 5, para o Programa de Permanência e Êxito, do IFFar, no são desempenhadas as ações da AE.

Quadro 5 - Metas e Estratégias do Programa de Permanência e Êxito do IFFar, 2014 a 2019.

(Continua)

METAS	ESTRATÉGIAS
1. Aumentar em 10% o número de alunos beneficiados com os programas de auxílio financeiro do IF Farroupilha.	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a manutenção e ampliação dos Programas de Auxílio Financeiro aos Estudantes do IF Farroupilha; • Ampliar os recursos financeiros aplicados nos Programas de Auxílio Financeiros aos Estudantes do IF Farroupilha; • Realizar reajuste de 20% nos valores dos benefícios concedidos aos estudantes a cada dois anos.

(Conclusão)

2. Ampliar o número de alunos do IF Farroupilha participantes em atividades extraclasse.	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação de estudantes em eventos, congressos e seminários; • Garantir aporte financeiro na matriz orçamentária dos campi para a participação de estudantes em congressos, simpósios, seminários, eventos esportivos e culturais; • Realizar anualmente os Jogos Estudantis do IF Farroupilha e a Mostra Cultural Estudantil; • Incentivar a prática do desporto e as manifestações artístico culturais locais/regionais no âmbito escolar.
3. Implantar e qualificar a Moradia Estudantil nas Unidades de Ensino do IF Farroupilha	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto padrão de Moradia Estudantil do IF Farroupilha; • Construir Moradia Estudantil nos campi que não possuem; • Realizar reformas e melhorias nas Moradias Estudantis existentes.
4. Implantar e qualificar os serviços dos refeitórios das Unidades de Ensino do IF Farroupilha	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto padrão de Refeitório Estudantil do IF Farroupilha; • Construir refeitório em todas as Unidades de Ensino do IF Farroupilha; • Realizar melhorias e reformas nos refeitórios existentes;
5. Implantar e qualificar espaços de socialização e politização estudantil	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e melhorar os espaços de convivência e de prática esportivas, cultura e lazer nas Unidades de Ensino do IF Farroupilha;
6. Implantar e qualificar os serviços de Saúde das Unidades de Ensino do IF Farroupilha	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o setor de saúde em todas as Unidades de Ensino do IF Farroupilha, contemplando as necessidades de pessoal e material; • Assegurar a continuidade dos serviços de atenção à saúde do estudante e promover projetos de prevenção e promoção a saúde.

Fonte: IFFar (2014a).

Das metas e estratégias estipuladas, constatou-se que, praticamente todas as ações, a serem executadas, no que se referem ao Programa de Permanência e Êxito do IFFar, dependem de recursos financeiros para serem concretizadas e estão vinculadas às diretrizes do PNAES. Como a AE do IFFar atua em conjunto com outros setores, tanto da instituição quanto da sociedade, a fim de minimizar as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é por meio da execução dos programas que ela oferece aos discentes condições de subsistência, mas também desenvolve algumas ações voltadas a outras formas de vulnerabilidade (IFFar, 2014a).

3 MÉTODO DO ESTUDO

A pesquisa pode ser definida como uma atividade que envolve descobertas, de um modo sistemático, proporcionando o avanço da fronteira do conhecimento, pois por meio dos métodos utilizados o pesquisador coleta, ordena e analisa informações a fim de emitir suas conclusões, e com a escolha do método apropriado ao seu tipo de pesquisa, garante que o novo conhecimento tenha bases sólidas. O pesquisador é aquele que realiza tanto um trabalho prático quanto teórico, identifica um assunto a ser pesquisado, coleta as informações, as analisa de uma forma sistêmica e apresenta um rol de problemas para serem resolvidos (WALLIMAN, 2015).

De acordo com Gil (2018), a pesquisa pode ser desenvolvida tanto por razões de ordem intelectual, quanto de ordem prática, com a utilização de métodos e técnicas de investigação científica, constituindo-se num processo de inúmeras fases, que vai da formulação do problema à apresentação dos resultados. Vergara (2015, p. 01) afirma que “o método é a intervenção do pesquisador, sua atividade mental consciente para realizar o papel cognitivo da teoria [...] Ele aproxima o investigador do fenômeno estudado [...]”.

Neste capítulo, estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos na pesquisa. Para tanto, a seguir, demonstra-se a caracterização da pesquisa (3.1) e os procedimentos de coleta de dados (3.2), que contém a técnica de análise de dados e o desenho da pesquisa.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com o objetivo geral de: analisar a execução orçamentária dos recursos destinados à AE, do IFFar, no período de 2014 a 2019, a fim de identificar se atenderam o objetivo estratégico estabelecido no PDI, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo exploratória, aplicada, explicativa, estudo de caso, com abordagem qualitativa.

A pesquisa de campo consiste na observação de fatos ou fenômenos, exatamente como ocorreram, tem como objetivo coletar informações a respeito do problema que se está investigando, como forma de resposta ou ainda para se formular hipóteses que se deseja comprovar, ainda, “descobrir novos, ou relações entre eles”. Na primeira fase, se requer a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema do estudo, a fim de se estabelecer um modelo teórico inicial. Em seguida, devem-se determinar as técnicas de coleta de dados, e por

último, determinam-se as técnicas de registro e de análises desses dados (MARCONI e LAKATOS, 2017, grifo do autor).

Segundo Gil (2018, p. 26), “toda pesquisa tem seus objetivos, que tendem, naturalmente, a serem diferentes dos objetivos de qualquer outra [...]”. De acordo com a classificação do autor, em relação aos objetivos mais gerais, foi utilizada a pesquisa exploratória, pois ela visa proporcionar maior proximidade com o problema, ou seja, familiarizar o pesquisador com o objeto pesquisado, a fim de torná-lo mais claro, e formular novas ideias do tema discutido. Em grande parte dos casos, as pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema de pesquisa e análises de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ; WRIGHTSMANN; COOK, 1967, p. 63).

A fim de identificar se os recursos financeiros, destinados à AE, tiveram influência no êxito da política de atendimento aos discentes, atendendo as ações planejadas no PDI, foi utilizada a pesquisa explicativa, pois “essa pesquisa tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (GIL, 2018). Desta forma, a partir do levantamento das ações executadas pela AE, e dos recursos nelas aplicados, foi possível identificar se os recursos financeiros são fatores determinantes na concretização dos planos estabelecidos.

Ainda conforme conceitua Gil (2018), quanto a natureza a pesquisa é aplicada, pois esse tipo de pesquisa é voltado à aquisição de conhecimento, com o objetivo de aplicar em uma situação específica, visto que ao realizar análises quanto ao planejamento e aplicação dos recursos públicos para a AE, ela se volta para uma situação específica e menos direcionada para o desenvolvimento de teorias, o que converge com o que é recomendado em uma dissertação de mestrado profissional.

Em relação aos procedimentos ou estratégia de pesquisa, a mesma pode ser classificada como estudo de caso, pois segundo Gil (2018, p. 33) “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Ainda, segundo o autor, ele tem diferentes propósitos, dentre os quais: explorar situações da vida real, descrever a situação do contexto de determinada investigação, explicar as variáveis causais de determinados fenômenos, e não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Segundo Minayo (2007, p. 48), uma pergunta importante neste item é “quais

indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A amostra boa é aquela que possibilita abranger uma totalidade do problema investigado, em suas múltiplas dimensões”. O estudo de caso foi realizado no IFFar, instituição pública, de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino e vinculada ao Ministério da Educação.

A avaliação da qualidade dos resultados obtidos depende de como os dados foram coletados e dos procedimentos adotados na análise e interpretação. Desta forma, esta pesquisa foi, segundo a natureza dos dados, qualitativa, e conforme o ambiente foi pesquisa de campo. Já, de acordo com o grau de controle das variáveis, ela foi não experimental (GIL, 2018). Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa qualitativa não admite regras precisas, problemas ou hipóteses antecipadas, há um mínimo de estruturação prévia, e as teorias deverão ser aplicadas no decorrer do processo de investigação. Para Gerhardt (2009, p. 31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

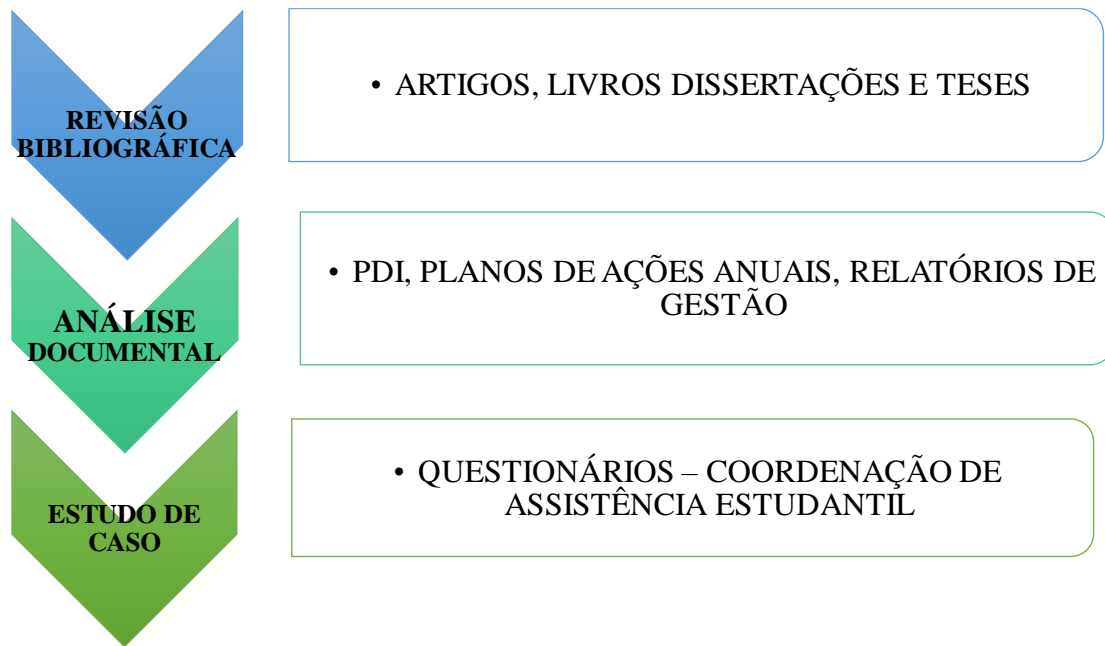
A seguir, tem-se a descrição dos procedimentos de coleta de dados e das técnicas utilizadas em cada uma das etapas:

3.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi realizada a revisão da literatura, ou seja, a pesquisa bibliográfica, por meio da análise de artigos científicos, dissertações, teses e livros sobre os temas: orçamento público, com enfoque para o orçamento destinado à educação, planejamento do orçamento e o financiamento da política de atendimento aos discentes, com ênfase no PNAES. A finalidade desta etapa foi ampliar o conhecimento em relação aos conceitos e à política orçamentária brasileira, permitindo estabelecer um posicionamento mais crítico e compreender como são executados os recursos financeiros, que possibilitam a efetivação da política de assistência estudantil, bem como apresentar diferentes enfoques sobre o tema.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, na etapa da coleta de dados, foram utilizadas duas técnicas: a análise documental, e o estudo de caso, com a aplicação de questionários. A Figura 7 demonstra o resumo dos procedimentos realizados:

Figura 7: Procedimentos de coleta de dados:



Fonte: Elaborada pela autora

No que diz respeito à análise documental, os dados foram coletados por meio do estudo pormenorizado de documentos que estão disponíveis aos cidadãos, em páginas da internet do Governo Federal e na página do IFFar. Segundo Gil (2018), fonte documental é considerada quando os materiais consultados são internos à organização e dentre os mais utilizados estão aqueles documentos institucionais mantidos em arquivos de empresas e órgãos públicos, documentos jurídicos e registros estatísticos. Godoy (1995, p. 25) afirma que a análise documental “pode ser utilizada também como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observações”. Importante ressaltar que a análise documental não foi utilizada como técnica complementar, conforme ensina Godoy e sim como marco inicial do processo de pesquisa, sendo que foram os questionários utilizados na complementação do estudo.

Desta forma, tomando como base o conceito apresentado por Gil, foram utilizados para a análise: Resoluções, Leis, Portarias, Decretos, PDI’S do IFFar (2014-2018; 2019-2026), Relatórios de Gestão (Exercícios 2014 - 2019), Planos de Ações Anuais (Exercícios 2014 - 2019) e Planilhas em Excel (Exercícios 2014 - 2019), fornecidas pela CAE da Reitoria. Nessas planilhas constam os dados de atendimentos da AE, que são enviados periodicamente à

Reitoria, pelos campi, e compilados em um documento único a fim de se levantar o que de fato foi executado na instituição.

O estudo de caso foi realizado tendo em vista complementar a análise dos dados secundários, sendo os questionários construídos com base nos objetivos específicos, por meio do *Google forms*, com questões estruturadas, fechadas e com alternativas de múltipla escolha, a serem aplicados aos Diretores de Administração e aos Coordenadores de Assistência Estudantil. Ainda, as questões foram formuladas pela autora, com base nos dados secundários e seguindo o que afirma Gil (2018, p. 95), quando menciona que:

a elaboração do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário. Todavia, é possível, com base na experiência dos pesquisadores, definir algumas regras práticas a esse respeito:...

De acordo com Gil (2018), foram elaboradas questões fechadas, com alternativas escalonadas, sendo as respostas do tipo “Discordo Totalmente”, “Discordo Parcialmente”, “Indiferente”, “Concordo Parcialmente” e “Concordo Totalmente”. As perguntas foram relacionadas ao problema proposto, e o questionário foi dividido em 04 blocos: Bloco 01- Identificação, Bloco 02-Planejamento das Ações para a Assistência Estudantil, Bloco 03 – Ações da Assistência Estudantil e Bloco 04- Metas estabelecidas no PDI 2014-2018.

Em relação à amostra, foi utilizada a amostragem não probabilística, por sua característica de subjetividade e por ser não aleatória, permitindo ao pesquisador fazer a seleção de suas observações, ou seja, foi escolhido um grupo de forma intencional. Primeiro, havia sido escolhido o grupo dos Diretores de Administração, no entanto, diante da negativa das respostas desse grupo, foi escolhido um outro, o dos Coordenadores de Assistência Estudantil. Desta forma, foram utilizados na seleção da amostra, como métodos de coleta de dados, o de conveniência, porque foi realizada a escolha dos grupos que responderiam os questionários, e o intencional por quota, porque se selecionou um grupo específico (NOBRE et al. 2016).

Os questionários encontram-se em anexo, sendo enviados de modo *online*, por meio do *Google Forms* e por e-mails, no período de 01 a 31 de novembro, aos Diretores de Administração dos campi, com o objetivo de elucidar dúvidas em relação aos recursos financeiros destinados à AE, e que não haviam sido respondidas na etapa de análise documental. Para tanto, foram enviados 11 (onze) questionários, sendo que decorrido o prazo de 30 dias não foram respondidos.

Diante da negativa em relação às respostas, optou-se por um Plano “B”, que foi a elaboração de outro questionário, em anexo, aplicado no período de 01 a 30 de dezembro, de modo *online*, pelo *Google Forms* e por e-mails, com perguntas semelhantes às do anterior, porém destinados aos Coordenadores de Assistência Estudantil, de cada campus. No total foram enviados 11 (onze) questionários, obtendo-se um total de 08 (oito) respostas.

A etapa de coleta de dados pode ser resumida conforme os objetivos propostos no estudo, de acordo com a Figura 8:

Figura 8: Coleta de dados de acordo com os objetivos propostos

OBJETIVO 1:	OBJETIVO 2:	OBJETIVO 3:	OBJETIVO 4:
<ul style="list-style-type: none"> • ANÁLISE DOCUMENTAL: PDI PLANOS DE AÇÕES E RELATÓRIOS DE GESTÃO 	<ul style="list-style-type: none"> • ANÁLISE DOCUMENTAL: PDI, PLANOS DE AÇÕES RELATÓRIOS DE GESTÃO TESOIRO GERENCIAL E PLANILHAS EXCEL CAE 	<ul style="list-style-type: none"> • ANÁLISE DOCUMENTAL: PNAES, RELATÓRIOS DE GESTÃO, PLANILHAS EXCEL CAE 	<ul style="list-style-type: none"> • QUESTIONÁRIOS: COORDENAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Fonte: Elaborada pela autora

Partindo-se dos objetivos propostos, a fim de atender o primeiro objetivo específico do estudo, foi realizada análise do PDI 2014-2018, a fim de verificar as metas e estratégias referentes ao objetivo estratégico Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do IFFar. Para subsidiar esta etapa da pesquisa, ainda foram analisadas as informações contidas nos Planos de Ações Anuais e nos Relatórios de Gestão Anuais, pois são fontes de dados financeiros importantes e necessárias na complementação da primeira etapa, sendo selecionadas, dentre todas as ações planejadas, àquelas relacionadas diretamente à AE.

A fim de alcançar o segundo objetivo proposto, foi realizado um comparativo entre a projeção orçamentária e as despesas executadas com a AE, do período de 2014 a 2019. Para realizar esta etapa foram coletados dados no PDI 2014-2018, no que se referem ao planejamento orçamentário institucional a longo prazo e nos Planos de Ações Anuais, do período de 2014 a 2019, sendo apurado o montante de recursos orçados para a AE, nesses dois instrumentos de gestão. Já as despesas efetivamente executadas foram coletadas por meio de relatórios do

Tesouro Gerencial, nos Relatórios de Gestão, apresentados anualmente, ambos encontrados na página da instituição na internet e nas Planilhas em Excel, disponibilizadas pela Coordenação de Assistência Estudantil, da Reitoria. Todos os dados coletados foram reunidos em tabelas do Excel para posterior análise.

Como meio de subsidiar esta etapa da pesquisa, ainda foram realizadas consultas no Portal da Transparência e no Portal de Acesso à Informação do Governo Federal, em suas respectivas páginas da internet. Os dados da projeção orçamentária, do PDI, dos Planos de Ações, e das despesas executadas foram transcritos para planilhas do Excel e agrupados por ano. Sendo assim, foi possível realizar o comparativo orçamentário, identificando se as ações previstas, para a AE, foram executadas de acordo com os planejamentos a curto e a longo prazo.

Para identificar se houve a necessidade de priorizar determinadas ações de AE, no período de 2014 a 2019, em decorrência de restrições orçamentárias, foi realizado um levantamento das áreas a serem desenvolvidas pela instituição, de acordo com o que determina o PNAES³. Com a descrição das áreas ou programas, partiu-se para a análise dos Relatórios Anuais de Gestão e dos relatórios disponibilizados pela Coordenação de Assistência Estudantil, com o objetivo de identificar os recursos financeiros aplicados na execução de cada uma.

A fim de complementar as informações, foram elaboradas planilhas eletrônicas no Excel, com dados do orçamento total executado pela instituição, do orçamento destinado exclusivamente à AE, do destinado aos Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. Como para este estudo é de relevância a execução orçamentária da Ação 2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação, foi detalhado, anualmente o valor gasto, por natureza de despesa, enfatizando-se as que representaram maior percentual de gasto.

Após o levantamento das áreas desenvolvidas na instituição e do orçamento total executado para a AE, o próximo passo foi realizar um detalhamento dos valores executados em cada uma das áreas, procedendo-se ao cálculo do percentual de representação em relação ao montante. Desta forma, foram elaboradas planilhas com o orçamento destinado à moradia estudantil, alimentação e concessão de auxílios financeiros aos estudantes, sendo que em relação às demais áreas, não houve a possibilidade de realizar demonstração de orçamento aplicado, tendo em vista, que em nenhum dos documentos analisados foram encontrados dados a serem tabulados e analisados.

³ Conforme Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010 (BRASIL, 2010a).

Após a análise dos Planos de Ações, dos Relatórios Anuais (Relatórios de Gestão e da Coordenação da Assistência Estudantil) e dos Relatórios do Tesouro Gerencial, aliada à aplicação dos questionários, espera-se responder ao objetivo geral deste estudo, identificando se os recursos financeiros destinados à Política de Atendimento aos Discentes do IFFar, no período de 2014 a 2019, atenderam o objetivo de Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do IFFar, ou se a concretização de seus objetivos foi afetada, em todo ou em parte, com justificativas ligadas às questões orçamentárias.

A análise qualitativa foi realizada utilizando-se a Análise de Conteúdo, que para Bardin (2016, p.44) é conceituada como “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Ainda enfatiza que “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2016, p. 50). A autora define três fases da técnica, que são:

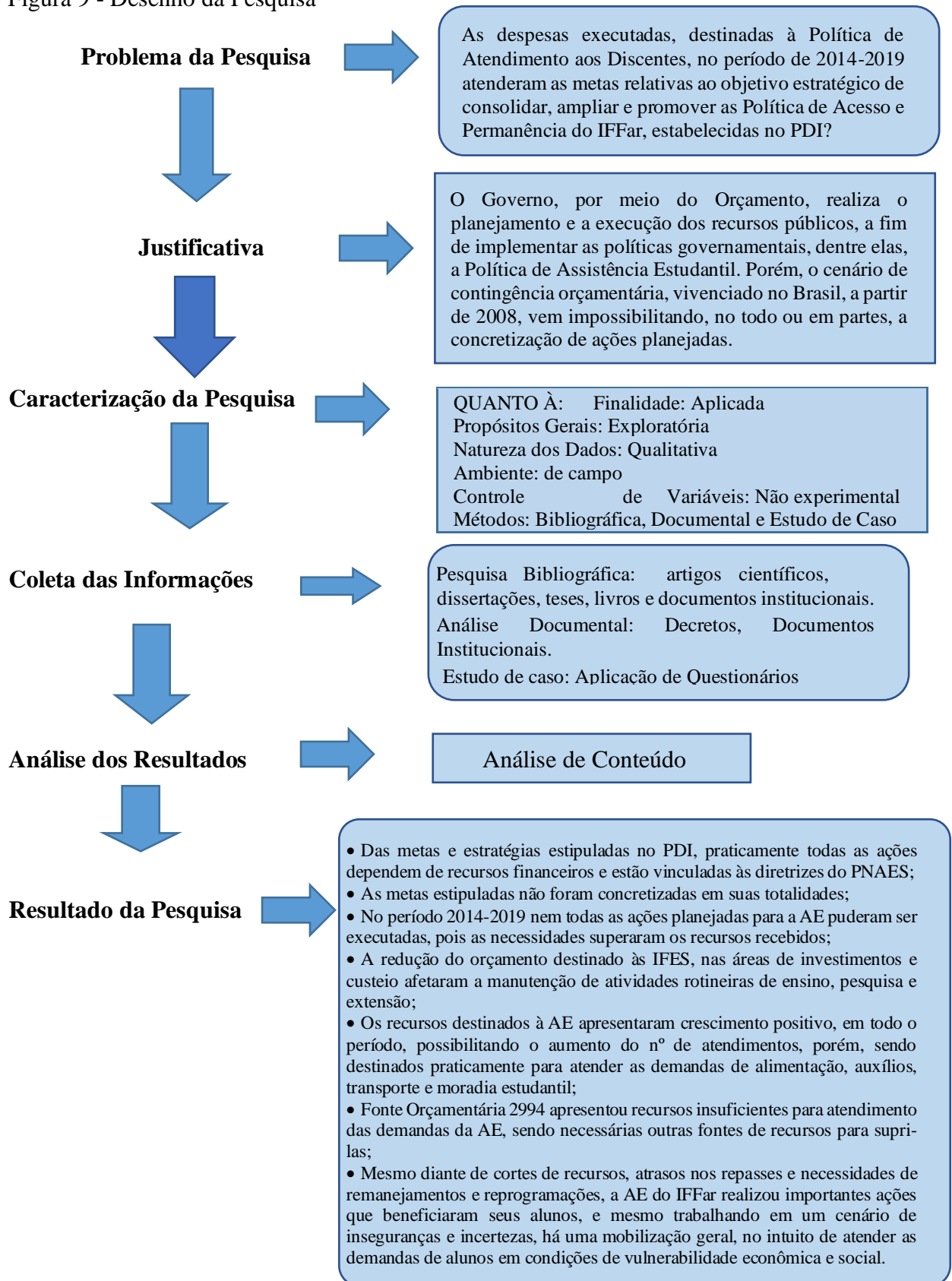
- **Pré-análise:** fase de organização, com avaliação do que será analisado e do que ainda precisa ser coletado. Nesta fase ocorre a sistematização das ideias iniciais, a escolha dos materiais, a formulação de hipóteses e objetivos e a preparação do material.
- **Exploração do Material:** etapa em que há a categorização e codificação do material selecionado, com a escolha das unidades, regras de contagem e de categorias.
- **Tratamento dos resultados:** os resultados são tratados e condensados, sendo que o tratamento é realizado por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada.

Após o procedimento de coleta de dados, as análises dos resultados obtidos, levando-se em consideração os objetivos propostos na pesquisa, foram realizadas de modo qualitativo. Os dados quantitativos, referentes às projeções orçamentárias e execuções orçamentárias, foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), média anual, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo que foram agrupados em tabelas, quadros e gráficos.

Desta forma, os dados coletados foram analisados com o auxílio dos conceitos e referenciais teóricos pesquisados, e a fim de melhor organização e entendimento, as análises estão apresentadas de acordo com os objetivos propostos no estudo.

A seguir, demonstra-se o desenho da pesquisa (Figura 9) a fim de sistematizar e compreender os processos deste estudo:

Figura 9 - Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a finalidade de atender os objetivos propostos na presente pesquisa, apresentam-se as análises dos dados, tendo sido coletados em documentos institucionais selecionados, como o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, os Planos de Ações Anuais, os Relatórios de Gestão e os Relatórios de Ações da AE, dos exercícios 2014 a 2019. Este capítulo contempla as seguintes seções: Levantamento das ações planejadas para a AE, que demandam recursos financeiros (4.1), Comparativo entre a projeção orçamentária e as despesas executadas (4.2), Ações da AE executadas no IFFar (4.3), A política de AE do IFFar no contexto de contingenciamentos orçamentários: uma análise a partir da percepção dos coordenadores de AE (4.4) e Proposta de Melhorias, a partir dos resultados obtidos (4.5).

4.1. ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA CONCRETIZAR AS AÇÕES PLANEJADAS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

Na etapa do planejamento, a partir das demandas da comunidade escolar, as unidades estabelecem um valor necessário à concretização de seus planos, e esses valores passam a fazer parte, tanto do PDI, que deverá conter a projeção para o período ao qual foi elaborado, quanto dos Planos Anuais, nos quais constam as projeções anuais, de cada unidade e para cada exercício. No entanto, nem sempre o que consta nos documentos de planejamento é o que efetivamente se realiza, em virtude da dependência da liberação de recursos.

No intuito de se realizar o levantamento das principais ações foram analisados os Planos de Ações Anuais, do período de 2014 a 2019, de cada unidade da instituição, selecionando, dentre todas as ações planejadas, aquelas relacionadas diretamente com a AE, e com dependência de recursos financeiros para a sua concretização. Com isso, segue um resumo (Tabela 1) do levantamento realizado, do montante necessário para a execução das ações de AE, sendo o detalhamento encontrado no Anexo C:

Tabela 1 - Resumo do Plano de Ação Orçamentário Anual de 2014-2019: Assistência Estudantil

ANO	VALOR PLANEJADO (EM MILHÕES)
2014	R\$ 7,78
2015	R\$ 10,08
2016	R\$ 11,96
2017	R\$ 11,76
2018	R\$ 12,39
2019	R\$ 14,48

Fonte: IFFar (2014b), 2014c, 2015a, 2017b, 2017c, 2018b

Para o ano de 2014, haviam sido planejadas ações, em todas as unidades da instituição, referentes à AE, no montante em torno de R\$ 7,8 milhões. No entanto, destaca-se que muitas das ações foram planejadas contando com recursos de fonte não exclusiva da Ação 2994, conforme pode-se verificar a seguir:

Para a Ação 2994⁴ - Assistência ao educando da Educação Profissional, a Meta estimada foi de 8300 alunos atendidos para o ano de 2014. Com orçamento inicial de R\$ 6,74 milhões foram atendidas 8117 estudantes, ou seja, 98% da meta inicial. Da dotação inicial foram empenhados aproximadamente 100%, dos quais foram inscritos em restos a pagar não processado 29% do valor empenhado. Observa-se que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos em 2014, em função da otimização do recurso efetuado pelos campi, e também pela utilização de recursos da 20RL⁵ para esse fim (IFFar, 2015b, p. 86).

Destaca-se que o montante de R\$ 7,8 milhões, soma dos recursos dos planejamentos elaborados pelos campi do IFFar, ficou abaixo do orçamento destinado à AE, do mesmo ano, que foi de R\$ 6,45 milhões, evidenciando que os recursos enviados para as unidades não suprem as suas demandas. Ainda é importante enfatizar que:

⁴ Fonte Orçamentária - Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola (IFFar, 2015b, p. 86).

⁵ Fonte Orçamentária - Ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (materiais de consumo, investimentos, prestação de serviços), que visa expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência (IFFar, 2015b, p. 85).

Durante a execução das ações traçadas para o exercício, o Instituto Federal Farroupilha também se deparou com algumas dificuldades: - Atraso no repasse dos recursos do PRONATEC e conseqüente atraso no pagamento de bolsas para estudantes, o que ocasionou a elevação do índice de evasão destes alunos; - Atraso na execução de obras devido a ajustes de projetos (financeiro e arquitetônico) e abandono de obra por parte das construtoras; - Diminuição no número de projetos de pesquisa. A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação já identificou o problema e está trabalhando para solucioná-lo; - Ajustes no planejamento e execução orçamentária devido a fenômenos naturais (temporais e vendavais). Algumas ações planejadas deixaram de ser executadas devido ao fato exposto; - Dificuldades na execução de despesas devido ao orçamento da unidade não acompanhar a variação inflacionária; Atraso na liberação de limites de empenho (IFFar, 2015b, p. 10).

Ainda no exercício de 2014, a instituição concluiu obras de novos refeitórios, ginásios de esportes, centros de convivência e realizou melhorias nos prédios de moradia estudantil, centros de saúde, centros odontológicos, salas de aula e laboratórios, apesar das dificuldades financeiras encontradas (IFFar, 2015b).

Para o exercício de 2015, foi elaborado o Plano de Ação Anual e todas as unidades estabeleceram suas metas para a AE, de acordo com suas necessidades específicas. Todas as ações listadas estão relacionadas diretamente aos programas de assistência aos estudantes, porém, algumas unidades utilizam fontes de recursos não exclusivamente da Ação 2994, conforme já mencionado na análise das ações de 2014.

No que diz respeito à Ação 2994 - Assistência ao educando da Educação Profissional, a meta estimada foi de 8300 alunos atendidos para o ano de 2015. Com orçamento inicial de R\$ 8,21 milhões, foram atendidos 12149 estudantes, ou seja, 100% da meta inicial. Ainda se observa que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos em 2015, em função da otimização do recurso efetuado pelos campi, e também pela utilização de recursos da 20RL para esse fim (IFFar, 2016a, p. 40).

Para o ano de 2015, o montante de recursos planejados foi de R\$ 10,10 milhões, no entanto, o orçamento da AE foi de R\$ 8,01 milhões, frustrando a concretização de algumas ações planejadas, conforme se ratifica abaixo:

Durante a execução das ações traçadas para o exercício, o Instituto Federal Farroupilha também se deparou com algumas dificuldades: - Atual contingenciamento orçamentário; - atraso na execução de obras devido a atrasos no pagamento das empreiteiras contratadas; - atrasos nos pagamentos de bolsas e taxas de bancada; - demora na conclusão de processos licitatórios; - ajustes no planejamento e execução orçamentária devido a fenômenos naturais (temporais e vendavais); - dificuldades na execução de despesas devido ao orçamento da unidade não acompanhar a variação inflacionária (IFFar, 2016a, p. 21).

Ainda, se destaca que o exercício de 2015 foi marcado por transtornos de natureza orçamentária e financeira, que influenciaram na concretização de determinadas ações, principalmente, naquelas, referentes às aquisições de bens de capital e na execução de obras. As despesas de custeio puderam ser ajustadas, conforme decisão de cada campi, porém, a instituição evidenciou maior prejuízo e relevante impacto em relação à disponibilidade financeira, visto que houve atraso no pagamento dos fornecedores, gerando redução e/ou suspensão dos serviços, bem como a não entrega de mercadorias e a paralização nas obras em andamento. Com isso, houve a necessidade de readequação dos planejamentos das unidades, por meio do ajuste de gastos de custeio, com o redimensionamento, principalmente da força de trabalho terceirizada, e redução das despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital (IFFar, 2016a).

No decorrer do exercício de 2016, muitas das ações planejadas não foram executadas, pois vários fatores influenciaram na sua execução, dentre eles, o déficit no quantitativo de servidores, que limitou o desenvolvimento das atividades nas unidades, que ainda se encontravam em processo de implantação e expansão, os desastres ocorridos em virtude das condições climáticas, que provocaram o destelhamento de prédios, alagamento das estruturas físicas, rompimento de cabeamentos elétricos, mas principalmente, a redução dos recursos orçamentários e o atraso no repasse financeiro, que prejudicou a quitação dos compromissos assumidos (IFFar, 2017a).

No que diz respeito aos valores empenhados das ações consignados na LOA 2016, destaca-se que foram menores que os de 2015, apresentando uma redução de aproximadamente R\$ 2 milhões de reais e esse contingenciamento trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimentos em obras e equipamentos de material permanente para laboratórios. Assim, “para amenizar esses reflexos, a instituição postergou o início de obras institucionais que precisam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão” (IFFar, 2017a, p. 28).

Conforme enfatizado no Relatório de Gestão de 2016 (IFFar, 2017a), entre 2012 e 2016 as despesas correntes, vinculadas ao funcionamento institucional e à assistência ao estudante, apresentaram um crescimento positivo de aproximadamente 377%, passando R\$ 2,26 milhões de reais, em 2012, para R\$ 10,78 milhões, em 2016. No entanto, se analisados os anos de 2015 e 2016, a evolução foi de 35%. Em relação à Ação 2994 - Assistência ao educando da Educação Profissional tem-se que:

A Meta estimada para esta ação foi de 11.700 alunos atendidos para o ano de 2016. Com orçamento inicial de R\$ 10,78 milhões, foram atendidos 10.583 estudantes, ou seja, 90% da meta inicial. Da dotação inicial, foram empenhados aproximadamente 100%, dos quais foram inscritos em restos a pagar não processados, 14,84% do valor empenhado. Observa-se que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos se comparado com 2015, em função da otimização do recurso efetuado pelos campi, e também pela utilização de recursos da 20RL para esse fim (IFFar, 2017a, p. 36).

Ainda, ressalta-se que, apesar de ter havido a necessidade de readequação dos gastos no decorrer do exercício, não houve prejuízo nas ações fundamentais dentro de cada unidade do instituto, e embora o cenário orçamentário tenha sido mais favorável em relação a 2015, algumas ações planejadas tiveram de ser adiadas, por receio de se implementar novos gastos e por atrasos de procedimentos licitatórios (IFFar, 2017a).

As unidades do IFFar estabeleceram, para o ano de 2017, a necessidade de R\$ 11,76 milhões para suprir as demandas de AE, no intuito de proporcionar aos alunos alimentação, auxílios, moradia e demais subsídios para assegurar a sua permanência na instituição. Todavia, analisando as despesas empenhadas, verificou-se que o orçamento ficou em R\$ 11,60 milhões, pouco abaixo do esperado. O contingenciamento, os bloqueios de recursos e a incerteza em relação às liberações financeiras, levaram à necessidade de se revisar as prioridades institucionais, e, apesar de a instituição conseguir atingir a meta planejada, as necessidades do planejamento não foram atendidas em sua totalidade, sendo necessária a readequação dos projetos, com a sua suspensão ou atendimento parcial, refletindo na qualidade das atividades desenvolvidas (IFFar, 2018a).

A redução de recursos, no exercício de 2017, pode ser constatada tanto nas despesas correntes, vinculadas ao funcionamento institucional e assistência ao estudante, quanto nas despesas de capital, que foram reduzidas drasticamente, nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, em virtude do contingenciamento federal. Essa redução trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimento em obras e equipamento de material permanente para laboratórios, sendo necessária, mais uma vez, a postergação do início de obras institucionais que precisavam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão (IFFar, 2018a). Em relação à ação 2994 - Assistência ao educando da Educação Profissional, destaca-se que:

...com orçamento empenhado de R\$ 11,60 milhões, foram concedidos 21.072 benefícios e atendidos 13007 estudantes. Isso representa 100% da meta inicial, já que

o objetivo institucional é disponibilizar a todos os alunos do IFFar ao menos uma atividade/ação a cada aluno, as quais se destacam: assistência médica e odontológica, psicossocial, alimentação, auxílios, entre outros. Da dotação inicial, foram empenhados aproximadamente 100%, dos quais foram inscritos em restos a pagar não processado 22,98% do valor empenhado. Observa-se que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos se comparado com 2016, em função da otimização do recurso efetuado pelos campi e também pela utilização de recursos da 20RL para esse fim (IFFar, 2018a, p. 39).

Importante ressaltar, que o exercício de 2017 apresentou um cenário mais favorável no âmbito orçamentário, sendo que a manutenção da maioria dos recursos de custeio proporcionou mais tranquilidade tanto para os gestores, quanto para a comunidade escolar. Nesse cenário, os gastos necessitaram de replanejamento, porém, sem prejuízo às ações institucionais. Por conta da experiência negativa de anos anteriores, ainda houve retração em algumas das ações, por receio de contratação de novos gastos e também pelo atraso nos processos de licitação, no intuito de aguardar maior segurança em relação aos valores aprovados no legislativo (IFFar, 2018a).

No Plano de Ação Anual de 2018, as unidades do IFFar planejaram que seria necessário em torno de R\$ 12,40 milhões para executar as principais ações da AE, no entanto o orçamento destinado foi de R\$ 11,43 milhões, o que inviabilizou a execução de tudo o que foi planejado, evidenciando os efeitos da crise fiscal sobre o orçamento da instituição, exigindo medidas mais rígidas na aplicação dos recursos orçamentários, visando garantir a realização dos objetivos e metas assumidas no PDI e o funcionamento das unidades.

Destaca-se que no exercício de 2018, 25,48% das despesas de custeio destinaram-se às despesas de assistência, tais como alimentação, moradia, políticas de permanência e êxito e auxílios diversos, e quanto ao investimento, 100% do valor executado referiu-se à ação 20RG (expansão e reestruturação da rede). Também é importante ressaltar que:

Com relação as despesas com assistência estudantil, aproximadamente 73,5% estão relacionadas as despesas com alimentação e moradia estudantil, e 25,67% aos auxílios financeiros, que visam a permanência e êxito dos estudantes caracterizados como de baixa renda. Destaca-se que no último exercício, tanto o orçamento para atividades relacionadas ao funcionamento quanto às atividades relacionadas à assistência, sofreram uma pequena redução na sua execução. Essa redução está relacionada a estabilidade do orçamento da rede entre 2017 e 2018, e consequentemente do IF Farroupilha. Porém em termos reais, utilizado a inflação de 2018 de 3,75%, percebe-se uma queda do poder de compra de aproximadamente 5,20% se comparado a 2017. O montante desta diferença chega a 2,37 milhões, valor expressivo que possibilitaria atender diversas demandas reprimidas (IFFar, 2019a, p. 46).

Em termos de execução do planejamento, o exercício de 2018 não difere dos já analisados, pois as unidades da instituição precisaram no decorrer do ano replanejar algumas ações, em virtude da limitação dos recursos disponíveis, acarretando alguns prejuízos à programação do que foi estabelecido no PDI, dentre elas podem ser citadas a exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias, ao longo do ano, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais, limites orçamentários liberados no final do exercício, o que acarretaram atrasos na abertura de determinados processos licitatórios, adiamento/cancelamento de novas despesas de custeio e de investimentos em áreas estratégicas do órgão (IFFar, 2019a).

Para o exercício 2019, as ações foram planejadas com a perspectiva de um orçamento em torno de R\$ 14,49 milhões, porém a AE recebeu R\$ 13,04 milhões em recursos, desta forma não sendo possível a concretização do que foi estabelecido como meta. Nesse sentido, destaca-se que houve uma redução do orçamento de investimentos, o que trouxe reflexo significativo nas ações referentes à execução de obras e aquisição de equipamentos e material permanente para laboratórios, sendo que obras essenciais às ações de ensino, pesquisa e extensão, tiveram seu início postergado.

Em 2019, as despesas de custeio empenhadas totalizaram R\$ 48,86 milhões, sendo que em relação ao orçamento da assistência estudantil, pode-se afirmar que apresentou um aumento no período analisado, passando de R\$ 8,01 milhões, em 2015, para R\$ 13,04 milhões, em 2019, e que esse crescimento, de 62,74%, se deve principalmente à Política de Assistência Estudantil da Rede Federal e do IFFar. Destaca-se, ainda, que 73,31% das despesas empenhadas de custeio estão relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades e 26,69% referem-se às despesas de assistência e ao auxílio aos estudantes, tais como: alimentação, moradia, políticas de permanência e êxito e auxílios diversos (IFFar, 2020a).

Analisando os planos de ações anuais, de cada campi, puderam ser extraídos alguns dados referentes ao planejamento das ações em cada área específica, porém, cada campi fez seu plano, conforme suas necessidades, sem seguir um padrão ou regra geral. Ainda se verificou, que, além do planejamento das ações, contando com recursos orçamentários, houve um Plano de Ação Extraorçamentário, para cada unidade, no que se refere à AE, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Plano de Ação Extraorçamentário Anual 2014-2019

CAMPUS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alegrete	R\$116.775,75	Não Há Ações	R\$ 1.097.000,00	R\$ 1.052.783,26	R\$ 1.052.783,26	R\$ 79.923,57
Jaguari	R\$ 1.808.222,00	R\$ 180.000,00	Não Há Ações	R\$ 130.000,00	R\$ 247.861,40	R\$ 221.455,79
Júlio de Castilhos	R\$ 1.981.968,70	R\$ 5.166.500,00	R\$ 544.494,64	R\$ 776.734,56	R\$ 792.100,00	R\$ 1.2017.008,86
Panambi	R\$ 1.611.141,04	Não Há Ações	R\$ 162.963,82	R\$ 843.517,97	R\$ 2.654.716,95	R\$ 2.370.618,46
Santa Rosa	Não Há Ações	Não Há Ações	Não Há Ações	Não Há Ações	Não Há Ações	R\$ 986.862,49
Santo Augusto	Não Há Ações	Não Há Ações	R\$ 730.000,00	R\$ 679.869,38	R\$ 871.855,25	R\$ 672.834,66
Santo Ângelo	Não Há Ações	R\$ 224.000,00	Não Há Ações	R\$ 511.157,45	R\$ 709.900,00	R\$ 15.000,00
Frederico Westphalen	Transição	Transição	R\$ 410.835,95	R\$ 28.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 605.000,00
São Borja	R\$ 305.100,00	R\$ 456.056,33	R\$ 773.399,00	R\$ 782.899,39	R\$ 605.882,32	R\$ 651.000,00
São Vicente do Sul	R\$ 1.989.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 1.650.000,00	R\$ 4.743.131,81	R\$ 2.400.000,00	R\$ 1.387.000,00
Campus Avançado Uruguaiana	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 325.000,00	R\$ 64.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 630.000,00
Reitoria	Não Há Ações	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	Não Há Ações	Não Há Ações	Não Há Ações

Fonte: IFFar (2014b, 2014c, 2015a, 2017b, 2017c, 2018b).

A análise da tabela dos Planejamentos Orçamentários Anuais, de 2014 a 2019, e do orçamento efetivamente destinado à AE demonstrou que nem todas as ações planejadas pelos campi puderam ser executadas, em virtude de que as necessidades superaram os recursos orçamentários recebidos. Destaca-se, ainda, que no período analisado, o órgão também executou recursos extraorçamentários, que são aqueles recursos oriundos de outros órgãos e/ou instituições, que são aplicados tanto em gastos com custeio, quanto com investimentos, evidenciando, mais uma vez, que nem mesmo contando com essa outra fonte de recursos, a instituição conseguiu realizar eficientemente o seu planejamento.

Dando prosseguimento, a fim de se atingir o segundo objetivo específico proposto, primeiramente, foi necessário coletar os dados referentes à projeção, ou o planejamento do orçamento, ou dos recursos que seriam necessários para a execução das atividades da AE, do período de 2014 a 2019. Então, no decorrer da pesquisa, verificou-se duas fontes de planejamento: a primeira é o PDI 2014-2018, no qual o capítulo 08, com o título de Capacidade e Sustentabilidade Financeira, prevê as receitas e fixa as despesas para cada exercício financeiro, que é o planejamento a longo prazo; já a segunda fonte refere-se aos Planos de Ação Anual da instituição, que são “instrumentos administrativos de planejamento, que contemplam todas as unidades e áreas organizacionais, contendo o elenco de ações programadas para o período de referência”, que são os planejamentos a curto prazo (IFFar, 2019a, p. 216).

4.2. COMPARATIVO ENTRE A PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AS DESPESAS EXECUTADAS

Ao analisar os dados do primeiro documento de planejamento, o PDI 2014-2018, constatou-se que nele foi apresentada a projeção orçamentária por natureza de despesa, representada pelo código 339018⁶-Auxílio Financeiro a Estudantes, demonstrando os valores que seriam necessários à execução das ações da AE, para os cinco anos seguintes. Na Tabela 3 apresentam-se os recursos orçados, em valores nominais e reais:

Tabela 3 - Projeção Orçamentária PDI 2014-2018 (valores nominais e reais*), por natureza de despesa x Empenhos 2014-2019: Auxílio Financeiro a Estudantes

EXERCÍCIOS	PDI 2014-2018 (VALORES NOMINAIS) EM MILHÕES	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PDI	PDI 2014-2018 (VALORES REAIS*) EM MILHÕES	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EMPENHADAS X PDI	VARIAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS X PDI
2014	R\$ 5.063.032,12	100%	R\$ 6.895.437,80	R\$ 8.786.254,24	R\$ 1.890.816,44	27,42%
2015	R\$ 6.611.279,74	30,58%	R\$ 8.135.290,01	R\$ 9.860.980,76	R\$ 1.725.690,75	21,21%
2016	R\$ 7.041.012,92	6,50%	R\$ 8.085.690,18	R\$ 12.385.529,77	R\$ 4.299.839,59	53,18%
2017	R\$ 7.498.678,76	6,50%	R\$ 8.647.849,09	R\$ 13.382.178,05	R\$ 4.734.328,96	54,75%
2018	R\$ 7.986.092,00	6,50%	R\$ 8.599.232,20	R\$ 12.309.244,05	R\$ 3.710.011,85	43,14%
2019	R\$ 13.820.000,00	73,05%	R\$ 13.820.000,00	R\$ 13.041.776,00	-R\$ 778.224,00	-5,63%
TOTAL	R\$ 48.020.095,54	247,47%	R\$ 54.183.499,28	R\$ 69.765.962,88	R\$ 15.582.463,59	28,76%

Fonte: IFFar (2014a, 2015b, 2016, 2017a, 2018a, 2019a). *VALORES DEFLACIONADOS PELO IGP-DI.

Inicialmente é importante salientar que todas as análises tomaram como base o exercício de 2014, por se tratar do período de início deste estudo, e a partir de então, os percentuais foram calculados, sempre em relação ao exercício anterior. Desta forma, na leitura do PDI, destaca-se que o planejamento ali registrado apresentou um levantamento dos recursos necessários à efetivação das ações, e a partir de então foram elaboradas projeções referentes a: orçamento total, custeio para funcionamento e recursos para investimentos. No que se refere ao orçamento da AE, verificou-se que no planejamento apresentado vislumbrava-se o atendimento de

⁶ Classificação por natureza de despesa, conforme Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001 (publicada no DOU nº 87-E, de 07/05/2001, Seção I, páginas 15 a 20). Discrimina a classificação da despesa por natureza, de que tratam os artigos 12 e 13, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios e dá outras providências (BRASIL, 2001).

algumas metas: ampliação de 5% para 10% do orçamento destinado à AE, proveniente da ação funcionamento/custeio do Instituto; ampliar em 10% o número de auxílios aos estudantes; ampliar em 20% o valor dos auxílios destinados aos estudantes do Instituto e ampliar em 50% os valores destinados ao PIQP.

Com base no que foi planejado de recursos financeiros, necessários para que a AE executasse suas atividades, verificou-se que para 2015 previu-se um aumento de 30,58% nos recursos a serem aplicados, em relação a 2014. Nos anos seguintes, 2016, 2017 e 2018 a projeção de recursos se manteve no mesmo percentual, em consequência do uso da fórmula de orçamento incremental⁷. Já 2019 o percentual de aumento girou em torno de 73,05%. Optou-se por fazer essa análise inicial com valores nominais, a fim de verificar que há discrepância de percentuais quando se realiza a correção desses valores. Portanto, tomando-se como base os valores nominais apresentados no PDI, e deflacionando-os com a utilização do IGP-DI. Quando da análise dos dados, que foram corrigidos pela inflação do período, e equiparados na mesma base real (ano de 2019), constatou-se que a variação real da projeção orçamentária dos recursos destinados à AE apresentou um percentual bem maior em 2015, uma pequena variação negativa em 2016 e 2018 e uma alta variação positiva em 2019, evidenciando a oscilação dos valores planejados e a ausência de uma regra clara e padronizada de cálculo, o que inviabiliza um controle eficaz dos resultados.

Ao se comparar planejamento orçamentário para a AE, constante no PDI, com as despesas empenhadas, no mesmo período, verificou-se que as despesas empenhadas foram bem maiores, em relação ao que foi previsto. Como ponto positivo, dessa variação, poderia ser afirmado que os recursos recebidos permitiram a execução das ações almejadas para a AE. No entanto, em virtude de a elaboração do orçamento ter sido de modo incremental, sem considerar as reais necessidades institucionais, e por ser o PDI um planejamento a longo prazo, que pode ser revisto anualmente, essa não é uma afirmação absoluta, sendo necessário outras fontes de dados para refutá-la ou ratificá-la.

No que foi evidenciado, nota-se que a metodologia de elaboração do planejamento, que integra um documento tão importante para a instituição, não leva em consideração todas as necessidades institucionais, pois constitui-se em mera formalidade a fim de atender as exigências do MEC. Esta prática é seguida na grande maioria das instituições, na etapa de

⁷ Orçamento Incremental é o orçamento feito por meio de ajustes marginais nos seus itens de receita e despesa. O incrementalismo orçamentário desvirtua ou compromete a desejável integração entre o planejamento e o orçamento (MPDG, 2008).

preparação do planejamento orçamentário, sendo que o modelo de orçamento incremental, consiste basicamente na cópia de dados de exercícios anteriores, com um acréscimo discricionário, em virtude de correções inflacionárias ou ainda com à adição de margem de segurança, como prevenção a futuros contingenciamentos de recursos, caracterizando-se como uma postura conservadora em termos de planejamento. Neste sentido, Dye (2009, p. 115) afirma que:

O modelo incremental reconhece a natureza não prática da formulação “absolutamente racional” de políticas e descreve um processo mais conservador de formulação de decisões. O incrementalismo é conservador no sentido de que os atuais programas, políticas e despesas são considerados como pontos de partida, e a atenção é concentrada sobre novos programas e políticas e sobre acréscimos, decréscimos ou modificações nos programas em vigor.

A segunda fonte de dados de projeção orçamentária consultada foram os Planos de Ações, elaborados anualmente pela instituição, após a formalização do documento PDI. Nos Planos de Ações Anuais analisados, do período de 2014 a 2019, pode-se constatar que há uma diferença nos valores, em relação ao planejamento evidenciado no PDI. Essa diferença justifica-se pelo fato de que esses planos são elaborados para cada ano, e as projeções são calculadas com base nos valores executados no ano anterior, e também, porque o planejamento não é elaborado para ser estático, ele pode ser revisto, alterado e incrementado a qualquer momento, e isso se efetiva por meio do Plano de Ação.

Então, a partir da execução orçamentária do exercício 2014, foi elaborado o Plano de Ação de 2015, com incrementos nos valores, e assim sucessivamente. Na Tabela 4 tem-se a comparação entre a Projeção Orçamentária, extraída dos Planos de Ações, do período em questão e as despesas empenhadas:

Tabela 4 - Projeção Orçamentária Plano de Ações x Despesas Empenhadas 2014-2019 (em milhões) *

EXERCÍCIOS	PLANO DE AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	PLANO DE AÇÃO X DESPESAS EMPENHADAS	PERCENTUAL
2014	R\$ 7,88	R\$ 8,78	R\$ 0,90	11,48%
2015	R\$ 8,87	R\$ 9,86	R\$ 0,99	11,12%
2016	R\$ 12,39	R\$ 12,39	R\$ 0,00	0,01%
2017	R\$ 12,01	R\$ 13,38	R\$ 1,37	11,39%
2018	R\$ 11,65	R\$ 12,31	R\$ 0,66	5,64%
2019	R\$ 12,61	R\$ 13,04	R\$ 0,43	3,41%
TOTAL	R\$ 65,41	R\$ 69,76	R\$ 4,35	6,65%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

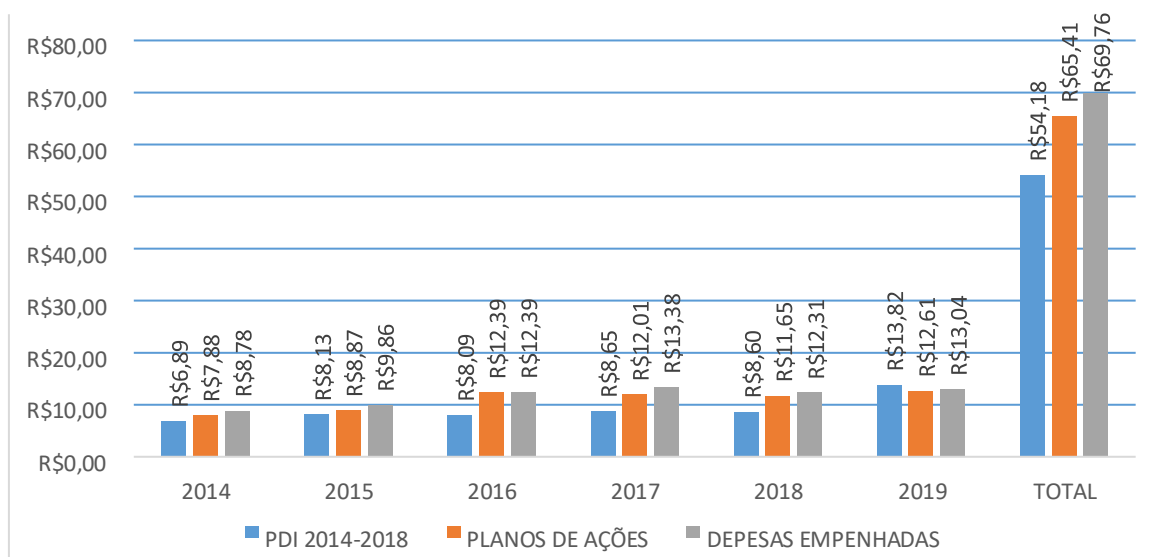
Fonte: IFFar (2014a, 2014b, 2014c, 2015a, 2015b, 2016, 2017a, 2017b, 2017c, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c, 2020b).

A análise dos dados que constam nos Relatórios de Gestão, do período de 2014 a 2019, permitiu constatar que o orçamento, efetivamente destinado à AE, apresentou um aumento significativo, passando de R\$ 8,78 milhões, em 2014, para R\$ 13,04 milhões, em 2019, representando um crescimento real de 48,52%, crescimento esse justificado pela política da Rede Federal, que busca garantir as políticas de assistência da Rede e do IFFar.

Quando da análise dos dados dos Planos de Ações Anuais, do mesmo período, do que foi estabelecido como expectativas de orçamento, verificou-se que a margem de discrepância entre o executado e o planejado foi em torno de 11%, nos exercícios de 2014, 2015 e 2017 e menos de 10%, nos demais exercícios, demonstrando que o planejamento dos valores necessários foi realizado a partir de uma previsão, com base no histórico da liberação de orçamentos anteriores.

No Gráfico 1 procede-se à apresentação de um comparativo entre o que foi projetado no PDI, nos Planos de Ações Anuais e as despesas empenhadas, ou seja, a aplicação efetiva dos recursos na AE, com o objetivo de verificar se há uma discrepância considerável entre os dados levantados:

Gráfico 1 - Comparativo entre Projeção Orçamentária x Despesas Empenhadas*:



* Valores em Milhões, deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2014a, 2014b, 2014c, 2015a, 2017b, 2017c, 2018b, 2019b, 2020b,

Os dados do Gráfico 1 possibilitam afirmar que, por ser o PDI um documento que registra as previsões de longo prazo, as projeções das despesas da AE ficaram abaixo do que foi estabelecido nos Planos de Ações Anuais, que são documentos que registram os planos de curto prazo. Destaca-se que essa variação entre Plano de Ações e PDI evidencia uma atitude de prudência tomada pela instituição, ficando ainda mais perceptível quando da constatação de que as despesas empenhadas apresentaram valores superiores aos verificados no planejamento, isso em virtude da margem de segurança utilizada na elaboração dos planos da instituição. Porém, se os planejamentos são elaborados sempre com margem de segurança, pode-se afirmar que as reais necessidades institucionais são delegadas em função de não se poder contar com o orçamento necessário.

Após a análise dos dados de projeção e de execução do orçamento a próxima etapa tem como objetivo realizar o levantamento de todas as ações desempenhadas pela AE, sendo que nesta etapa optou-se por apresentar dados, desde o orçamento total da instituição, até os específicos de cada programa ou ação:

4.3. AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EXECUTADAS NO IFFar

As ações desempenhadas em uma instituição pública federal dependem de recursos públicos para serem executadas, assim, a Lei Orçamentária Anual determina os valores anuais (por meio da Dotação Inicial), que serão recebidos pela instituição, para que ela execute seu Plano de Ação, e dessa forma dê andamento no seu planejamento. Apresenta-se, na Tabela 5, o orçamento do IFFar no período de 2014 a 2019:

Tabela 5 - Orçamento total do IFFar, por dotação (em milhões), de 2014 a 2019*

EXERCÍCIOS	DOTACAO INICIAL ⁸	VARIAÇÃO (%)	DOTACAO ATUALIZADA ⁹	VARIAÇÃO (%)	DESPESAS EMPENHADAS ¹⁰	VARIAÇÃO (%)
2014	R\$ 219,28	100,00%	R\$ 256,91	100,00%	R\$ 251,86	100,00%
2015	R\$ 226,40	3,25%	R\$ 291,35	13,40%	R\$ 268,33	6,54%
2016	R\$ 238,71	5,44%	R\$ 290,27	-0,37%	R\$ 289,30	7,82%
2017	R\$ 289,80	21,40%	R\$ 325,56	12,16%	R\$ 320,81	10,89%
2018	R\$ 282,54	-2,51%	R\$ 318,14	-2,28%	R\$ 313,03	-2,43%
2019	R\$ 300,66	6,42%	R\$ 321,50	1,05%	R\$ 318,28	1,68%
TOTAL	R\$ 1.557,39		R\$ 1.803,74		R\$ 1.761,60	

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2020a, 2020b).

De 2014 a 2019, os valores dos orçamentos iniciais do IFFar, fixados pelas respectivas LOA's, não apresentaram crescimento ou redução constante, porém, em todos os anos analisados, a fim de garantir as despesas institucionais, à dotação inicial foram acrescidos valores, como em 2015, que foi necessário um incremento de 28,69% no orçamento inicial, para que a instituição conseguisse manter suas atividades. Já nos anos subsequentes, o percentual de incremento apresentou queda, sendo que no último ano foi necessário um acréscimo orçamentário de 6,93%, o que equivale a R\$ 20,84 milhões.

Da dotação atualizada, ou seja, dos créditos aprovados para o IFFar, no período, apenas 2,34% deixou de ser executado, sendo a variação mais significativa em 2015, de 7,9% negativos, porém, verifica-se que as despesas empenhadas não cresceram em percentuais positivos e constantes de um exercício para outro, sendo que em 2018 houve uma redução de 2,43% nos empenhos.

A execução da despesa nos exercícios de 2014 a 2019 foi dividida em três grupos: despesas com pessoal, que são os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios e indenizações, despesas de pessoal e encargos sociais; as despesas de custeio, que são aquelas necessárias à prestação de serviços, manutenção organizacional e assistência aos estudantes; e as despesas de investimentos, que são os recursos financeiros

⁸ Dotação Inicial: Identifica o valor dos créditos iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual. Fonte: Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG (2017).

⁹ Dotação Atualizada: Identifica os valores da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações e cancelamentos correspondentes. A limitação de empenho, se ocorrer, não afetará a dotação autorizada, mas apenas restringirá a emissão de empenho. Fonte: MPDG (2017).

¹⁰ O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Corresponde à primeira fase da execução da despesa. Fonte: MPDG (2017).

aplicados no patrimônio permanente, como obras, instalações e aquisições de materiais e desenvolvimento de sistemas (IFFar, 2020a). Na Tabela 6 indica-se o percentual que cada um desses grupos representou, em relação ao Orçamento Total da instituição:

Tabela 6 -Percentual dos Grupos de Despesas, em Relação às Despesas Empenhadas

EXERCÍCIOS	DESPESAS EMPENHADAS	INVESTIMENTOS	VARIAÇÃO %	OUTRAS DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)	VARIAÇÃO %	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	VARIAÇÃO %
2014	R\$ 251,86	R\$ 28,56	11,34%	R\$ 66,94	26,58%	R\$ 156,36	62,08%
2015	R\$ 268,33	R\$ 18,58	6,92%	R\$ 53,11	19,79%	R\$ 196,64	73,28%
2016	R\$ 289,30	R\$ 14,94	5,16%	R\$ 52,95	18,30%	R\$ 221,41	76,53%
2017	R\$ 320,81	R\$ 4,20	1,31%	R\$ 52,50	16,36%	R\$ 264,12	82,33%
2018	R\$ 313,03	R\$ 5,11	1,63%	R\$ 48,30	15,43%	R\$ 259,61	82,93%
2019	R\$ 318,28	R\$ 5,50	1,73%	R\$ 48,86	15,35%	R\$ 263,91	82,92%
TOTAL	R\$ 1.761,60	R\$ 76,89	4,36%	R\$ 322,66	18,32%	R\$ 1.362,04	77,32%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

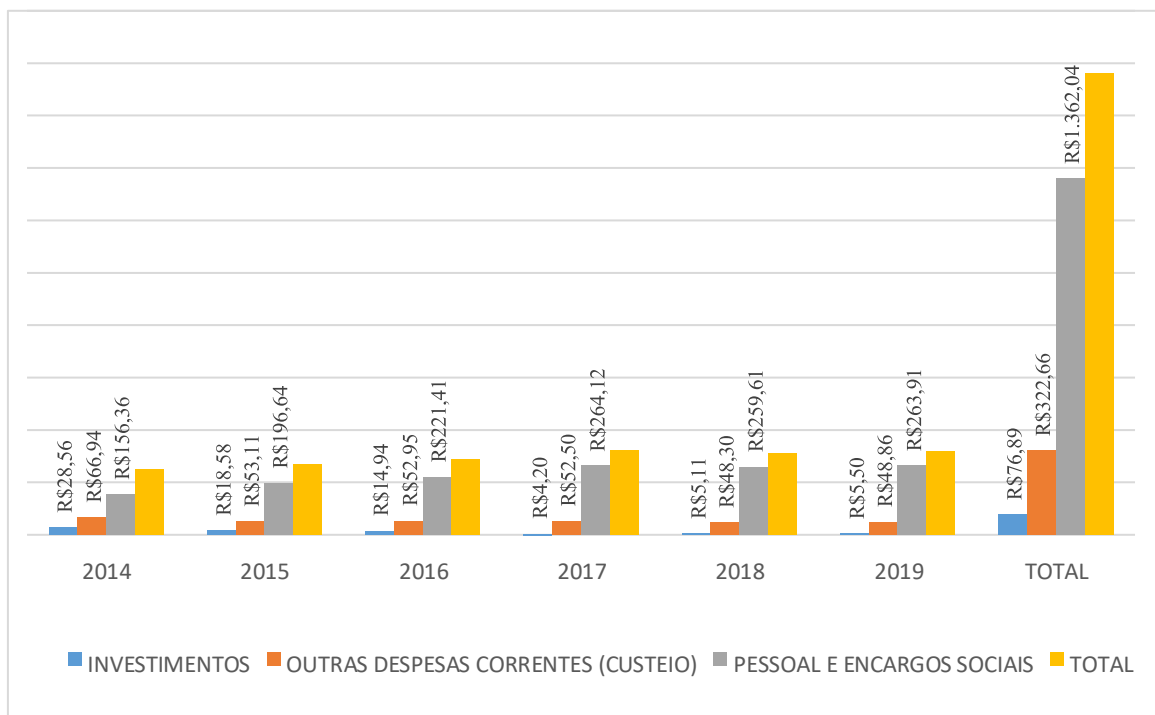
Fonte: IFFar (2020a, 2020b).

Entre 2014 e 2019, as despesas totais executadas apresentaram crescimento de 2014 a 2017, seguida de uma queda de 2,43%, em 2018. Em contrapartida observa-se que a variação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi positiva e constante em todos os exercícios analisados, chegando a um aumento de 82,92%, em 2019, e de 68,78%, se comparado com 2014. Já as despesas correntes ou de custeio oscilaram no decorrer dos anos, mantendo uma média positiva de 18,63%. No entanto, quanto aos valores executados com investimentos, pode-se verificar que houve reduções significativas, passando de 11,34%, de aumento em 2014, para apenas 1,73%, em 2019, o que reflete negativamente na execução de obras e na aquisição de equipamentos e materiais permanentes, necessários ao atendimento das ações de ensino, pesquisa e extensão da instituição, informações essas que podem ser ratificadas com o que consta no Relatório de Gestão de 2019 (IFFar, 2020a, p. 105):

Na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada de R\$ 296.355.470,62, as Despesas Correntes representaram 96,79%, enquanto que as Despesas de Capital (investimentos) representaram 3,21%. Pessoal e encargos sociais representaram 77,18% do total das despesas, outras despesas correntes 19,62% e as despesas de capital foram na sua totalidade investimentos.

No Gráfico 2 é, possível acompanhar a variação percentual de cada um desses grupos, no decorrer de 2014 a 2019, em relação ao ano anterior:

Gráfico 2 - Orçamento total por Grupo de despesa (em milhões), de 2014 a 2019



* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2020a, 2020b).

O grupo que sofreu maior impacto, no período de análise, foi o de Investimentos, sendo que apresentou em 2019, em comparação a 2014, um decréscimo de 80,74%, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 68,78% das despesas com pessoal e encargos sociais, justificado pela expansão da rede federal de educação, que possibilitou a contratação de pessoal para as unidades. Em relação às despesas de custeio, destaca-se que houve um acréscimo positivo apenas no exercício de 2019, sendo que nos outros anos, apesar de a variação ter sido pequena, ela foi negativa e isso influencia diretamente nas ações planejadas para a AE.

Observa-se, na Tabela 7, que os gastos correntes por aluno (relacionados às matrículas) aumentaram significativamente, porém, o valor despendido, por aluno, em outros custeios, no qual estão inseridas as despesas com assistência ao estudante e demais despesas necessárias ao funcionamento, apresentaram uma redução considerável, impactando na concretização das demandas da instituição. Importante ressaltar que:

Quanto aos gastos com investimento, os mesmos mostram uma trajetória decrescente desde 2011, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2014 representaram 13,7 % dos gastos totais, enquanto em 2011 representavam 27,10% dos mesmos. Os gastos com investimento em 2014 chegaram a aproximadamente R\$ 21 milhões de reais. Essa trajetória é reflexo do aumento

nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também na redução do número de campus em fase de expansão (IFFar, 2014b, p. 91).

Tabela 7 - Gastos Correntes por Aluno*

EXERCÍCIOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Gastos Correntes por Aluno	R\$ 17.443,63	R\$ 16.175,40	R\$ 19.595,42	R\$ 19.783,35	R\$ 20.352,90	R\$ 19.438,41
Percentual de Gastos com Pessoal	59,38%	68,58%	70,15%	77,08%	74,62	83,17%
Percentual de Gastos com outros Custeios	22,77%	19,71%	23,23%	15%	22,08	14,30%
Percentual de Gastos com Investimentos	13,7	7,50%	4,62%	3,56%	2,63	2,52%

* Valores Nominais

Fonte: IFFar (2015b, 2016, 2017a, 2018a, 2019a, 2020a).

No período analisado, os recursos ligados a investimentos foram os que apresentaram maior índice de redução, enquanto que, em 2015, os gastos eram de R\$ 16,4 milhões, em 2016 foi de R\$ 13 milhões de reais, e se comparado com o ano de 2014, a redução foi de mais de R\$ 8 milhões, sendo que esta redução justifica-se pelo aumento dos gastos de custeio da Rede Federal, como também pela redução do número de campi em fase de expansão e o contingenciamento do orçamento no exercício. Enquanto que na execução da despesa do órgão verifica-se um crescimento positivo no decorrer dos anos, o oposto ocorre com as despesas de investimentos, que sofreram reduções drásticas, passando de R\$ 28,56 milhões, em 2014, para R\$ 5,5 milhões, em 2019, uma redução de 80,74% em percentuais reais. O Relatório de Gestão de 2018 ainda enfatiza que:

Entre os principais fatores que influenciaram a redução estão: a) o fim do programa de expansão da rede federal; b) a crise econômica e consequentemente a redução da arrecadação do Estado; c) A lei que estabelece o teto de gastos públicos; d) mudança da metodologia de distribuição dos valores da 20RG, que passaram a sua maior parte a ser distribuído a partir de TED (Termo de Execução Descentralizada). A redução do orçamento de investimento trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimento em obras e equipamento de material permanente para laboratórios. Para amenizar esses reflexos a instituição postergou o início de obras institucionais que precisam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão (IFFar 2019a, p. 42).

Ainda, de acordo com o Relatório de Gestão de 2019 (IFFar, 2020a), no que se referem aos gastos com investimentos, percebe-se que há uma trajetória decrescente desde 2012, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. No ano de 2012, por exemplo, foram aplicados ou destinados 21,58%, dos gastos totais do instituto, para investimentos, de modo que, em 2019, esse percentual foi de 2,52%. Em 2019 os gastos dessa

natureza foram de aproximadamente R\$5,50 milhões, enquanto, que em 2014, o valor foi de R\$ 28,56 milhões.

Apesar de os gastos correntes relacionadas às matrículas, apresentarem uma elevação significativa, passando de R\$ 8.154,60, em 2012, para R\$ 19.438,41, em 2019, conforme apresentado na Tabela 8, os principais fatores de influência desse aumento estão diretamente relacionados com despesas de pessoal e encargos sociais, ocasionados pelo aumento no número de servidores e salários e não em gastos com investimentos ou custeio.

Conforme já mencionado, a variação positiva do gasto corrente por aluno é justificada pela expansão da instituição e da Rede Federal, sendo que os gastos relacionados às matrículas apresentaram aumento devido as despesas com pessoal, que se elevaram em virtude da contratação de novos servidores. Em contrapartida, os percentuais com outros gastos sofreram com oscilações entre reduções e pequenos aumentos, e também com drásticas reduções, no caso dos Investimentos. Ainda que essas reduções de recursos tenham impactado na concretização de algumas ações, na Tabela 8, pode-se verificar que os valores destinados aos programas da AE receberam um aporte significativo.

Tabela 8 - Evolução do Orçamento de Custeio das principais ações (em milhões) *

EXERCÍCIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)	VARIAÇÃO %	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	VARIAÇÃO %	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO	VARIAÇÃO %
2014	R\$ 66,94	100%	R\$ 8,78	13,12%	R\$ 58,15	86,88%
2015	R\$ 53,11	-20,66%	R\$ 9,86	18,56%	R\$ 43,25	81,44%
2016	R\$ 52,95	-0,30%	R\$ 12,39	23,40%	R\$ 40,56	76,60%
2017	R\$ 52,50	-0,86%	R\$ 13,38	25,48%	R\$ 39,12	74,52%
2018	R\$ 48,30	-7,98%	R\$ 12,31	25,48%	R\$ 36,00	74,52%
2019	R\$ 48,86	1,15%	R\$ 13,04	26,69%	R\$ 35,82	73,31%
TOTAL	R\$ 322,66		R\$ 69,76	21,62%	R\$ 252,90	78,38%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2020a, 2020b).

Percebe-se, que a evolução percentual das despesas de custeio sofreu uma queda brusca no exercício de 2015, acompanhada de leves quedas nos exercícios subsequentes, até que em 2019 apresentou uma leve recuperação, porém, se comparado a 2014, houve uma queda de 27%. Em oposição à queda relacionada às despesas de custeio, o orçamento destinado à AE, para programas como alimentação, moradia, políticas de permanência e êxito e auxílios diversos, de 2014, demonstrou um crescimento positivo, de R\$ 8,78 milhões, ou seja, 13,12%

do total das despesas de custeio, chegando a R\$ 13,04 milhões, 26,69%, em 2019, sendo que esse percentual de crescimento se manteve constante e significativo no decorrer dos anos, demonstrando que a assistência aos estudantes tem sido fortalecida na instituição, apesar dos contingenciamentos orçamentários. Dos valores destinados às ações da AE, a maior concentração de recursos está no Auxílio Financeiro aos Estudantes e nos Serviços de Pessoa Jurídica, conforme Tabela 9:

Tabela 9 - Execução Orçamentária (em milhões) da Ação 2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação*

NATUREZA DA DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 3,418	R\$ 3,999	R\$ 4,272	R\$ 3,564	R\$ 3,155	R\$ 2,630
Diárias - pessoal civil	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,001
Auxílio financeiro a pesquisadores	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,005	R\$ 1,914	R\$ 0,000	R\$ 0,000
Material de consumo	R\$ 0,961	R\$ 1,183	R\$ 1,354	R\$ 0,112	R\$ 1,040	R\$ 1,629
Material, bem ou serviço p/ distribuição Gratuita	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,011	R\$ 0,000
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 0,406	R\$ 0,191	R\$ 0,158	R\$ 0,055	R\$ 0,041	R\$ 0,071
Outros serviços de terceiros - PF	R\$ 0,008	R\$ 0,000	R\$ 0,187	R\$ 0,634	R\$ 0,000	R\$ 0,000
Locação de mão-de-obra	R\$ 0,186	R\$ 0,391	R\$ 0,386	R\$ 7,107	R\$ 2,119	R\$ 2,370
Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 3,786	R\$ 4,099	R\$ 6,030	R\$ 0,000	R\$ 5,885	R\$ 6,328
Serviços de TI e Comunicação - PJ	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,018	R\$ 0,009
Indenizações e restituições	R\$ 0,019	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000
Obrigações tributárias e contributivas	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000
Despesas de exercícios anteriores	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000
Indenizações e restituições	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,028	R\$ 0,000
Outros serviços de terceiros - PJ (intra)	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,006	R\$ 0,000
Outros auxílios financeiros a PF	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,002
TOTAL	R\$ 8,784	R\$ 9,864	R\$ 12,390	R\$ 13,387	R\$ 12,304	R\$ 13,040

Fonte: IFFar (2020a, 2020b).

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Importante salientar, que dentre as despesas mais significativas, na execução orçamentária da AE, o auxílio financeiro destinado aos estudantes teve um aumento de 16,99%, no ano de 2015. Porém, em 2016 houve uma redução de 6,82%, sendo que 2017, 2018 e 2019 apresentaram um decréscimo de 16,58%, 11,47% e 16,64%, respectivamente. Essa redução pode ser justificada conforme consta no Relatório de Gestão 2018:

...de 2016 a 2018 tivemos uma queda do número de auxílios distribuídos aos alunos do IFFar... Essas reduções se devem a readequação da alocação dos recursos financeiros da assistência estudantil, que passaram a ser destinados para o atendimento de outros programas (Moradia Estudantil, Refeitório e demais). Visualizamos que do Exercício de 2017 para 2018, apesar da redução de recursos ... para os programas de auxílios, o total auxílios aumentou em 352 (IFFar, 2019a, p. 27).

No que diz respeito aos Materiais de Consumo, 2015 apresentou um aumento de gastos de 23,09%, seguido de 14,43%, em 2016 e um decréscimo de 91,69%, em 2017, um aumento de 825%, em 2018 e 56,58%, em 2019. Em relação aos serviços de pessoa jurídica, importante salientar que o aumento dos gastos se deu em virtude das contratações de empresas terceirizadas, que prestam serviços de limpeza, conservação, vigilância, fornecimento de alimentação, dentre outros, para os estudantes da instituição. Como o Programa de Auxílios Financeiros é um dos que serão analisados mais adiante, é importante apresentar os valores que cada unidade aplicou nesta ação, conforme Tabela 10:

Tabela 10 - Desdobramento por Natureza de despesa – Auxílio Financeiro a Estudantes por campus (em mil) *

CAMPUS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
JAGUARI	R\$ 197,41	R\$ 168,89	R\$ 210,39	R\$ 246,33	R\$ 203,93	R\$ 194,68
SANTO ÂNGELO	R\$ 0,00	R\$ 72,96	R\$ 130,00	R\$ 182,97	R\$ 185,85	R\$ 124,59
SANTO AUGUSTO	R\$ 327,35	R\$ 335,94	R\$ 339,41	R\$ 325,85	R\$ 309,91	R\$ 252,45
ALEGRETE	R\$ 768,33	R\$ 896,80	R\$ 837,29	R\$ 242,18	R\$ 218,10	R\$ 247,11
SAO VICENTE SUL	R\$ 737,44	R\$ 1.066,24	R\$ 1.150,47	R\$ 1.290,07	R\$ 1.172,18	R\$ 799,77
JULIO CASTILHOS	R\$ 448,37	R\$ 392,09	R\$ 277,23	R\$ 288,31	R\$ 213,08	R\$ 234,57
SAO BORJA	R\$ 279,51	R\$ 399,44	R\$ 414,37	R\$ 312,03	R\$ 211,27	R\$ 235,73
SANTA ROSA	R\$ 297,02	R\$ 274,28	R\$ 187,99	R\$ 154,82	R\$ 201,57	R\$ 87,75
PANAMBI	R\$ 365,33	R\$ 389,91	R\$ 331,60	R\$ 150,83	R\$ 150,04	R\$ 221,86
REITORIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 388,28	R\$ 4,15	R\$ 0,68	R\$ 4,20
FREDERICO W.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 361,14	R\$ 293,16	R\$ 228,80
TOTAL	R\$ 3.420,76	R\$ 3.996,56	R\$ 4.267,02	R\$ 3.558,70	R\$ 3.159,78	R\$ 2.631,51

Fonte: IFFar (2020a, 2020b).

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

No período de 2014 a 2019, todas as unidades do IFFar aplicaram os recursos da AE em Auxílios Financeiros aos Estudantes, com algumas exceções. Esses valores, no somatório geral, cresceram de 2015 a 2017, sofrendo reduções em 2018 e 2019, em virtude de o orçamento ter sido realocado em outros programas como moradia e alimentação, conforme já explicado. De modo geral, o orçamento total, destinado à AE, apresentou um progresso considerável,

possibilitando o atendimento de um número cada vez maior de alunos, em todos os programas executados pela instituição, conforme demonstrado na coluna de atendimentos AE, na Tabela 11:

Tabela 11 - Atendimentos da AE de 2014 a 2019*

EXERCÍCIOS	ALUNOS MATRICULADOS	VARIAÇÃO %	ATENDIMENTOS AE	VARIAÇÃO %	DEPESAS EMPENHADAS (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO %
2014	13198	100%	8.117	100%	R\$ 8,78	100,00%
2015	12149	-7,95%	12.149	49,67%	R\$ 9,86	12,20%
2016	12051	-0,81%	10.583	-12,89%	R\$ 12,39	25,71%
2017	12116	0,54%	13.007	22,90%	R\$ 13,38	7,96%
2018	14859	22,64%	20.715	59,26%	R\$ 12,31	-8,00%
2019	13440	-9,55%	22.664	9,41%	R\$ 13,04	5,95%
TOTAL	77813		87.235		R\$ 69,76	

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2014a, 2014b, 2014c, 2015a, 2015b, 2016, 2017a, 2017b, 2017c, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c, 2020b).

O IFFar, por meio de programas, projetos e ações realiza a Política de Assistência Estudantil, que visa, dentre outros objetivos, o apoio à permanência dos estudantes na instituição. A fim de concretizar esse apoio, oferece: moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio aos estudantes pais e apoio permanência (IFFar, 2014a). O percentual de atendimentos realizados em 2017, 2018 e 2019 demonstra que a instituição trabalha com constância no propósito de garantir o acesso e a permanência dos alunos no ambiente escolar. De 2014 a 2019, os recursos aplicados em moradia, alimentação e concessão de auxílios apresentaram um acentuado crescimento, conforme demonstrado na Tabela 12, evidenciando o comprometimento da instituição em fortalecer esses programas.

Tabela 12 - Orçamento Executado com Moradia Estudantil, Alimentação e Auxílios Financeiros a Estudantes do IFFar*

CAMPUS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AUXÍLIOS	R\$ 3.987.178,51	R\$ 3.777.180,53	R\$ 3.312.343,38	R\$ 3.205.007,80	R\$ 2.932.771,72	R\$ 2.643.425,31
MORADIA	NÃO TEM	R\$ 3.139.733,45	R\$ 4.944.759,67	R\$ 1.527.372,87	R\$ 4.083.028,38	R\$ 3.376.150,68
ALIMENTAÇÃO	R\$ 3.133.657,82	R\$ 3.381.621,29	R\$ 6.917.548,74	R\$ 7.798.664,78	R\$ 6.906.571,40	R\$ 7.612.864,76
TOTAL	R\$ 7.120.836,33	R\$ 10.298.535,27	R\$ 15.174.651,79	R\$ 12.531.045,45	R\$ 13.922.371,50	R\$ 13.632.440,75

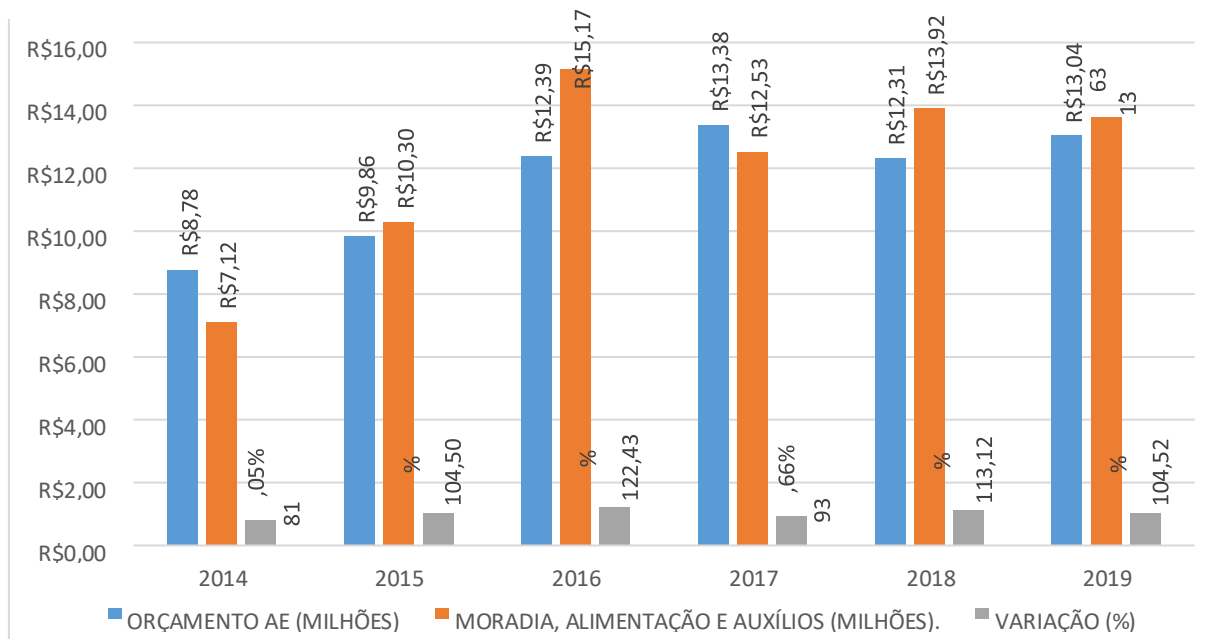
* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Observação: A informação em relação aos recursos aplicados na moradia de 2014 não foi disponibilizada pela instituição.

O montante de recursos aplicados em moradia, alimentação e auxílio aos estudantes apresentou um crescimento de 44,63%, em 2015, 47,35%, em 2016, um decréscimo de 17,42%, em 2017, voltando a apresentar crescimento de 11,10%, em 2018 e um decréscimo de 2,08% em 2019. No entanto, nota-se que de 2014 a 2019, a soma desses recursos girou em torno de 91%. Ao se considerar que as despesas empenhadas, entre 2014 e 2019 apresentaram um aumento de 26,37%, pode-se afirmar que o aumento de 91% dos recursos reafirma o comprometimento do IFFar com as necessidades dos seus alunos. O Gráfico 3 demonstra o percentual do orçamento da AE que foi aplicado nos Programas de Moradia, Alimentação e Auxílios:

Gráfico 3 - Percentual do Orçamento Executado Moradia, alimentação e Auxílio em Relação ao Orçamento Total da AE*



* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

O Gráfico 3 demonstrou que em 2014, 81,05% do orçamento destinado à AE foi executado com moradia, alimentação e concessão de auxílios, bem como, em 2017 foi de 93,66%. No entanto, em 2015, 2016, 2018 e 2019 o percentual de recursos aplicados superou

os recursos disponibilizados, resultado justificado pelo fato de a instituição aplicar recursos de outras fontes, nos serviços de refeitório. Em 2014, foram investidos R\$ 330,96 mil, em recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2015, R\$ 389,64 mil e em 2016, R\$ 469,15 mil. E ainda, em 2019, foram R\$ 6,02 milhões de recursos, provenientes do PNAES, R\$ 714,16 mil, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e R\$ 880,06 mil, da Ação 20RL.

Dos recursos da AE, aplicados nos programas, destaca-se que o maior percentual se refere à alimentação, conforme observado no levantamento da Tabela 13:

Tabela 13 - Comparativo Orçamento AE x Moradia, Alimentação e Auxílios

EXERCÍCIO	ORÇAMENTO AE (EM MILHÕES)	AUXÍLIOS (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO %	MORADIA (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO %	ALIMENTAÇÃO (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO %
2014	R\$ 8,78	R\$ 3,98	45,31%	NÃO TEM	NÃO TEM	R\$ 3,13	35,63%
2015	R\$ 9,86	R\$ 3,77	38,25%	R\$ 3,13	31,76%	R\$ 3,38	34,29%
2016	R\$ 12,39	R\$ 3,31	26,71%	R\$ 4,94	39,87%	R\$ 6,92	55,85%
2017	R\$ 13,38	R\$ 3,20	23,92%	R\$ 1,53	11,44%	R\$ 7,80	58,31%
2018	R\$ 12,31	R\$ 2,93	23,81%	R\$ 4,08	33,15%	R\$ 6,91	56,14%
2019	R\$ 13,04	R\$ 2,64	20,25%	R\$ 3,38	25,92%	R\$ 7,61	58,36%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

De 2014 a 2019, os recursos da AE, destinados aos auxílios foram reduzidos, representando, em 2019, uma queda de 33,67%, justificado por motivos já apresentados na tabela 10, os destinados à moradia, oscilaram entre decréscimo e acréscimo, no decorrer do período. No entanto, àqueles executados com gastos de alimentação apresentaram uma variação positiva de 35,63%, em 2014, para 58,36%, em 2019. Por consumir a maior parte do orçamento, consideram-se esses três programas os mais significativos na Política de Atendimento aos Discentes do IFFar, de modo que, a seguir, procede-se a análise individual de cada um deles, tendo início pela moradia estudantil.

Com o objetivo de apoiar a permanência dos estudantes no IFFar, a instituição dispõe, em algumas unidades, moradia estudantil destinada àqueles que residam em municípios diferentes do campus ou em área de difícil acesso/deslocamento dentro do município. De 2014 para 2019, o número de alunos atendidos nas unidades, que possuem moradia, aumentou cerca de 91%, apesar de o orçamento executado ter oscilado no decorrer dos anos, conforme Tabela 14:

Tabela 14 - Orçamento Executado (em milhões) - Moradia Estudantil x Alunos atendidos na moradia

EXERCÍCIOS	ORÇAMENTO AE	ALUNOS ATENDIDOS	VARIAÇÃO %	ORÇAMENTO EXECUTADO MORADIA (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO %
2014	R\$ 8,78	423	100,00%	NÃO TEM	NÃO TEM
2015	R\$ 9,86	553	30,73%	R\$ 3,13	31,76%
2016	R\$ 12,39	715	29,29%	R\$ 4,94	39,87%
2017	R\$ 13,38	716	0,14%	R\$ 1,53	11,44%
2018	R\$ 12,31	812	13,41%	R\$ 4,08	33,15%
2019	R\$ 13,04	808	-0,49%	R\$ 3,38	25,92%
TOTAL	R\$ 69,76	4027	398,39%	R\$ 17,06	24,46%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2014a, 2014b, 2014c, 2015a, 2015b, 2016, 2017a, 2017b, 2017c, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c, 2020b).

Referente ao ano de 2014, não foi disponibilizada a informação quanto aos recursos executados com a moradia estudantil. Porém, analisando os anos subsequentes, verificou-se que os recursos aplicados nesse programa apresentaram um acréscimo de 39,87%, em 2016, seguido de uma redução de 11,44%, em 2017, um acréscimo de 33,15%, em 2018 e uma redução de 25,92%, em 2019, o que contrapõe a variação do número de alunos atendidos, que apresentou crescimento constante no período analisado, sendo atendidos em média 671 alunos por ano.

Conforme demonstrado na Tabela 15, em 2014, apenas os campi Alegrete, Jaguari e São Vicente do Sul possuíam moradias estudantis, já em 2019 são cinco as unidades que dispõem desse benefício aos estudantes:

Tabela 15 - Número de alunos atendidos pela Moradia Estudantil, em cada campi.

CAMPUS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ALEGRETE	142	142	171	139	141	136
FREDERICO WESTPHALEN	NÃO TEM	130	132	150	155	146
JAGUARI	50	50	108	153	148	169
SÃO BORJA	NÃO TEM	NÃO TEM	0	13	96	61
SÃO VICENTE DO SUL	231	231	304	261	272	296
TOTAL	423	553	715	716	812	808

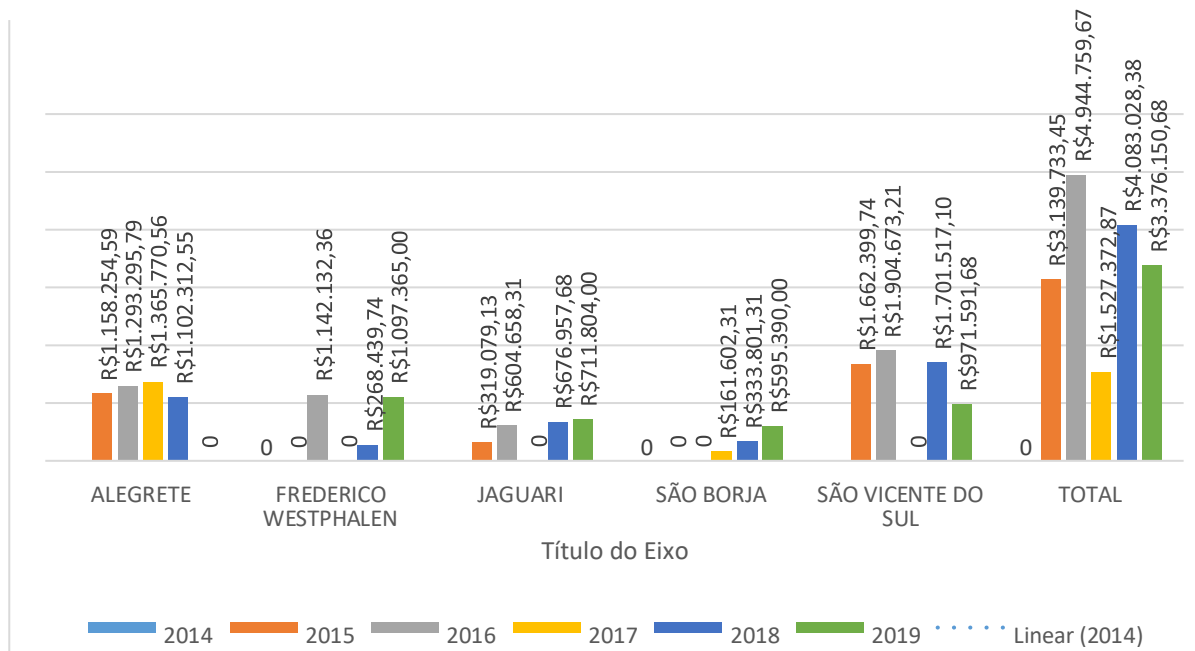
Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Em relação aos alunos atendidos pela moradia estudantil, no período analisado, destaca-se que a unidade de Alegrete manteve um número constante de alunos beneficiados, o mesmo ocorrendo no campus São Vicente do Sul. No entanto, o campus Jaguari apresentou um acréscimo acentuado no número desses alunos, em virtude da ampliação da sua moradia, em 2016. Ainda cabe salientar, que São Borja concluiu sua obra em 2017, disponibilizando vagas aos seus alunos, conforme o Relatório de Gestão 2018 (IFFar, 2019a, p. 28):

O IFFar oferta Moradia Estudantil junto aos Campi Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, São Borja e São Vicente do Sul, disponibilizando condições básicas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, com o objetivo de garantir a permanência e prevenir a evasão escolar estudantil, destinada prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, menores de idade e que residam em locais de difícil acesso ao campus. Entre os avanços que tivemos no último triênio destaca-se a ampliação da oferta de vagas ao público feminino do Campus Frederico Westphalen e a construção da moradia junto ao Campus São Borja.

Do orçamento executado para a moradia estudantil, apresenta-se o Gráfico, com os valores que cada uma das unidades disponibilizou para esse programa:

Gráfico 4 - Recursos empenhados com Moradia Estudantil em cada campi*



* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Dos dados fornecidos pela instituição, os campi Alegrete e São Vicente do Sul destacam-se pelo orçamento destinado à moradia estudantil, sendo que foram os que empenharam maiores recursos no período. Isso, em grande parte, justifica-se por serem os campi com maior número de alunos atendidos com esse programa. Enquanto em 2015, Alegrete empenhou em torno de R\$ 1,16 milhões, para 142 alunos, o equivalente a R\$ 8.156,00, por aluno, o campus São Vicente do Sul empenhou R\$ 1,66 milhões, para 231 alunos, o equivalente a R\$ 7.196,00. Por sua vez, o campus Jaguari registrou R\$ 319 mil, em empenhos, para 50 alunos, o equivalente a R\$ 6.380,00, gastos por aluno.

Em 2016, Alegrete elevou seus gastos em 11,66%, porém, o número de alunos apresentou um aumento de 20,43%, reduzindo-se o valor gasto, passando para R\$ 7.563,00, por aluno. Jaguari elevou em 89,50% seus gastos e em 116% o número de alunos, o campus São Vicente do Sul aumentou seus gastos em 14,57% e elevou os atendimentos em 31,60%, o campus Frederico, que em 2016 passou a integrar o IFFar, teve uma média de R\$ 8.652,00, gastos por aluno. A partir de 2017 o campus São Borja passou a oferecer moradia a seus estudantes, não sendo possível calcular a evolução exata dos percentuais por falta de informações.

Outra linha de ação, em relação aos programas e projetos da AE, que visa o apoio à permanência dos estudantes no IFFar é possibilitar o acesso à alimentação. Dessa forma, conforme Tabela 16, de 2014 a 2019, os recursos gastos com a segurança alimentar e nutricional dos alunos apresentaram um crescimento de 143%, sendo que esse aumento foi constante a partir de 2014.

Tabela 16 - Recursos empenhados com Alimentação*

(Continua)

CAMPUS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ALEGRETE	R\$ 122.642,33	R\$ 776.275,05	R\$ 820.539,80	R\$ 2.668.988,86	R\$ 2.280.902,30	R\$ 707.721,56
FREDERICO WESTPHALEN	NÃO TEM	NÃO TEM	R\$ 877.832,71	R\$ 739.117,14	R\$ 756.490,62	R\$ 1.043.000,00
JAGUARI	R\$ 330.342,90	NÃO TEM	R\$ 349.157,89	R\$ 506.797,95	R\$ 488.349,57	R\$ 277.316,00
JÚLIO DE CASTILHOS	R\$ 618.625,41	R\$ 245.072,09	R\$ 613.385,54	R\$ 654.008,27	R\$ 447.746,53	R\$ 658.998,85
PANAMBI	R\$ 263.325,67	R\$ 228.381,48	R\$ 543.335,59	R\$ 465.097,41	R\$ 397.333,27	R\$ 496.703,25
SANTA ROSA	R\$ 399.369,02	R\$ 426.851,56	R\$ 591.965,60	R\$ 417.169,66	R\$ 408.759,05	R\$ 491.674,53
SANTO ÂNGELO	NÃO TEM	R\$ 148.921,68	R\$ 404.222,72	R\$ 438.687,70	R\$ 409.598,40	R\$ 580.798,96
SANTO AGUSTO	R\$ 763.966,82	R\$ 697.074,16	R\$ 954.078,23	R\$ 652.238,76	R\$ 661.282,14	R\$ 624.770,92
SÃO BORJA	R\$ 496.918,94	R\$ 575.643,60	R\$ 511.972,65	R\$ 534.136,81	R\$ 691.168,32	R\$ 1.213.027,45
SÃO VICENTE DO SUL	R\$ 138.466,74	R\$ 273.558,50	R\$ 1.203.228,38	R\$ 640.272,44	R\$ 136.495,43	R\$ 1.139.268,92

(conclusão)

AVANÇADO URUGUAIANA	NÃO TEM	R\$ 9.843,15	R\$ 47.829,62	R\$ 82.149,78	R\$ 228.445,78	R\$ 379.584,32
TOTAL	R\$ 3.133.657,82	R\$ 3.381.621,29	R\$ 6.917.548,74	R\$ 7.798.664,78	R\$ 6.906.571,40	R\$ 7.612.864,76

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Os gastos com o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de garantir alimentação aos alunos, apresentaram um crescimento constante e significativo a partir de 2014. Não se pode afirmar, com exatidão, o percentual desse crescimento, pois em 2014 e 2015 o campus de Frederico Westphalen ainda não estava vinculado ao IFFar, e porque alguns dados não foram encontrados, como os de Jaguari, de 2015, de Santo Ângelo e Campus Avançado Uruguaiana, de 2014. Entretanto, ainda é possível verificar que o percentual do orçamento alocado para a alimentação, no somatório geral, continuou aumentando, principalmente a partir de 2016, conforme demonstrado na Tabela 17:

Tabela 17 - Comparativo Recursos da AE X Recursos Alimentação*

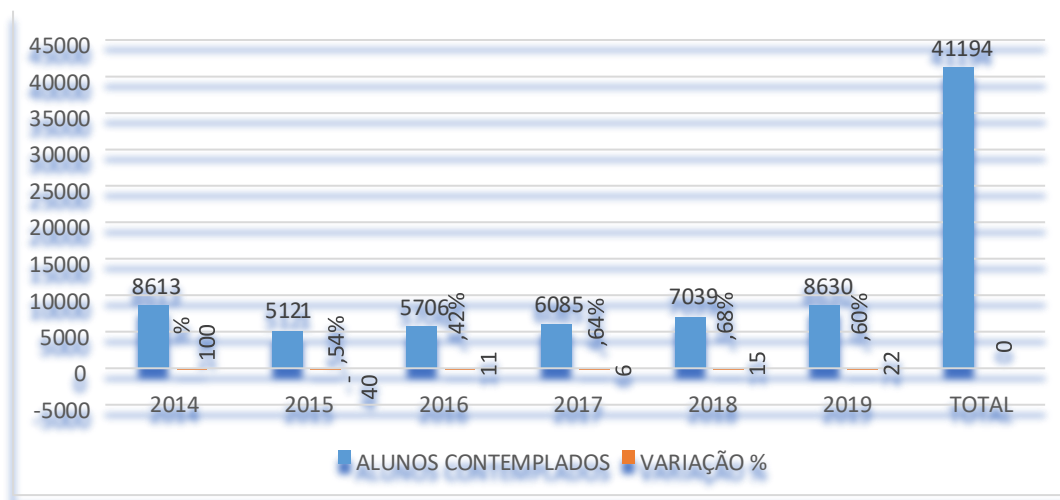
EXERCÍCIOS	ORÇAMENTO AE (EM MILHÕES)	ORÇAMENTO ALIMENTAÇÃO (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO %
2014	R\$ 8,78	R\$ 3,13	35,63%
2015	R\$ 9,86	R\$ 3,38	34,29%
2016	R\$ 12,39	R\$ 6,92	55,85%
2017	R\$ 13,38	R\$ 7,80	58,31%
2018	R\$ 12,31	R\$ 6,91	56,14%
2019	R\$ 13,04	R\$ 7,61	58,36%
TOTAL	R\$ 69,76	R\$ 35,75	51,25%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Do orçamento total destinado à execução dos Programas da AE, destaca-se que o programa que mais recebeu recursos foi o de Segurança Alimentar e Nutricional. No ano de 2016 foram aplicados R\$ 6,92 milhões, em alimentação, o que equivale a 55,85% do orçamento total, seguidos de 56,14%, em 2018 e 58,36%, em 2019. Porém, é importante salientar que, todos os recursos gastos não foram provenientes apenas da Ação 2994, sendo alguns provenientes do próprio campus, do FNDE e do PNAE. Indo ao encontro do crescimento do orçamento aplicado, encontra-se o número de alunos atendidos com o programa, conforme pode-se verificar no Gráfico 5:

Gráfico 5 - Alunos Atendidos com Alimentação



Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Da análise do Gráfico 5, tem-se que em 2015 o número de alunos atendidos, com alimentação nos campi, sofreu uma considerável redução, de 40,54%. Já em 2016, 2017, 2018 e 2019 o cenário foi de um aumento de 11,42%, 6,64%, 15,68% e 22,60%, respectivamente, porém, se comparado 2019 com 2014, houve um aumento de apenas 0,19%. O Relatório de Gestão de 2018 (IFFar, 2019a, p. 29) destaca que:

No que diz respeito à oferta de alimentação os estudantes da moradia têm 100% de suas necessidades nutricionais diárias atendidas. Além disso, os Campi Alegrete, Jaguari e São Vicente do Sul disponibilizam alimentação para todos os educandos independente de nível e modalidade de ensino.

Além dos recursos destinados à moradia estudantil e à alimentação, os auxílios financeiros concedidos aos estudantes consomem boa parte do orçamento da AE. Em 2014, por exemplo, o percentual gasto foi de 54,56%, sendo reduzido nos anos subsequentes, conforme Tabela 18:

Tabela 18 - Auxílio Financeiro aos Estudantes (em milhões). *

(Continua)

EXERCÍCIOS	ALUNOS ATENDIDOS	VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A 2014	ORÇAMENTO AE	RECURSOS EMPENHADOS AUXÍLIOS	VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A 2014
2014	2810	100,00%	R\$ 8,78	R\$ 3,99	100,00%
2015	2492	-11,32%	R\$ 9,86	R\$ 3,78	-5,26%
2016	2646	6,18%	R\$ 12,39	R\$ 3,31	-12,43%
2017	2049	-22,56%	R\$ 13,38	R\$ 3,20	-3,32%

(Conclusão)

2018	2401	17,18%	R\$ 12,31	R\$ 2,93	-8,44%
2019	2081	-13,33%	R\$ 13,04	R\$ 2,64	-9,90%
TOTAL	14479		R\$ 69,76	R\$ 19,85	

* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019a, 2019d, 2020c).

O ano de 2015, assim como a redução no número de alunos atendidos com alimentação, apresentou um cenário de redução no número de alunos contemplados com auxílios financeiros, sendo que houve uma queda de 11,32% nos auxílios concedidos, bem como uma redução de 5,26% no orçamento destinado a esse programa, seguido por 2016, com uma queda no orçamento de 12,43%, porém o número de alunos aumentou em 6,18%. O ano de 2017 foi o que apresentou menor número de alunos atendidos, reduzindo o percentual em 27,08% de alunos atendidos, apesar de o orçamento ter sofrido uma queda de 3,32%. Nos exercícios subsequentes o orçamento destinado aos auxílios manteve queda de 8,44% e 9,9%, e em 2019, o número dos benefícios foi reduzido em 25,94%.

Dos auxílios financeiros concedidos, a Tabela 19, apresenta a evolução no decorrer do período 2014-2019, evidenciando as modalidades de auxílios oferecidos aos alunos:

Tabela 19 - Modalidades de Auxílios Concedidos pelo IFFar de 2014 a 2019

EXERCÍCIOS	PERMANÊNCIA	TRANSPORTE	EVENTUAL	ATLETA	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	OUTROS	ALUNOS BENEFICIADOS
2014	1215	1031	0	0	0	564	2304
2015	1149	1010	40	0	0	0	2.199
2016	1209	868	54	86	194	0	2.411
2017	974	938	57	77	127	0	2049
2018	1111	943	68	82	197	0	1694
2019	888	878	42	75	198	0	1556
TOTAL	6546	5668	261	320	716	564	12.213

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Dos auxílios financeiros concedidos aos alunos, o destaque é o Auxílio Permanência, que no período analisado foi de 6546, porém, 2019 apresentou uma redução de 26,91%, no total de concessões, sendo exatamente o exercício de 2019 o que concentrou o menor número, em comparação aos demais. Do mesmo modo que o permanência, o auxílio transporte também apresentou queda no decorrer dos exercícios, sendo a redução de 2019 para 2014, de 14,84%. O auxílio eventual passou a ser ofertado em 2015, e de 2019 para 2015 o acréscimo foi de

apenas 0,5%. O auxílio atleta e o participação em eventos, passaram a ser concedidos a partir de 2016 e o número de concessões permaneceu constante.

Além dos Programas de Moradia Estudantil, Segurança Alimentar e Nutricional e a concessão de Auxílios Financeiros aos estudantes, as coordenações de assistência estudantil executam ações nas áreas de saúde, Promoção do Esporte, Cultura e Lazer, Apoio didático pedagógico, Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, conforme dados da Tabela 20:

Tabela 20 - Atenção à Saúde

EXERCÍCIOS	PSICOLÓGICOS	SERVIÇO SOCIAL	ODONTOLÓGICOS	MÉDICO	ENFERMAGEM	NUTRICIONAL	PEDAGÓGICO	ENCAMINHAMENTO A REDE LOCAL
2014	2302	4641	1221	3657	8002	0	2055	256
2015	1887	7471	1962	5122	10679	0	7617	589
2016	3324	4044	1329	6400	8742	0	2538	415
2017	0	0	0	0	0	2395	0	0
2018	2872	2696	2120	6873	10704	809	864	478
2019	2750	1751	2754	5945	10687	578	1823	387
TOTAL	13135	20603	9386	27997	48814	3782	14897	2125

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Na área de saúde, no período de 2014 a 2019, o IFFar realizou junto a seus alunos, em média, 2.189 atendimentos de psicologia, 3.433 de serviço social, 1.564 de odontologia, 4.666 atendimentos médicos, 8.135 de enfermagem, 630 nutricional, 2.482 pedagógicos e 354 encaminhamentos à rede local. Do que foi exposto na tabela, não foi possível o acompanhamento efetivo, pois referente ao ano de 2017 não houve informações para análise, no entanto, cabe destacar que todos os atendimentos se mantiveram ativos no decorrer dos anos. Na Tabela 21, apresentam-se os dados relativos ao Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer - Apoio didático-pedagógico:

Tabela 21 - Promoção do Esporte, Cultura e Lazer - Apoio didático-pedagógico

EXERCÍCIOS	ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL	PROJETOS E AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE	APOIO DIDÁTICO PEDAGÓGICO	MOSTRA CULTURAL LOCAL	MOSTRA CULTURAL INSTITUCIONAL	JEIF	ALUNOS ATINGIDOS NAS AÇÕES E PROJETOS
2014	N/ M	N/ M	N/ M	350	N/ M	950	N/I
2015	N/ M	N/ M	N/ M	N/ M	N/ M	N/I	N/I
2016	N/ M	N/ M	N/ M	N/ M	N/ M	N/I	N/I
2017	2395	5875	836	5358	N/I	N/I	14271
2018	3261	9043	3013	5298	N/I	N/I	20715
2019	1065	54	700	356	1072	466	N/I
TOTAL	6721	14972	4549	11362	1072	1416	34986

Fonte: IFFar (2015c, 2016b, 2017d, 2018d, 2019d, 2020c).

Legenda:
N/M: Não Monitorada
N/I: Não Informada

Em referência às áreas de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer e de Apoio Didático Pedagógico, importante salientar que não houve informações de 2014 a 2016 monitoradas, e de 2017 a 2019 algumas informações não foram disponibilizadas, prejudicando a análise dos dados. Porém, por constituírem importantes ações a serem desenvolvidas dentro do que orienta o PNAES, é de suma relevância que elas sejam registradas por meio de documentos a fim de serem avaliadas.

Já no que diz respeito às ações a serem desenvolvidas na área de Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, embora previsto no PNAES, não houve informações fornecidas pela instituição, que possibilitasse verificar e acompanhar o seu desenvolvimento.

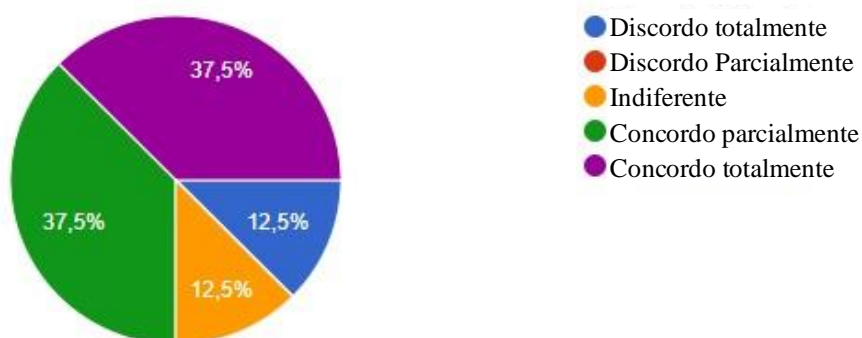
A seguir, tem-se a análise dos questionários aplicados às coordenações de assistência estudantil, que teve como intuito responder ao quarto objetivo específico proposto no estudo.

4.4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFFar NO CONTEXTO DE CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DAS COORDENAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A última etapa da pesquisa consistiu na aplicação de onze questionários, destinados às Coordenações de Assistência Estudantil, de todas as unidades do IFFar, tendo como objetivo verificar a percepção da coordenação em relação ao planejamento e a execução das ações da AE, frente aos constantes cortes dos repasses de recursos às IFES. Dos 11 questionários, retornaram 08 respostas.

O primeiro bloco do questionário abordou questões sobre o planejamento das ações da Assistência Estudantil. A primeira questão desse bloco tinha como objetivo identificar se o planejamento elaborado em cada campus foi realizado com base nas suas reais necessidades. Conforme a Figura 10, 4 coordenadores responderam que seu campus realizou os planejamentos com base nas reais necessidades (50%), 3 afirmaram que o planejamento foi elaborado em parte em função das reais necessidades (37,5%) e 1 (12,5%) discordou parcialmente com a forma de elaboração do planejamento.

Figura 10 - Planejamento elaborado com base nas necessidades reais dos campi



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

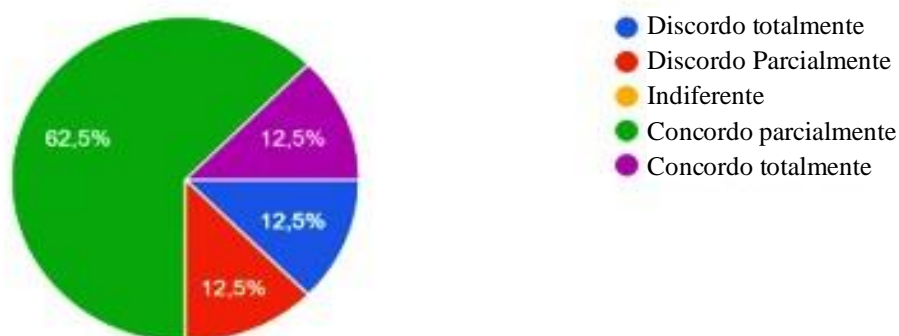
Em relação a essa questão, enfatiza-se que no processo de planejamento das ações, é importante conhecer a realidade da instituição e da sua unidade de gestão, tanto em relação à identificação das necessidades quanto em relação aos recursos disponíveis para a execução do que foi planejado. Neste sentido, Lourençon (2001, p. 48) destaca que:

No primeiro aspecto, o plano operacional deve identificar as necessidades com que se defronta a comunidade e a forma de satisfazê-la. Para isso é necessário conhecer o estágio atual de satisfação de necessidades, pelo dimensionamento dos déficits e pela definição dos padrões de atendimentos requeridos (prestação de serviços públicos, capacidade industrial etc).

No segundo aspecto, o plano operacional deve conhecer os recursos reais disponíveis, sejam humanos, materiais, de equipamentos ou tecnologia, para atender o desenvolvimento dos programas em determinado tempo.

Quando se questionou, se o planejamento dos recursos necessários para executar as ações da AE contou com a participação dos servidores da CAE, dos discentes, docentes e representantes da comunidade, verificou-se que 5, das respostas, indicaram que o planejamento foi elaborado com a participação parcial desse público, conforme demonstrado na Figura 11:

Figura 11: Planejamento elaborado com participação de servidores CAE, discentes, docentes e representantes da comunidade



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

A participação dos diferentes públicos, no processo de planejamento das ações institucionais, mais precisamente em relação ao planejamento operacional, traz inúmeras vantagens visto que, Perfeito (2007, p. 53) enfatiza que:

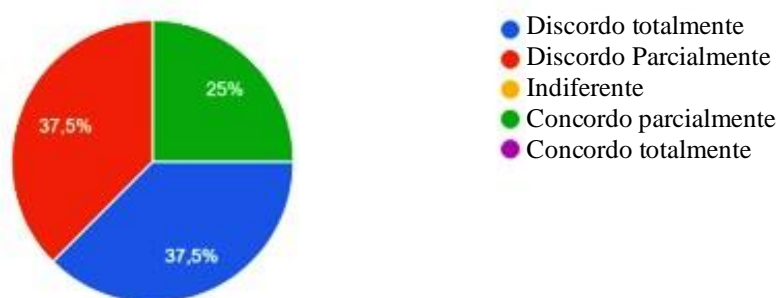
Planejar implica um comprometimento com a ação. O planejamento só tem significância quando é implementado e avaliado de acordo com a consecução de seus objetivos; caso contrário, resumir-se-á a uma coletânea de intencionalidades que não trazem benefícios reais à organização. Um dos grandes desafios da gestão das instituições de ensino é desenvolver uma maior capacidade de resposta às demandas externas. Para isso, é necessário que seus gestores sejam capazes de utilizar diferentes abordagens de planejamento, a fim de que as instituições possam atingir seus objetivos e cumprir sua missão.

No IFFar, a participação da comunidade interna e externa, representadas pelos servidores, alunos, funcionários terceirizados e membros da sociedade civil, ocorre por meio

de processos auto avaliativos, implementados pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA, Ouvidoria e avaliação do docente pelo discente, conduzidos pela CPA e por Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, que coletam informações que auxiliarão na tomada de decisões, em relação a gestão de recursos, o planejamento e a organização institucional, as políticas pedagógicas, a infraestrutura física e o atendimento aos alunos (IFFar, 2020a).

Entrando no contexto dos cortes orçamentários, e a fim de verificar, se mesmo sabendo que as ações não seriam exequíveis de concretização, os campi planejavam ações para a AE, 3 discordaram totalmente de que esse fato ocorreu, 3 discordaram parcialmente, ou seja, não afirmam com certeza, que todas as ações foram planejadas sabendo-se que não haveria recursos financeiros para concretizá-las, já 2 concordaram que algumas ações foram planejadas, porém sem recursos para tirá-las do plano. Na Figura 12 demonstra-se o resultado:

Figura 12 - Ações planejadas no contexto de cortes orçamentários



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

Quanto à execução das atividades planejadas para a AE, destaca-se que 6 dos respondentes, concordaram de modo parcial que as ações planejadas foram executadas em sua integralidade, ou seja, algumas delas precisaram ser reprogramadas, sendo que 3 afirmaram que precisaram ser replanejadas, em virtude de questões orçamentárias. Esse resultado vai ao encontro do que afirmam Prada e Surdine (2018, p. 278), quando mencionam que “é a dotação orçamentária dos campi que orienta as ações, ou seja, caso não haja dotação orçamentária suficiente, essas necessidades também não são atendidas.”

De todas aquelas ações que precisaram ser revistas, destacou-se o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, com 3 de respostas afirmativas, seguido da Moradia Estudantil, com 2, Auxílio Financeiro aos Estudantes, com 2 e Promoção do Esporte, Cultura e

lazer, também com 2, sendo o resultado justificado pelo fato de que “a maioria dos IF’s executa programas de alimentação, transporte e auxílio moradia, seguidos do auxílio creche e do auxílio material.” (PRADA e SURDINE, 2018, p. 280). A Figura 13 demonstra o ranking das ações que mais precisaram ser revistas.

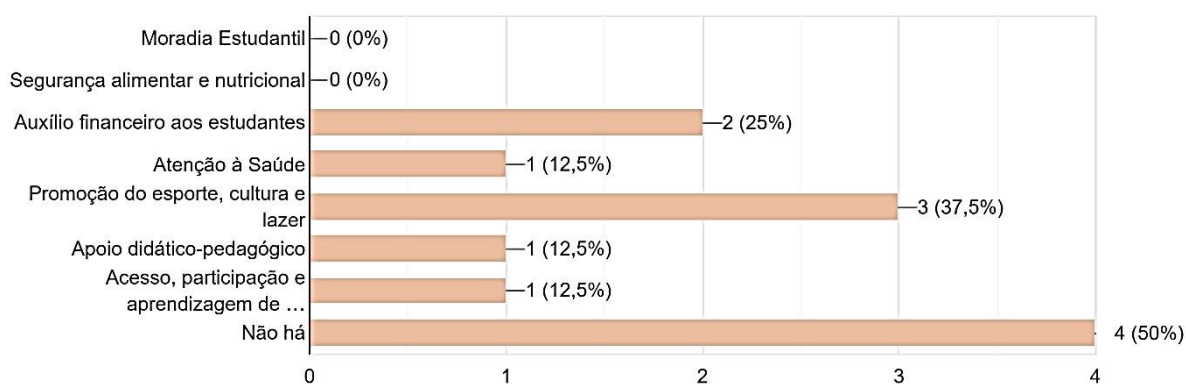
Figura 13 – Ações reprogramadas no contexto de cortes orçamentários



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

Ainda no que se referem aos programas e ações, que deixaram de ser executados, em virtude de questões orçamentárias, destaca-se que o programa mais afetado, ou seja, que teve algumas ações não contempladas com recursos financeiros e não foi realizado na sua integralidade, foi o de Promoção do esporte, cultura e lazer, com 3 das respostas, conforme Figura 14:

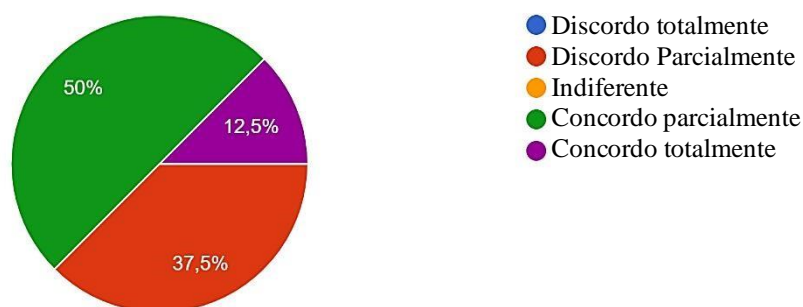
Figura 14: Programas mais afetados com o contingenciamento de recursos.



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

Dando prosseguimento à análise dos questionários, o bloco 03 abordou questões que dizem respeito ao planejamento e execução das ações da AE, sendo que 03 afirmaram que a projeção orçamentária da AE, estabelecida no PDI, não foi calculada totalmente de acordo com as reais necessidades do campus. Porém, como esse planejamento é elaborado a longo prazo, é compreensível que haja mudanças no decorrer do período, visto que a instituição pode corrigir seus planos a qualquer momento. Já em relação aos recursos recebidos, destaca-se que 04 das respostas, afirmaram que eles atenderam as necessidades do campus de modo parcial, conforme Figura 15:

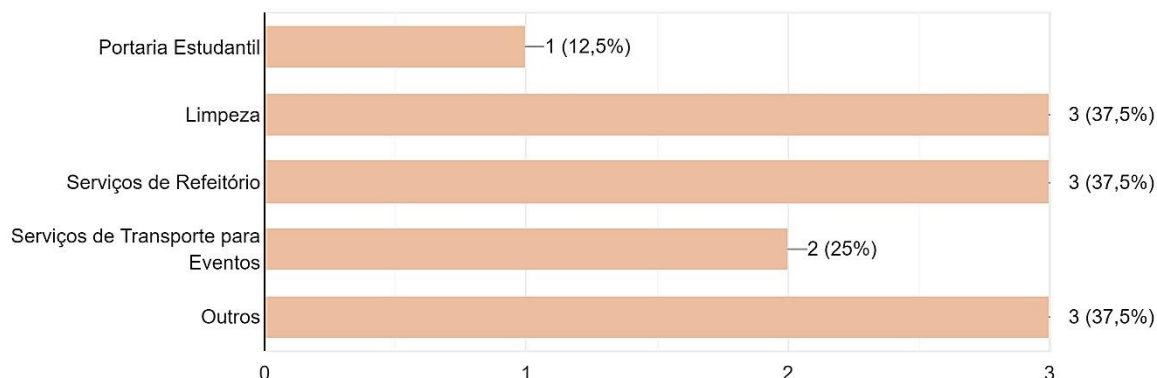
Figura 15 - Recursos da AE para atendimento das necessidades dos campi.



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

Outra questão importante a ser mencionada, diz respeito aos serviços de terceirizados, com relação direta à AE, e que precisaram ser reduzidos e/ou suspensos, no período 2014 a 2019, em função da falta de recursos financeiros. Destaca-se das respostas, que 3 concordaram totalmente, ou seja, que houve sim a necessidade de redução e/ou suspensão, porém, 3 também discordaram totalmente, contrapondo o cenário dos outros campi, já 2 afirmaram que houve em partes a necessidade de redução e/ou suspensão. Em relação aos serviços mais afetados, destaca-se os de limpeza, 3, seguido pelos serviços de refeitório e de transporte para eventos, conforme Figura 16:

Figura 16 - Serviços reduzidos e/ou suspensos



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

Ainda no que se referem aos programas desempenhados na instituição, a pesquisa demonstrou que, apesar de todos os contingenciamentos orçamentários e dificuldades de pagamentos de fornecedores em dia, o fornecimento de alimentação, as concessões de auxílios financeiros não sofreram reduções, na maioria dos campi, sendo que apenas 1 das respostas afirmou que concorda totalmente, no sentido de houve reduções. Porém, conforme afirma Machado (2017), os recursos destinados à assistência ao estudante de graduação têm sido insuficientes, diante das demandas, e a destinação do orçamento vem ocorrendo no limite dos interesses capitalistas, sendo que, em um contexto de acirramento da crise, não há dúvidas que esses recursos serão reduzidos.

Apesar das dificuldades financeiras, os repasses de auxílios financeiros, aos alunos, mantiveram-se em dia. Não houve a interrupção dos pagamentos, por mais de 2 meses consecutivos, em 7 dos campi pesquisados, embora:

O contingenciamento orçamentário ocorrido em 2019 afetou a execução de parte do planejamento de gastos de várias unidades do IFFar, acarretando os seguintes prejuízos à programação institucional: » Exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias ao longo de 2019, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais; » Limites orçamentários liberados no final do exercício acarretaram atrasos na abertura de certos processos licitatórios, o que estimulou as inscrições de Restos a Pagar; » Adiamento ou cancelamento de novas despesas de custeio e de investimentos em áreas estratégicas do IFFar (IFFar, 2020a, p. 55).

O bloco 04, e último, do questionário, teve como objetivo abordar questões referentes às metas estabelecidas no PDI, visando averiguar se o que foi planejado neste importante instrumento de gestão, havia sido de fato concretizado. Das respostas, destaca-se que 3

afirmaram que a instituição implantou os serviços de saúde, contemplando as necessidades de pessoal e material, 3 disseram que a implantação e contemplação foi parcial e 1 de que não houve essa implantação.

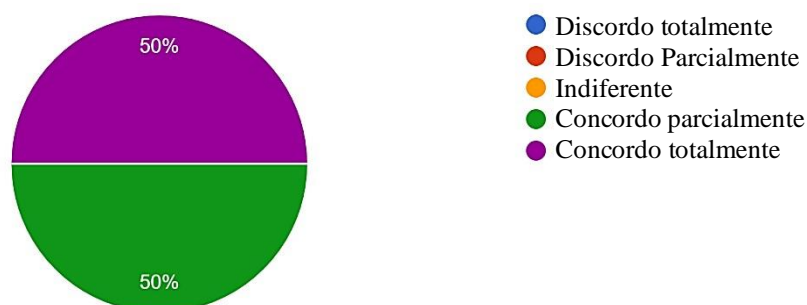
Ainda em relação ao Programa de Atenção à Saúde, 3 afirmaram que a instituição assegurou a continuidade dos serviços, promovendo ações de prevenção e 3 concordaram parcialmente com essa afirmação. Dos atendimentos realizados nos campi, 6 concordaram parcialmente de que foram realizados atendimentos na área social, psicológica, nutricional e de saúde. Esse percentual se justifica pela falta de pessoal em algumas unidades, no entanto, 2 concordaram totalmente, pois realizaram todos os atendimentos.

Em relação à importância desse Programa para a instituição, SOUZA (2020, p. 20) destaca que:

Mais do que condições mínimas de saúde, faz-se necessário o entendimento de que a permanência e êxito do discente dentro da instituição escolar está relacionada, também, com sua qualidade de vida. Ao encontro desta ideia, temos o exemplo das equipes de saúde inseridas dentro dos quadros de servidores efetivos de muitas instituições de ensino federais. No Instituto Federal Farroupilha, estas equipes foram instituídas e são fundamentadas em documentos como a Política de Atenção à Saúde dos Discentes (2015). Estes profissionais compõem o quadro de técnico-administrativos em educação (TAEs) e devem trabalhar de maneira multidisciplinar e transdisciplinar, para além de ações curativas e não somente com enfoque em sua atribuição específica.

No que se refere à implantação e qualificação dos serviços de apoio didático-pedagógico nas unidades do IFFar, 4 afirmaram que foram desenvolvidas ações que proporcionaram a permanência dos alunos, com êxito, reduzindo os índices de evasão e retenção, porém, 4 concordaram parcialmente com a realização de tais ações, conforme Figura 17:

Figura 17 - Implantação e qualificação de serviços de apoio didático-pedagógico



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários

Do resultado apresentado na Figura 17, destaca-se que todas as ações desenvolvidas corroboram com o que segue:

Dentre os indicadores institucionais produzidos e divulgados pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – base oficial de apresentação dos dados da Rede Federal, é pertinente destacar a Eficiência Acadêmica que, em 2017, atingiu 44,1%, passando para 49,30% em 2018 e para 74,7%, em 2019. A melhoria desse indicador, observada de forma sistemática nos últimos anos, deve ser creditada ao Programa Permanência e Êxito (PPE), em desenvolvimento desde 2014, que tem definido e implementado ações voltadas à melhoria dos processos de ensino, de aprendizagem e de assistência estudantil.

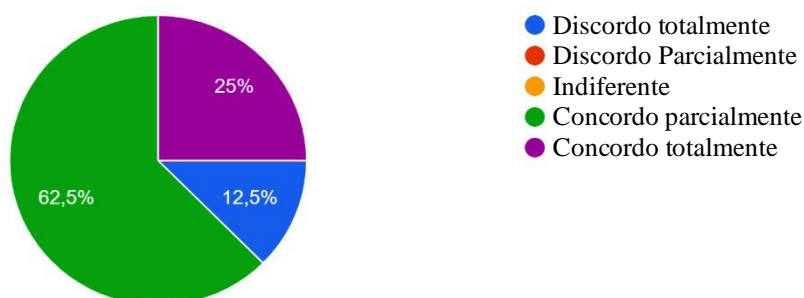
Outra informação relevante a destacar é a Evasão por Ciclo, que mede a perda de estudantes ao longo do ciclo do curso. Nesse indicador, os resultados melhoraram significativamente, passando de 53,3%, em 2017; para 48,48%, em 2018; e para 24,4%, em 2019; resultado que também está associado ao Programa de Permanência e Êxito (IFFar, 2020a, p. 13).

A meta de implantar e qualificar os serviços de refeitórios apresentou um importante resultado, sendo que em 4 das unidades foram construídos novos refeitórios e em 5 das unidades eles foram reformados. Já em relação à moradia estudantil, 7 dos campi afirmaram que não houve a construção de moradia estudantil em suas unidades, em 5 não houve reforma das moradias, porém, em 4 dessas unidades havia a necessidade de moradia para os estudantes.

O IFFar possui atualmente oito obras e ou adequações de instalações em andamento e uma obra paralisada que está em fase de readequação do projeto e planilhas para nova licitação. Destaca-se que, no ano de 2019, cinco obras foram concluídas (IFFar, 2020a, p.71).

E por fim, quando questionados se a redução dos recursos destinados aos Investimentos afetou as ações da AE, destaca-se que 6 concordaram parcialmente, 2 concordaram totalmente, ou seja, que sim, afetaram as ações e em 1 que não afetou.

Figura 18 - Reflexo das reduções em Investimentos nas ações da AE.



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nos questionários.

Quando se analisa a redução em Investimentos, de R\$ 28,56 milhões, em 2014, para R\$ 5,50 milhões, em 2019, num percentual em torno de 419%, obviamente que se conclui que algumas ações que dependiam diretamente desses recursos deixaram de ser executadas. Apesar de o período ter sido de expansão de algumas unidades do IFFar, e de a tendência, nesse período, ser de redução nos recursos dessa rubrica, o montante do decréscimo não pode ser justificado como normal e de que não impôs consequências negativas a algumas ações planejadas pela AE.

4.5. PROPOSTA DE MELHORIAS A PARTIR DOS RESULTADOS OBTIDOS

De acordo com Nascimento (2010), a gestão é uma prática que deve ser aprimorada, com o objetivo de alcançar determinados fins, seja reduzir a pobreza, melhorar a educação, economia, aumentar a conservação dos recursos naturais, seja para preservar, estender e expandir a cultura. Essas são as principais demandas de uma sociedade, e todo o aperfeiçoamento da gestão pública deve ser voltado, de forma estratégica, para atender essas demandas. Com isso, a gestão pública deve fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, e concentrar todos os esforços no sentido de melhorar as organizações e métodos, fazendo uso da informação gerencial. Desta forma, capacitar as pessoas, embora seja por si só importante, só ganha sentido estratégico quando faz parte de um projeto de desenvolvimento, que pode ser econômico e/ou social.

Santos (2006, p. 13) afirma que:

Os fins da gestão pública resumem-se em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda atividade do gestor público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o gestor se afasta ou se desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não institui a gestão senão como meio de atingir o bem-estar social.

Ainda, para Nascimento (2010) há um novo perfil de gestão pública, a nova administração pública, em que os governos tentam buscar referenciais estratégicos e definir alguns objetivos a serem traçados, com foco no resultado, pressupondo planejamento, mensuração de desempenho e avaliação, dando ênfase à eficiência, com percepção da complexidade do ambiente e dos problemas enfrentados. A sociedade passa a ser mais exigente e participativa, há a responsabilização das ações governamentais e os temas como transparência e ética, responsabilidade fiscal e social são valorizados.

De um modo geral, as questões orçamentárias e financeiras têm sido nos últimos anos, em especial no período deste estudo, permeadas de instabilidades, sendo perceptível o reflexo negativo no processo de execução das ações planejadas no IFFar. O que pode ser percebido no contexto analisado é que as instituições mobilizam todos os servidores, seus alunos e uma comunidade inteira a fim de se determinar as necessidades desses públicos, criam expectativas, estruturam as metas e estratégias e elaboram um roteiro a ser seguido para se atingir o objetivo, porém, em decorrência dos constantes cortes orçamentários muitos desses esforços tornam-se em vão, visto que a grande maioria das ações, e principalmente as da AE, que visam prestar importante serviço a alunos em condições de vulnerabilidade econômica e social, dependem desses recursos, frustrando algumas importantes metas.

Os repasses do orçamento do Governo Federal, destinado à AE, apresentaram considerável crescimento entre 2014 a 2019, porém, como pode ser observado nas análises apresentadas, as ações desempenhadas pelo IFFar são pautadas basicamente com foco no fornecimento de alimentação, transporte, moradia e auxílios financeiros, deixando uma grande lacuna na concretização de algumas das práticas propostas pelo PNAES, visto que, mesmo recebendo mais recursos no decorrer dos anos, os valores ainda não são aqueles necessários para atender todas as demandas.

No que diz respeito ao planejamento, não há muito a ser proposto, visto que, como apresentado, as ações são planejadas dentro dos campi, com a participação de gestores, servidores, discentes e comunidade em geral, e em se tratando do recebimento de repasses para concretizar tais ações, o cenário é quase sempre de inseguranças e incertezas. Neste caso, recomenda-se ser o mais fiel possível às necessidades dos alunos, sem fazer planos mirabolantes, na expectativa de recebimento de montantes exorbitantes. Se os valores a serem recebidos não tendem a apresentar um crescimento elevado, de um ano para outro, é prudente elaborar um plano operacional sempre prevendo essa tendência e também os atrasos que possam vir a ocorrer nos repasses.

Diante de algumas dificuldades no acesso às informações da AE, recomenda-se a aplicação de uma ferramenta de gestão que possibilite monitorar a execução dos planos estabelecidos. No Relatório de Gestão de 2015 foi apresentado o Relatório de Ações e Resultados (RAR), conforme segue:

O referido instrumento é elaborado individualmente por todas as unidades da instituição (campi e Reitoria), com o propósito de relatar as ações e os resultados

alcançados no atendimento dos objetivos definidos no Plano de Ação anual, de forma a propiciar a síntese de suas realizações, favorecendo a prestação de contas à comunidade e aos órgãos de controle (IFFar, 2016a, p. 22).

Embora, o Relatório de Gestão de 2015 tenha apresentado o RAR e definido que todas as unidades deveriam publicá-lo, a fim de prestar contas de suas ações à comunidade, não foi possível o acesso a esses relatórios, por não estarem disponíveis no portal da instituição. Constatou-se que alguns campi realizaram a publicação, porém não houve uma constância durante os anos. A seguir, apresenta-se o modelo do RAR a ser preenchido, de acordo com o que disponibilizou o campus Jaguari, no ano de 2017:

Quadro 6 - Modelo de Relatório de Ações e Resultados

ÁREA INSTITUCIONAL: ENSINO COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL			
OBJETIVO ESTRATÉGICO PDI	AÇÃO REALIZADA	RESULTADO ALCANÇADO	VINCULAÇÃO PPA
Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do IF Farroupilha.	Seleção de estudantes para percepção de auxílios permanência, transporte, atleta e eventos da Assistência Estudantil, bem como para utilização da Moradia Estudantil por meio de seleção. Acompanhamento da frequência dos beneficiários e encaminhamento de solicitação de pagamento mensal dos auxílios da Assistência Estudantil.	220 estudantes residentes na Moradia Estudantil. 125 estudantes beneficiados com diferentes auxílios, como auxílios permanência, transporte, eventual, atleta e eventos. Sistematização de dados e otimização das atividades do Setor. Apoio à permanência dos discentes na Instituição.	
Consolidar, ampliar e aprimorar as Políticas de Inclusão do IF Farroupilha;	Planejamento e execução do Projeto de Ensino Debate Jovem.	Promoção da saúde, prevenção de agravos e incentivo a melhoria da qualidade de vida Incentivo à permanência dos alunos e debate referente a temáticas de seu cotidiana. Abordagem das questões relacionadas ao convívio, a valores, a	
		prevenção e a promoção da saúde, fundamentais para a autonomia para a formação integral do aluno, conforme a missão do instituto enquanto instituição de educação.	

Fonte: IFFar (2018e, p. 13).

O Quadro 6 apresenta o acompanhamento das ações estabelecidas no PDI, conforme a execução anual, porém diante das dificuldades encontradas no acesso às informações, sugere-se que a instituição publique semestralmente, em sua página na internet, na aba Ensino – Assistência Estudantil planilhas com dados relacionados diretamente as ações desempenhadas e o montante de orçamento executado, organizado por área, conforme orienta o PNAES.

Tabela 22: Modelo Acompanhamento das Ações da Moradia Estudantil

CAMPUS	VALOR PLANEJADO	VALOR EXECUTADO	Nº DE ALUNOS NO CAMPI	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS
--------	-----------------	-----------------	-----------------------	------------------------

Fonte: IFFar (2018e, p. 13).

Salienta-se que o exposto consiste em apenas um modelo e que a instituição já disponibiliza de algumas planilhas em Excel para controle interno, no entanto deve disponibilizá-las, de forma padronizada e de fácil acesso aos cidadãos. Sugere-se que haja um sistema de gestão, onde tenha a possibilidade de registro online de todas as ações desempenhadas pela AE e que ele seja integrado, de modo que o Setor de Orçamento e Finanças possa fornecer informações dos orçamentos executados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da instituição do PNAES, em 2007, recursos específicos foram destinados a fim de subsidiar as atividades desempenhadas pela AE, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, em especial, os da graduação, no intuito de minimizar situações que levariam a retenção e/ou evasão escolar, porém, ainda há muito a ser feito para que as ações se consolidem e se fortaleçam.

O orçamento destinado às IFES tem sido aprovado, no decorrer dos últimos anos, com reduções nas áreas de investimentos e custeio e esses contingenciamentos têm afetado a manutenção das atividades rotineiras dessas instituições e inviabilizando ações importantes de ensino, pesquisa e extensão, que afetam não só estudantes, mas a sociedade em geral. Fato que ratifica o exposto, é que só no IFFar, os recursos destinados aos investimentos apresentaram uma redução de R\$ 20,97 milhões, em 2014, para R\$ 5,50 milhões, em 2019.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a execução orçamentária dos recursos destinados à AE, de 2014 a 2019, a fim de identificar se atenderam o objetivo estratégico estabelecido no PDI. Para tanto, a fim de responder ao que foi proposto, foram estipulados objetivos específicos que possibilitaram algumas conclusões, alguns questionamentos e ainda restando algumas dúvidas, conforme demonstrado nos próximos parágrafos.

Com o primeiro objetivo específico, buscou-se realizar o levantamento das principais ações estabelecidas para a AE, que dependiam de recursos financeiros para serem executadas, visto que a disponibilidade de recursos, a serem aplicados nos programas, visam diminuir a desigualdade social e colaborar com a inclusão social e com a melhoria da vida dos discentes. Então, no que diz respeito a esse levantamento, a conclusão é de que nem todas as metas estipuladas para o período foram concretizadas, por exemplo, a meta de aumentar em 10% o número de alunos beneficiados com auxílios financeiros não foi atingida, pois em 2014 foram concedidos 2.810 auxílios e em 2019 2.081.

O mesmo cenário de decréscimo pode ser evidenciado na análise dos demais auxílios, também não foi realizada a construção de moradia em todas as unidades, porém, não se pode deixar de se enfatizar o progresso em relação as ações desempenhadas em 2014, em relação ao que se desempenhou em 2019, visto que o número de atendimentos, de um modo geral, cresceram consideravelmente.

No que se refere às ações estabelecidas, tem-se que no decorrer de todos os exercícios analisados, constatou-se que o montante de recursos necessários às ações planejadas superou o orçamento recebido para a execução de tais ações, o que demonstra que as necessidades de cada campus são incompatíveis com os recursos recebidos. A justificativa para esse fato é de que a instituição elaborou seu planejamento, porém, os cortes de repasses, que o MEC realizou em cada exercício, inviabilizou a concretização dos planos.

Ainda, ressalta-se que, apesar de a instituição receber repasses de orçamento da Fonte Orçamentária 2994, que se destina às ações de fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, moradia e transporte, os recursos dessa fonte foram insuficientes, fazendo com que a instituição tivesse que recorrer a outras fontes, a fim de manter essas atividades em funcionamento e não deixar os alunos desamparados, principalmente no que diz respeito à alimentação. Ainda se tem que, mesmo executando recursos oriundos de outros órgãos e/ou instituições, não foi possível concretizar tudo o que foi planejado.

Quando analisaram-se os dados, a fim de atender o segundo objetivo proposto, que foi estabelecer um comparativo entre a projeção orçamentária e as despesas executadas no período de 2014 a 2019, para as principais estratégias estabelecidas em relação à concretização do objetivo de Consolidar, Ampliar e Promover as Políticas de Acesso e Permanência do IFFar, do PDI, verificou-se que existiam duas fontes de projeções orçamentárias, o PDI, que caracteriza-se pode ser o planejamento estratégico, ou a longo prazo, da instituição, e os Planos Anuais, que são os planejamentos a curto prazo. A elaboração do planejamento estratégico (PDI) da instituição está alinhada com as determinações do MEC e com as políticas governamentais para a área da educação, porém, como não é possível a construção de um documento tão importante por uma ou poucas pessoas, logo são nomeadas comissões, permitindo que a comunidade e todos os demais sujeitos participem da construção do que se espera para uma instituição de ensino.

Ainda, constatou-se que no cálculo das projeções orçamentárias do PDI foi usado o modelo de orçamento incremental, prática comum na elaboração dos planejamentos, mas que os comprometem negativamente, visto que a projeção de um ano é calculada com base em anos anteriores, influenciando a veracidade das informações. Muito embora as despesas empenhadas tenham sido superiores ao que consta no documento PDI, isso não se caracteriza como positivo, tendo em vista o processo de cópia de valores de um ano para outro, com o acréscimo de um percentual, uma margem de segurança. Então, se o valor gasto foi maior que o previsto fica

evidente que o previsto ficou aquém das necessidades reais, porém, cabe lembrar que o planejamento estratégico se caracteriza por traçar um caminho para a instituição, sendo perfeitamente plausível de adaptações.

Em relação ao terceiro objetivo proposto, ou seja, apresentar as ações de Assistência Estudantil executadas no IFFar, no período de 2014 a 2019, a fim de identificar se houve priorizações em decorrência de restrições orçamentárias, destaca-se que, nesse período, o orçamento total recebido sofreu reduções, ou um crescimento muito abaixo do esperado para cumprir com as obrigações institucionais, com ênfase para as despesas empenhadas, que apresentaram um crescimento acima de 10% apenas em 2017, sendo que nos demais anos esse percentual ficou abaixo disso, inclusive sendo negativo em 2018. Enquanto as despesas totais empenhadas apresentaram um aumento médio em torno de 4,89%, os recursos destinados aos investimentos apresentaram uma queda, em média de 13,51% e as despesas de custeio um aumento médio de 0,17%, contrapondo-se ao aumento médio de 18,68% apresentado pelas despesas com pessoal e encargos.

Apesar do cenário de queda nos percentuais de recursos destinados a Outros Custeios e aos Investimentos, os destinados à AE apresentaram um crescimento positivo em todo o período, apresentando, só em 2019, um aumento de 48,5%, se comparado a 2014, demonstrando o empenho da instituição em fortalecer as ações da AE, refletindo não só na manutenção dos programas destinados aos alunos, mas também, no aumento do número de atendimentos.

Enquanto que em 2014, havia 13.198 matrículas e eram atendidos 8.117 alunos, em 2019 o número de matrículas foi de 13.440, porém, com 22.664 atendimentos realizados, deixando evidente o avanço da abrangência dos serviços ofertados aos discentes. Ainda, no que se refere ao terceiro objetivo proposto, é importante salientar, que por meio do orçamento executado para a AE, a instituição desempenhou atividades em conformidade com as áreas estabelecidas no PNAES 2010 e para isso contou com recursos destinados a cada um dos programas, oferecendo aos seus alunos apoio financeiro, moradia, alimentação, auxílio transporte e atividades destinadas à prevenção de doenças e cuidados com a qualidade de vida.

Em relação aos programas, que mais se destacaram na instituição e que demandaram mais recursos financeiros, importante frisar que o orçamento destinado à moradia estudantil possibilitou que o número de 423 alunos atendidos, em 2014, passasse a ser de 808, em 2019, um crescimento em torno de 91%, apesar de não ter sido possível a construção das moradias

em todas as unidades. No período de análise foi concluída a obra da unidade de São Borja e realizada a ampliação no campus Jaguari.

Em relação ao programa de segurança alimentar e nutricional, apurou-se um acréscimo de 143%, nos recursos aplicados, se compararmos 2019 com 2014, destacando-se como sendo o programa que mais recebeu recursos no período, porém, importante salientar, que esses recursos não foram provenientes única e exclusivamente da ação 2994, de assistência aos estudantes, sendo também procedentes do próprio campus, do FNDE e do PNAE, visto que somente recursos da fonte 2994 não atenderiam as demandas da instituição. Por falta de informações, não foi possível o levantamento do número de alunos beneficiados com alimentação no período.

No que diz respeito aos auxílios financeiros, concedidos aos estudantes, verificou-se um percentual de decréscimo no orçamento destinado a eles, bem como no número de concessões, fato esse que se justifica pela necessidade de remanejamento de recursos, para suprir as necessidades do programa de segurança alimentar e nutricional. Apesar disso, no período de análise, foram concedidos 14.075 auxílios, dentre eles auxílio permanência, transporte, eventual, atleta, participação em eventos, dentre outros, beneficiando mais de 12 mil alunos, destacando-se o auxílio permanência e o auxílio transporte, como sendo os mais concedidos, reforçando o compromisso institucional em manter seus alunos estudando.

Finalizando o terceiro objetivo, enfatiza-se que a Atenção à Saúde é uma importante ação desenvolvida em todas as unidades, que de modo geral, prestaram mais de 140 mil atendimentos nas áreas de psicologia, serviço social, odontologia, médica, enfermagem, nutrição, pedagogia e encaminhamentos externos, demonstrando o forte empenho da instituição em proporcionar aos seus discentes prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida.

E por fim, do quarto objetivo, analisar a Política de Atendimento aos Discentes do IFFar, no contexto de contingenciamentos orçamentários, a partir da percepção dos coordenadores de Assistência Estudantil, pode-se afirmar, que mesmo diante de constantes cortes de recursos, atrasos nos repasses e necessidade de remanejamentos financeiros e reprogramações, a instituição não deixou de concluir importantes ações da AE que beneficiaram seus alunos.

Quando o planejamento foi elaborado, houve a participação e o engajamento de todos os segmentos que receberiam o retorno dos recursos aplicados, ou seja, dos alunos, docentes, servidores da própria coordenação que conhecem de perto as necessidades do campus, e da comunidade em geral, e mesmo sabendo que muitas das ações podem correr o risco de não

saírem do papel, mesmo assim eram previstas, por se tratarem de uma necessidade daquela unidade. Muitas vezes, o que se faz, é deixar previsto o que é necessário, para futuramente buscar recursos para se concretizar, e se não for possível, se reorganiza o planejamento, readequando-o à realidade orçamentária, visto que ele não é estático, pode e deve ser sempre revisto, realinhado, conforme o cenário que a instituição está vivenciando.

No período analisado, de todos os programas afetados pelas reprogramações, destacou-se o de segurança alimentar e nutricional, vindo ao encontro do que já havia sido mencionado quando se tratou especificamente do orçamento deste programa, sendo que ele foi o que mais consumiu recursos no período e foi preciso suprir essa demanda, a partir de outras fontes, demonstrando que algumas outras ações podem ser adiadas, pois as atividades podem ser desempenhadas de outros modos, porém a alimentação oferecida aos alunos não pode ser preterida ou negligenciada pela instituição, principalmente em relação aos alunos que se encontram alojados na moradia estudantil.

No decorrer do estudo houve limitações que atrasaram algumas etapas e inviabilizaram a efetivação de algumas ações planejadas, quais sejam: dificuldades de encontrar informações organizadas e padronizadas referentes ao orçamento executado, atendimentos realizados pela AE; falta de padronização das informações no decorrer, pois um ano tinha uma informação e no outro não havia, dificultando um acompanhamento regular; demora no recebimento de informações, sendo necessários vários contatos de solicitação; falta de informações, pois algumas solicitações não foram atendidas; falta de resposta do Pró-Reitor de Administração para participar de uma entrevista e falta de resposta nos questionários enviados aos Diretores de Administração.

Todos esses imprevistos, resultaram na necessidade de replanejamento da pesquisa, com a elaboração de um novo questionário, sendo direcionados aos coordenadores da assistência estudantil. Porém, também houve demora nas respostas dos questionários, sendo necessários vários contatos por e-mail, e o intermédio de uma colega de instituição, solicitando a participação. Ainda assim, faltaram o retorno de três questionários, que não puderam fazer parte da análise, porém, considerando o número pequeno da amostra, a falta de três impactou o resultado, pois equivale a 27% do total.

No que se referem aos estudos futuros, sugere-se que seja realizado um estudo sobre o planejamento realizado na distribuição de recursos, como a reitoria realiza a repartição dos recursos da AE, qual a análise realizada para se chegar aos montantes a serem distribuídos, bem

como quanto aos critérios estabelecidos na hora de contemplar as unidades com obras de infraestrutura. Também, sugere-se investigar se os constantes cortes orçamentários têm influenciado na permanência dos alunos na instituição, afetando-a de forma negativa.

Ainda, se sugere que a instituição realize a publicação do Relatório de Ações e Resultados Anuais, em ambiente virtual, que fique organizado, visível e de fácil acesso a qualquer usuário da informação. Também, que seja criada uma ferramenta padronizada, um modelo de gestão do PNAES, com preenchimento online, a fim de se acompanhar as ações planejadas e executadas para a AE.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Viviane Lopes da Silva de. **Descontinuidade administrativa e efeitos na implementação do planejamento estratégico em instituições públicas**. Brasília: Universidade Gama Filho, 2010. Disponível em: <http://lms.ead1.com.br/upload/biblioteca/modulo_1722UTLQQACJGE.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- ANDRADE, Mayra Lúcia de. **Observância dos princípios orçamentários na administração pública municipal**. 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/294853256.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2020.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Autonomia e Financiamento das IFES: Desafios e Ações**. Avaliação, Rede de Avaliação Institucional - *RAIES*, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.
- ATKINSON, Anthony A; ROBERT, S. Kaplan; MATSUMURA, Ella Mae; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.
- BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do programa nacional de assistência estudantil – PNAES na UTFPR campus Medianeira**. 2015. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Marília. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124477/000834383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. Atual a Constituição Federal, Lei no 4.320/64, LRF e Portarias da SOF/STNMCASP. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 15 out. 2019.
- _____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 15 out. 2019.
- _____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 15 out. 2019.
- _____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Emenda Constitucional nº 01 de 17 de outubro de 1969.** Edita novo texto da Constituição Federal de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc0169.htm>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Revogada pela Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, (2019). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25 jun. 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 29 out 2019.

_____. **Portaria Interministerial STN/SOF nº 163,** de 04 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos%20portarias-sof/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_02set2015.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Presidência da República. Casa Civil. 2004. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. **Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007.** Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 30 out 2019.

_____. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/pnaes.html>. Acesso em: 30 out 2019.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Ministério da Educação. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acessado em 31 mai. 2019.

_____. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.** 2010a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso: 19 de nov. 2019.

_____. **Decreto 7.313, de 22 de setembro de 2010.** 2010b. Dispõe sobre Procedimentos Orçamentários e Financeiros Relacionados à Autonomia dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/D7313.htm>. Acesso em: 05 agosto 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRITO, Cléa Sabino de Matos. **Análise de continuidade orçamentária no Estado do Ceará no período de 2004 a 2012:** estudo de caso da mudança de governo Lúcio Alcântara para o de Cid Gomes. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15260/1/2015_dissert_csmbrito.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF. Informativo Técnico Nº 6/2019-CONOF/CD. **Ministério da Educação: Despesas Primárias Pagas 2014-2018 e Impacto da EC Nº 95/2016 (Teto de Gastos).** 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/inf_6-2019-ministerioeducacao-despesas-primarias-pagas>. Acesso em: 06 nov. 2019.

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – CONIF. FORPLAN - **Fórum de Planejamento e Administração. Metodologia da matriz orçamentária da rede de ensino profissional e tecnológico de 2018.** 2017. ELABORAÇÃO: COMISSÃO DE ORÇAMENTO DO FORPLAN. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/institucional/planejamentoinstitucional/documentos-insitucionais/metodologia-da-matriz-conif-2018.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

Controladoria- Geral da União – CGU. **Portal da Transparência.** Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

_____- Vander Gontijo (texto base), Eugênio Greggianin e Graciano Rocha Mendes - CONOF/CD. **Princípios Orçamentários**. Brasília. Maio de 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/principios>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. Texto para discussão nº 869. Instituto Pesquisa de Economia Aplicada – IPEA. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4424>. Acesso em: 02 set. 2019.

CORREA, Ramão. **O processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam no estado do Rio Grande do Sul: atores, contextos e quadros normativos**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213070/001117039.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COSTA, Simone Gomes. **A permanência na educação superior no brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 25 a 27 de novembro de 2009. 2009. Florianópolis. Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%EAncia%20na%20educa%E7%E3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%Elise%20das%20pol%EDticas%20de%20assist%EAncia%20estudantil.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 out. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle**. – 1. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

Dye, T. R. (2009). **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: F. G. Heidemann, Salm, J. F. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. da UnB

ENAP-Escola Nacional de Administração Pública. **Orçamento Público Conceitos Básicos**. Módulo 2 Enfoques do Orçamento. Brasília. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2287/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%ABlico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20282%29.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2020.

FELIPPE, Jones Manhães Sales; SILVA, Renata Maldonado da. **Orçamento da Assistência estudantil: análise a partir da experiência do Instituto Federal Fluminense campus campos-centro**. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 25, p. 97-110 abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6755/pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial** – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GALVÃO, Anderson Allan Almeida. **Plano de desenvolvimento institucional:** uma proposta para elaboração e acompanhamento pelos institutos federais. 2016. 66 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20967>>. Acesso em: 30 out. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17ª ed. revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2017.

_____, James. **Orçamento governamental: teoria, sistema, processo**. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio de Loureiro; BIANCOLINO, César Augusto; BORGES, Tiago Nascimento. **Sistemas de Informações contábeis: uma abordagem gerencial**. 6ª ed. reimpr. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2018
GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GONTIJO, Vander. **Orçamento da União. Instrumentos de Planejamento e Orçamento**. Câmara dos Deputados. Curso sobre processo orçamentário. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamentodauniaio/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFAR. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018**. Santa Maria. 2014a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação Exercício 2014**. Santa Maria. 2014b. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação Exercício 2015**. Santa Maria. 2014c. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação Exercício 2016**. Santa Maria. 2015a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Prestação de Contas Ordinárias Anual. **Relatório de Gestão do Exercício 2014**. Santa Maria. Março. 2015b. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Relatório Financeiro e de Atividades realizadas pela Assistência Estudantil em 2014**. Santa Maria, 2015c.

_____. Prestação de Contas Ordinárias Anual. **Relatório de Gestão do Exercício 2015**. Santa Maria. Março. 2016a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Relatório Financeiro dos Campi com a Assistência Estudantil no ano de 2015**. Santa Maria, 2016b.

_____. Prestação de Contas Ordinárias Anual. **Relatório de Gestão do Exercício 2016**. Santa Maria. Fevereiro. 2017a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação Exercício 2017**. Santa Maria. 2017b. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação Exercício 2018**. Santa Maria. 2017c. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Relatório Financeiro dos Campi com a Assistência Estudantil no ano de 2016**. Santa Maria, 2017d.

_____. Prestação de Contas Ordinárias Anual. **Relatório de Gestão do Exercício 2017**. Santa Maria. Março. 2018a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Ação Exercício 2019**. Santa Maria. 2018b. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar#planos-dea%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Portaria N° 0196, de 20 de fevereiro de 2018**. Santa Maria. 2018c. Disponível em: <[https://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral/Portaria n° 0196/2018-Altera a](https://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral/Portaria%20n%C2%BA0196/2018-Altera)>

portaria nº 1003/2016-Atribuições das Unidades Organizacionais do IFFar>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Relatório de Monitoramento Assistência Estudantil IFFar em 2017**. Santa Maria, 2018d.

_____. **Relatório de Ações e Resultados. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Campus Jaguari. Jaguari**. 2018e. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/9858/b2cb4f30f7687d81206a25decc59eed3>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Relatório de Gestão Anual Exercício 2018**. Santa Maria, 2019a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/itemlist/tag/1298relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 20192026**. Santa Maria, 2019b. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-dopdi/item/13876-pdi-2019-2026>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. Relatório de Gestão Anual. **Relatório de Gestão do Exercício 2018**. Santa Maria, Março, 2019c. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Relatório de Monitoramento Assistência Estudantil IFFar em 2018**. Santa Maria, 2019d.

_____. Relatório de Gestão Anual. **Relatório de Gestão do Exercício 2019**. Santa Maria, Março, 2020a. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditorias>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Painel Orçamentário e Financeiro do Instituto Federal Farroupilha**. Santa Maria, 2020b. Disponível em: <<https://sites.google.com/iffarroupilha.edu.br/painelorcamentarioefinanceiro>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Relatório de Monitoramento Assistência Estudantil IFFar em 2019**. Santa Maria, 2020c.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública. Teoria e prática**. 15. ed. – São Paulo: Atlas, 2016

LLANO, Gabriela Perusatto. **A implementação da política pública de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha nos campi da região Noroeste do Rio Grande do Sul.** Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento Regional. Ijuí. 2020. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/6765>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LOURENÇON, Cândido. **O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças.** Florianópolis, 2001, 145p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80026?show=full>>. Acesso em: 13 mai 2020.

LUZ, Thasiana Maria Kukulj da. **O plano de desenvolvimento institucional (PDI) como instrumento de gestão e aplicação de políticas públicas: um estudo em instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná.** 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. UFTPR. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/790/1/CT_PPGPGP_M_%20Luz%2C%20Thasiana%20Maria%20Kukulj%20da_2014.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MACHADO, Fernanda Meneghini. **Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais.** Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Submetido em: 12/4/2017 Aceito em: 26/6/2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6122726>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MACHADO, Lucília Regina de Souza; CURY, Carlos Roberto Jamil. **Integrating Education and Work: The Status of Vocational Education in Brazil.** In: MACLEAN, Rupert; WILSON, David N. (Org.). **International Handbook of Education for the Changing World of Work: Bridging Academic and Vocational Learning.** 1ª ed. Bonn: UNESCO/UNEVOC / Springer, 2009, v. v. 2, p. 637-648. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Unesco-Unevoc-Textocompleto.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. **POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: 1995-2010.** Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 20, p. 31/-50, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782015000100031&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 02 set. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG. Tesouro Nacional Transparente. **Glossário do Tesouro Nacional. 2008.** Disponível em:

<<https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

_____. **O que é Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)? O que é Lei Orçamentária Anual (LOA)?** Ano Mai, 2015. Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principiosorcamentarios/o-que-e-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>>. Acesso em: 17 dez 2019.

_____. **Demonstrativo da execução das despesas por função.** 2017. Disponível em:

<[https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1212:03-02-05-01-tabela-2-1-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-funcao-subfuncao&catid=614&Itemid=675#:~:text=DOTA%C3%87%C3%83O%20ATUALIZADA%20\(a\),as%20anula%C3%A7%C3%B5es%20e%20cancelamentos%20correspondentes](https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1212:03-02-05-01-tabela-2-1-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-funcao-subfuncao&catid=614&Itemid=675#:~:text=DOTA%C3%87%C3%83O%20ATUALIZADA%20(a),as%20anula%C3%A7%C3%B5es%20e%20cancelamentos%20correspondentes)>. Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2019.** Brasília, 2018. Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentosanuais/2019/ploa/orcamento-cidadao.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

_____. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico do Orçamento-MTO 2019.** Brasília, 2019. Disponível em:

<<https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mtos>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Novas Instruções para elaboração do PDI.**

Dezembro de 2004. 2004. Disponível em:

<<https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/Diretrizes-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-do-PDI-2004.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. SAPIENS. **Instruções para elaboração de plano de desenvolvimento institucional.** Atualizado em 05 jun. 2007. 2007a. Disponível em:

<<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI.** 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp93318841>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica.**

Concepções e Diretrizes. 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 agosto 2019

_____. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Expansão da Rede Federal**. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Centenário da Rede Federal de Educação, Profissional e Tecnológica**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Saiba o que é e quais são as instituições que formam a Rede Federal de educação profissional e tecnológica do país**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MENDES, Marcos José. **Sistema Orçamentário Brasileiro: Planejamento, Equilíbrio Fiscal e Qualidade do Gasto Público**. Brasília: Consultoria Legislativa / Senado Federal (Texto para Discussão nº 39). Brasília. 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-paradiscussao/td-39-sistema-orcamentario-brasileiro-planejamento-equilibrio-fiscal-e-qualidadedo-gasto-publico>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro — Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública: gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental**. 2 ed. rev. e atualizada - São Paulo: Saraiva, 2010.

NOBRE, Fábio Chaves; CORRÊA, Dalila Alves; NEPOMUCENO, Luciana Holanda; NEPOMUCENO, Liana Holanda; SOUSA, Adail José e SIQUEIRA FILHO, Valdemar. **Amostragem na Pesquisa de Natureza Científica em um Campo Multiparadigmático: Peculiaridades do Método Qualitativo**. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. Volume 3 Atas CIAIQ2016. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/938/921>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 22ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PERFEITO, Cátia D. F. **Planejamento Estratégico como Instrumento de Gestão Escolar**. Revista Educação Brasileira. Brasília, v. 29, n. 58 e 59, p. 49-61, jan./dez. 2007

PFEIFFER, Peter. **Planejamento Estratégico Municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Texto para discussão nº 37. Brasília: ENAP, 2000.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. **A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Revista SER Social. Educação e Lutas sociais no Brasil, Brasília, v. 20 n. 43, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/19077/17639/#page=38>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico Tecnológico. **Expansão e funcionamento das IFES estão ameaçados por cortes orçamentários, afirmam Conif e Andifes**. 02 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/expansao-e-funcionamento-dasifes-estao-ameacados-por-cortes-orcamentarios-afirmam-conif-e-andifes>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PINTO, Caroline Casagrande; DAVID, Marcus Vinícius; MACHADO, Carla Silva. **A Política de Assistência Estudantil no Brasil: o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora**. XV Colóquio internacional de gestão universitária – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136109/101_00215.pdf?sequen>. Acesso em: 28 out. 2019.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública. Uma abordagem da administração financeira pública**. 13ª edição. Revista, ampliada e atualizada até maio de 2014. 2014. Editora Atlas.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. **As políticas de Assistência Estudantil no Brasil**. mar/2012 a set/2013. Disponível em: <<http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/article/view/28>>. Acesso em: 29 out. 2019.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SELLTIZ, CI; WRIGHTSMANN, L. S.; COOK, S. W. **Planejamento de pesquisa: estudos exploratórios e descritivos. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, cap, v. 3, p. 57-90, 1967

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 3 ed. São Paulo, Atlas, 1996.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Cristiane Aparecida da. VICENTE, Ernesto Fernandes Rodrigues. ROSA, Fabricia Silva da. ANZILAGO, Marcielle. **Eficiência dos Gastos com a Política de Assistência Estudantil e taxa de Sucesso da Graduação: Uma análise nas Universidades Públicas Federais Brasileiras**. XXIV Congresso Brasileiro de Custos – Florianópolis, SC, Brasil, 15 a 17 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4315>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SOARES, Thássia Cristina da Silva. **A relação entre os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. 2017 Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5864/1/thassiacristinadasilvasoares.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SOTT, Denize Maria. **O Modelo de gestão do programa de alimentação estudantil no IFFarroupilha**. ESE Politécnico do Porto. Mestrado em educação: especialização em administração das organizações educativas. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.22/12585>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SOUZA, Daniel, Luiz de. **Planejamento estratégico em organizações públicas. Planejamento de longo prazo em organizações públicas com a utilização do Balanced Scorecard e de cenários prospectivos**. Monografia de conclusão de pós-graduação. Universidade Gama Filho. Brasília. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/planejamento-estrategico-em-organizacaoespublicas-planejamento-de-longo-prazo-em-organizacaoes-publicas-com-a-utilizacao-dobalanced-scorecard-e-de-cenarios-prospectivos-8A81881F750376EF01754DE413FB1BD2.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SOUZA, Fernanda Lavarda Ramos de. **Estratégias de práticas de educação em saúde para a formação integral de discentes dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari**. Jaguari, RS: [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://arandu.iffarroupilha.edu.br/bitstream/itemid/112/1/Trabalho%20ProfEPT%20Fernanda%20-%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o Proeja**. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 140. 2013.

VARGAS, Melissa Welter. Políticas Públicas e Desenvolvimento: limites e possibilidades na materialização da Assistência Estudantil no contexto da Unipampa. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. UNIJUÍ. 2017. Disponível em: <

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/5785>> Acesso em: 29 mar. 2021.

VELLOSO, Jacques. **Universidade na América Latina: rumos do financiamento.**

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 110, p. 39-66, jul. 2000. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)

15742000000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração** – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de pesquisa.** Revisão técnica de Patrícia Viveiros de Castro Krakauer; tradução de Arlete Si- mille Marques. 1ª ed – São Paulo: Saraiva, 2015.

XEREZ, Sebastião. **A evolução do orçamento público e seus instrumentos de**

planejamento. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, n. 000043,

2013. Disponível em:

<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_regis_1.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Título do projeto: **POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES DO IFFAR DE 2014 A 2019.**

Pesquisadores responsáveis: Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann – Pesquisadora
Profª. Drª. Kalinca Léia Becker – Orientadora

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 999770523

Olá! Este questionário faz parte de um estudo para o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da UFSM, que tem como objetivo apresentar uma análise dos recursos financeiros, destinados à Política de Atendimento aos Discentes do IFFar, do período de 2014 a 2019, verificando se questões de ordem orçamentária influenciaram no planejamento elaborado para a assistência estudantil, . Como principal benefício, espera-se que os resultados possam ajudar na compreensão da gestão dos recursos financeiros e na definição das ações da Política de Assistência Estudantil.

Considerar nas respostas o exercício de 2019, por já estar encerrado na aplicação desta pesquisa!

Observação: Quando não houver resposta, preencha com "Não há"!

Sua participação é muito importante! Desde já agradeço a sua colaboração!!!

Você concorda em participar dessa pesquisa, respondendo o questionário?

Sim () Não ()

***Obrigatório**

BLOCO 01: IDENTIFICAÇÃO

a) Qual sua área de formação? * _____

b) Qual seu cargo atual? Desde quando? * _____

c) No período de 2014-2019 qual seu tempo de atuação no IFFar (em meses)? * _____

d) Qual o campus que você atua? * _____

BLOCO 02: PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

a) No período de 2014 a 2019 o planejamento dos recursos necessários para executar as ações da Assistência Estudantil foi elaborado com base nas necessidades reais do campus?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

b) No período de 2014 a 2019 o planejamento dos recursos necessários para executar as ações da Assistência Estudantil foi elaborado com a participação dos servidores da Coordenação de Assistência Estudantil, dos discentes, docentes e representantes da comunidade?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

c) No período de 2014 a 2019 foram planejadas ações para a Assistência Estudantil sabendo que seria inviável a sua execução em função de questões orçamentárias?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

d) No período de 2014 a 2019 as ações planejadas para a Assistência Estudantil foram executadas em sua integralidade?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

e) No período de 2014 a 2019 houve necessidade de replanejar ações da Assistência Estudantil em virtude de questões orçamentárias?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente

(e) Concordo totalmente

f) Caso ações precisaram ser replanejadas qual (ais) foi (ram) o (s) Programa (s) mais afetado (s)?
Pode marcar mais de uma opção.

- Moradia Estudantil
- Segurança alimentar e nutricional
- Auxílio financeiro aos estudantes
- Atenção à Saúde
- Promoção do esporte, cultura e lazer
- Apoio didático-pedagógico
- Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- Não há

g) No período de 2014 a 2019 houve necessidade de deixar de executar ações da Assistência Estudantil em virtude de questões orçamentárias?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

h) Caso ações deixaram de ser executadas qual (ais) foi (ram) o (s) Programa (s) mais afetado (s)? Pode marcar mais de uma opção.

- Moradia Estudantil
- Segurança alimentar e nutricional
- Auxílio financeiro aos estudantes
- Atenção à Saúde
- Promoção do esporte, cultura e lazer
- Apoio didático-pedagógico
- Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- Não há

BLOCO 03: AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

a) A projeção orçamentária para a Assistência Estudantil, apresentada no PDI 2014-2018, foi calculada com base nas reais necessidades do campus?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente

(e)Concordo totalmente

b) Você considera que os recursos financeiros recebidos em seu campus, no período de 2014 a 2019, atenderam o que havia sido planejado, no PDI, para a Assistência Estudantil?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente
- (c)Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

c) Você considera que os recursos financeiros recebidos pela Assistência Estudantil, no período de 2014 a 2019, atenderam as necessidades do campus?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente
- (c)Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

d) Entre 2014 a 2019 houve a necessidade de reduzir e/ou suspender serviços de terceirizados, com relação direta à Assistência Estudantil, em virtude de falta de recursos?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente
- (c)Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

e) Marque os serviços reduzidos e/ou suspensos:

- Portaria Estudantil
- Limpeza
- Serviços de Refeitório
- Serviços de Transporte para Eventos
- Outros

f) No período de 2014 a 2019, o fornecimento de alimentação aos alunos foi prejudicado pela questão orçamentária?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente
- (c)Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

g) No período de 2014 a 2019, houve redução na concessão de auxílios financeiros, aos estudantes, em virtude da falta de recursos?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente
- (c)Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

h) No período de 2014 a 2019, os auxílios financeiros aos estudantes deixaram de serem pagos por mais de 2 meses consecutivos?

() Sim () Não

i) Qual foi a frequência com que os alunos ficaram sem receber auxílios financeiros, no período 2014-2019?

- 1 a 3 vezes
- 4 a 6 vezes
- 7 a 9 vezes
- Mais de 10 vezes.

BLOCO 04: METAS ESTABELECIDAS NO PDI 2014-2018

a) Em relação a meta "Implantar e qualificar os serviços de saúdes das unidades de ensino do IFFar", a instituição implantou o setor de saúde em seu campus, contemplando as necessidades de pessoal e material?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente
- (c)Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

b) Em relação a meta "Implantar e qualificar os serviços de saúdes das unidades de ensino do IFFar", a instituição assegurou a continuidade de serviços de atenção à saúde do estudante e promoveu projetos de prevenção e promoção à saúde em seu campus?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente (c) Indiferente
- (d)Concordo parcialmente
- (e)Concordo totalmente

c) Em seu campus é realizado atendimento na área social, psicológica, nutricional e de saúde?

- (a)Discordo totalmente
- (b)Discordo parcialmente

- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

d) Em relação a meta "Implantar e qualificar os serviços de apoio didático pedagógico das unidades de ensino do IFFar", em seu campus foram desenvolvidos programas que proporcionaram a permanência dos alunos, com êxito, reduzindo os índices de evasão e retenção?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

e) Em relação a meta "Implantar e qualificar espaços de socialização e politização estudantil", em seu campus foram ampliados e melhorados os espaços de convivência e de práticas esportivas, cultura e lazer?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

f) Em relação a meta "Implantar e qualificar os serviços dos refeitórios das unidades de ensino do IFFar", em seu campus foi construído novo refeitório?

- () Sim () Não

g) Em relação a meta "Implantar e qualificar os serviços dos refeitórios das unidades de ensino do IFFar", em seu campus o refeitório foi reformado?

- () Sim () Não

h) Em relação a meta "Implantar e qualificar a moradia estudantil nas unidades de ensino", em seu campus foi construída moradia estudantil?

- () Sim () Não

i) Em relação a meta "Implantar e qualificar a moradia estudantil nas unidades de ensino", em seu campus foi reformada a moradia estudantil?

- () Sim () Não

j) Em seu campus há a necessidade de construção de moradia estudantil?

() Sim () Não

k) Em relação a meta "Ampliar o número de alunos participantes em atividades extra classes" você considera que a instituição garantiu recursos financeiros para a participação de estudantes em eventos (congressos, simpósios, seminários, eventos esportivos e culturais)?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

i) No período de 2014 a 2019 a redução dos recursos destinados aos Investimentos no IFFar afetou as ações da Assistência Estudantil?

- (a) Discordo totalmente
- (b) Discordo parcialmente
- (c) Indiferente
- (d) Concordo parcialmente
- (e) Concordo totalmente

Disponível em: <https://forms.gle/1G8DUbuHfXA8K8YC6>

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: ANÁLISE DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFFar, NO PERÍODO DE 2014 A 2019.

Pesquisadores responsáveis: Fabiane Barbosa de Almeida Weizenmann – pesquisadora Prof^ª. Dr^ª. Kalinca Léia Becker - Orientadora

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas **Telefone para contato:** (55) 999770523

Prezado Senhor:

Você está sendo convidado a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo da pesquisa é apresentar uma análise dos recursos financeiros, destinados à Política de Atendimento aos Discentes, do IFFar, no período de 2014 a 2019, verificando se questões de ordem orçamentária influenciaram no planejamento elaborado para a assistência estudantil. Como principal benefício, espera-se que os resultados possam ajudar na compreensão da gestão dos recursos financeiros e na definição das ações da Política de Assistência Estudantil

É possível que você tenha algum desconforto ao responder as perguntas. Caso o mesmo se sentir incomodado ou constrangido com as perguntas, poderá não responder a algumas questões ou desistir de participar a qualquer momento. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, **concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.**

_____ (cidade), _____ de _____ de 2020.

Assinatura

ANEXO A - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS IFFAR 2014 - 2018

(Continua)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PRAZO DE EXECUÇÃO
1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do IF Farroupilha.	1.1. Democratizar o Acesso ao IF Farroupilha.	1.1.1. Garantir a isenção da cobrança de taxa de inscrição do Processo Seletivo aos alunos que, comprovadamente, são carentes. 1.1.2. Garantir a participação de todos os interessados no processo de seleção de alunos, bem como, dar condições de igualdade a todos os participantes do processo; 1.1.3. Criar Grupo de Trabalho para definir as formas de ingresso nos cursos técnicos de nível médio, PROEJA e subsequentes; 1.1.4. Utilizar o ENEM e o SISU como forma de ingresso prioritária dos estudantes nos cursos de nível Superior do IF Farroupilha;	2014 a 2019
	1.2. Aumentar em 10% o número de alunos beneficiados com os programas de auxílio financeiro do IF Farroupilha.	1.2.1. Garantir a manutenção e ampliação dos Programas de Auxílio Financeiro aos Estudantes do IF Farroupilha; 1.2.2. Ampliar os recursos financeiros aplicados nos Programas de Auxílio Financeiros aos Estudantes do IF Farroupilha; 1.2.3. Realizar reajuste de 20% nos valores dos benefícios concedidos aos estudantes a cada dois anos.	2014 a 2019
	1.3. Ampliar o número de alunos do IF Farroupilha participantes em atividades extraclasse.	1.3.1. Estimular a participação de estudantes em eventos, congressos e seminários; 1.3.2. Garantir aporte financeiro na matriz orçamentária dos campi para a participação de estudantes em congressos, simpósios, seminários, eventos esportivos e culturais; 1.3.3. Realizar anualmente os Jogos Estudantis do IF Farroupilha e a Mostra Cultural Estudantil; 1.3.4. Incentivar a prática do desporto e as manifestações artístico culturais locais/regionais no âmbito escolar.	2014 a 2019
	1.4. Agilizar o acesso dos estudantes aos benefícios e programas de assistência estudantil.	1.4.1. Estimular a integração e o fluxo de informações entre os setores da Instituição; 1.4.2. Possibilitar a ampliação do acompanhamento aos estudantes para efetividade dos programas; 1.4.3. Implantar sistema de avaliação socioeconômico integrada que possa ser utilizado pelos diferentes programas institucionais de acesso e permanência; 1.4.4. Manter e ampliar a equipe multiprofissional que atua no setor de Assistência Estudantil;	2014 a 2019
1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e	1.5. Implantar e qualificar a Moradia Estudantil nas Unidades de Ensino do IF Farroupilha	1.5.1. Elaborar projeto padrão de Moradia Estudantil do IF Farroupilha; 1.5.2. Construir Moradia Estudantil nos campi que não possuem; 1.5.3. Realizar reformas e melhorias nas Moradias Estudantis existentes.	2014 a 2019

(Conclusão)

Permanência do IF Farroupilha.	1.6. Implantar e qualificar os serviços dos refeitórios das Unidades de Ensino do IF Farroupilha	1.6.1. Elaborar projeto padrão de Refeitório Estudantil do IF Farroupilha; 1.6.2. Implantar o regulamento de segurança alimentar no IF Farroupilha; 1.6.3. Construir refeitório em todas as Unidades de Ensino do IF Farroupilha; 1.6.4. Realizar melhorias e reformas nos refeitórios existentes; 1.6.5. Padronizar a oferta e qualidade dos alimentos servidos nos refeitórios;	2014 a 2019
	1.7. Implantar e qualificar espaços de socialização e politização estudantil	1.7.1. Ampliar e melhorar os espaços de convivência e de prática esportivas, cultura e lazer nas Unidades de Ensino do IF Farroupilha; 1.7.2. Facilitar as práticas desportivas formais e não formais e atividades de lazer; 1.7.3. Promover atividades que estimulem o convívio social dos estudantes; 1.7.4. Estimular a criação de rádio e/ou jornal Estudantil; 1.7.5. Estimular a comunicação entre os estudantes dos diferentes campi do IF Farroupilha, por meio das tecnologias da informação e comunicação e na realização de eventos. 1.7.6. Item 1.10	2014 a 2019
	1.8. Implantar e qualificar os serviços de Saúde das Unidades de Ensino do IF Farroupilha	1.8.1. Implantar o setor de saúde em todas as Unidades de Ensino do IF Farroupilha, contemplando as necessidades de pessoal e material; 1.8.2. Assegurar a continuidade dos serviços de atenção à saúde do estudante e promover projetos de prevenção e promoção a saúde; 1.8.3. Realizar, em todas as Unidades de Ensino do IF Farroupilha, atendimento na área social, psicológica, nutricional e de saúde; 1.8.4. Desenvolver programas e ações para prevenção de doenças e promoção da saúde no contexto escolar;	2014 a 2019
	1.9. Implantar e qualificar os serviços de Apoio Didático Pedagógico das Unidades de Ensino do IF Farroupilha	1.9.1. Criar Núcleos Inclusivos em todos os campi do IF Farroupilha; 1.9.2. Criar, em conjunto com o setor pedagógico, Núcleos de pesquisa acerca das dificuldades encontradas pelos alunos da Instituição; 1.9.3. Reservar em todos os editais (ensino, pesquisa e extensão) 10% de suas vagas a projetos cujo foco esteja nas políticas inclusivas, de gênero e/ou sustentabilidade social; 1.9.4. Desenvolver programas que proporcionem a permanência com êxito reduzindo os índices de evasão e retenção do IF Farroupilha.	2014 a 2019
	1.10. Estimular a criação das representações Estudantis do IF Farroupilha.	1.10.1. Realizar anualmente o Encontro de Lideranças Estudantis; 1.10.2. Garantir a participação dos estudantes em colegiados e órgãos da Instituição; 1.10.3. Garantir espaço físico para funcionamento de Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos.	2014 a 2019
	1.11. Consolidar apoio aos Estudantes do IF Farroupilha, no que tange a melhorias nas condições de transporte escolar	1.11.1. Estreitar relação com Município, Estado e/ou União, a fim de buscar parcerias para subsidiar o transporte para discentes nos municípios onde estes não gozam do direito ao passe livre estudantil. 1.11.2. Implantar normativa para que o transporte público dos alunos, que adentre aos campi, seja credenciado por meio de normas previstas em edital, a fim de garantir um serviço básico com segurança e qualidade.	2014 a 2019

ANEXO B - Diretrizes para Elaboração do PDI – SESU/MEC, 2004.

(Continua)

DIMENSÃO	COMPOSIÇÃO
I. PERFIL INSTITUCIONAL	Breve Histórico da IES; Missão; Objetivos e Metas (Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma); Área (s) de atuação acadêmica.
II. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	Inserção regional; Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição; Organização didático-pedagógica da instituição; Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de: 1) Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares; 2) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular; 3) Atividades práticas e estágio; 4) Desenvolvimento de materiais pedagógicos; 5) Incorporação de avanços tecnológicos. Políticas de Ensino; Políticas de Extensão; Políticas de Pesquisa (para as IES que propõem desenvolver essas atividades acadêmicas); Políticas de Gestão; Responsabilidade Social da IES (ênfase na contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região).
III. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)	Oferta de Cursos: As Instituições deverão apresentar dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos. Informar ainda a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI conforme detalhamento a seguir: Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia); Sequenciais (formação específica, complementação de estudos); Programas Especiais de Formação Pedagógica; Pós-Graduação (lato sensu); Pós-Graduação (stricto sensu); Polos de EAD (atender Portaria Normativa nº 2 de 10 de janeiro de 2007); Campi e cursos fora de sede.
IV. PERFIL DO CORPO DOCENTE	Composição (titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica no magistério superior e experiência profissional não acadêmica); Plano de Carreira; Critérios de seleção e contratação; Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro; Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil do quadro existente e pretendido para o período de vigência do PDI.
V. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES	Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico. Órgãos Colegiados: competências e composição; Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

<p>VI. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES</p>	<p>Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas); Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico). Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil). Acompanhamento dos egressos.</p>
<p>VII. INFRA-ESTRUTURA</p>	<p>Infraestrutura física (detalhar salas de aula, biblioteca, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros); Biblioteca: Quantificar acervo por área de conhecimento (livros e periódicos, assinatura de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários, enciclopédias, vídeos, DVD, CD Rom's e assinaturas eletrônicas); Espaço físico para estudos; Horário de funcionamento; Pessoal técnico-administrativo; Serviços oferecidos; Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo. Laboratórios: Instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, indicando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; Recursos de informática disponíveis; Relação equipamento/aluno; Descrição de inovações tecnológicas significativas. Recursos tecnológicos e de áudio visual. Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/04 e Decreto nº 5.773/06). Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.</p>
<p>VIII. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</p>	<p>Procedimentos de autoavaliação institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES).</p>
<p>IX. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS</p>	<p>Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI: Estratégia de gestão econômico-financeira; Planos de investimentos; Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos).</p>
<p>X. ANEXOS</p>	<p>Projeto pedagógico do (s) curso (s) solicitado (s) para primeiro ano de vigência do PDI. Nota: Os projetos dos cursos aqui elencados, para os quais está sendo solicitada autorização de funcionamento, embora integrando o PDI, deverão constituir arquivos específicos anexados em local apropriado, nas Pastas Eletrônicas da Instituição, no sistema SAPIENS/MEC.</p>

ANEXO C – AÇÕES PLANEJADAS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Plano de Ação Orçamentário Anual 2014-2019: Assistência Estudantil	
AÇÕES – 2014	VALOR
Campus Alegrete	PREVISTO – R\$
Viabilizar a aquisição de material farmacológico para o Centro de saúde (Ação 20RL).	12.543,22
Viabilizar a aquisição de material odontológico para o Centro de saúde (Ação 20RL).	14.907,15
Garantir a aquisição de material de copa e cozinha para o refeitório (Ação 20RL).	2.000,00
Garantir o funcionamento da assist. estudantil através de contrapartida da matriz 20RL (5%) (Ação 20RL).	339.241,40
Viabilizar a aquisição de mobiliário para o alojamento feminino (geladeira; fogão). (Ação 20RL).	3.000,00
Viabilizar a aquisição de equipamento para a melhoria do refeitório do campus (chapa de grelhar). (Ação 20RL).	1.000,00
Viabilizar a aquisição de ventiladores com umidificador para a melhoria das instalações do refeitório e sala de convivência dos alunos do campus (Ação 20RL).	5.000,00
Garantir a execução dos serviços de terceirização de mão de obra de portaria noturna (Ação 2994).	190.000,00
Garantir a execução dos serviços de terceirização de mão de obra de cozinha (Ação 2994).	100.000,00
Garantir a execução dos serviços de terceirização de mão de obra de lavanderia (Ação 2994).	5.077,05
Garantir a manutenção dos serviços de TV por assinatura aos alunos alojamentos e áreas de convivência (Ação 2994).	4.476,72
Garantir a execução do contrato de seguros dos alunos (Ação 2994).	39.729,23
Garantir a execução do Programa Institucional de bolsas estudantis (Ação 2994).	195.346,00
Garantir a execução do programa "Sistema de alimentação", que prevê gratuidade aos alunos (Resolução CONSUP N° 01/2009) (Ação 2994).	205.626,00
Garantir a execução da obra de reforma/manutenção do piso do refeitório, adequando-o às normas vigentes, e obras nos alojamentos (Ação 2994).	10.000,00
Viabilizar a aquisição de uma nova câmara fria para o refeitório, e demais mobiliário e equipamentos (Ação 2994).	23.000,43
TOTAL:	1.150.947,20
Campus Jaguari	
Pagamento de Auxílio Estudantil para os Alunos.	125.999,80
TOTAL:	125.999,80
Campus Júlio de Castilhos	
Garantir a execução dos serviços de refeitório para fornecimento de almoços e lanches diários para os alunos do campus.	193.084,88
Aplicar o valor da matriz orçamentária destinado às ações de Assistência Estudantil (5%).	174.974,10
TOTAL:	368.058,98
Campus Panambi	
Fornecimento de lanches aos alunos (Assistência estudantil).	130.251,65
TOTAL:	130.251,65

Campus Santa Rosa	
Recurso destinado à assistência estudantil (5%) para programas de auxílio aos discentes.	113.721,25
TOTAL:	113.721,25

Campus Santo Augusto	
Assistência Estudantil 5% (custeio).	130.841,95
TOTAL:	130.841,95

Campus Santo Ângelo	
Assistência estudantil - 5% (alimentação, transporte, saúde).	55.000,00
TOTAL:	55.000,00

Campus São Borja	
Bolsas da assistência estudantil.	45.002,00
Garantir a manutenção do serviço de seguro alunos, estagiários.	9.900,00
Garantir a manutenção do serviço de alimentação escolar - refeições prontas - (Ata 2013) # (Parte dos 5% AE + 2994)	85.455,80
Garantir a manutenção do serviço de Lanche # parte dos 5% AE	40.000,00
TOTAL:	180.357,80

Campus São Vicente do Sul	
Atendimento ao educando - bolsas e gêneros alimentícios	491.810,22
Atendimento ao educando - reforma do refeitório	89.166,00
Atendimento ao educando - serviço de refeitório - seguro aluno e operação da caldeira	776.700,00
TOTAL:	1.357.676,22

Campus Avançado Uruguaiana	
Assistência estudantil - 5% (alimentação, transporte, saúde)	20.000,00
TOTAL:	20.000,00

Reitoria	
Contribuir para a Permanência discente na Instituição por meio de aporte financeiro.	2.800.000,00
Promover o Encontro das Lideranças Estudantis da Instituição	12.000,00
Realizar a II Mostra Cultural Estudantil	20.000,00
Realizar a V edição dos Jogos estudantis do IF Farroupilha	55.160,00
Desenvolver projetos sobre Diversidade, Inclusão e Esportes	90.000,00
Incentivar a Promoção e a Prevenção à Saúde	20.520,00
Garantir a Segurança Alimentação aos Discentes conforme preconiza a Resolução nº11/2011	1.147.462,00
TOTAL:	4.145.142,00

TOTAL 2014:	7.777.996,85
--------------------	---------------------

AÇÕES - 2015	VALOR PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	
Garantir a execução do Programa Institucional de bolsas estudantis (Ação 2994).	350.000,00
Viabilizar a aquisição de material farmacológico para o Centro de saúde (Ação 2994).	22.000,00

Viabilizar a aquisição de material odontológico para o Centro de saúde (Ação 2994).	22.700,00
Garantir a execução do programa "Sistema de alimentação", que prevê gratuidade aos alunos (Resolução CONSUP N° 01/2009).	190.300,00
Garantir a execução dos serviços de terceirização de mão de obra de portaria (noturna). (Ação 2994).	162.000,00
Garantir a execução dos serviços de terceirização de mão de obra de cozinha.	174.381,00
Garantir a execução dos serviços de terceirização de mão de obra de lavanderia.	30.000,00
Garantir a manutenção dos serviços de TV por assinatura aos alunos (alojamentos e áreas de convivência (Ação 2994).	4.500,00
Garantir a execução do contrato de seguros dos alunos (Ação 2994).	90.000,00
Garantir a manutenção/reforma dos prédios das moradias estudantis (Ação 2994).	20.000,00
Garantir a aquisição de material de higiene e limpeza (Ação 2994).	15.000,00
Contrapartida de 5% da Ação 20 RL (funcionamento) para despesas da AE (Ação 20RL).	380.803, 90
TOTAL:	1.461.684,90

Campus Jaguari	
Manutenção do Serviço de Refeições (manhã, tarde e noite) para os alunos.	287.939,00
Manutenção do Serviço de Portaria Estudantil para atender à AE - Moradia	130.000,00
Aquisição de Equipamentos para o Refeitório, visando melhorar a estrutura existente.	37.000,00
TOTAL:	454.939,00

Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar a contratação de seguro para estudantes	14.000,00
Garantir a execução dos serviços de refeitório para fornecimento de almoços e lanches diários para os alunos do campus.	190.000,00
Viabilizar a aquisição de alimentos para fornecimento de refeições aos estudantes do campus (5%).	229.122,30
Viabilizar a aquisição de materiais para os cursos na modalidade EAD (Ação 2994).	34.335,00
TOTAL:	467.457,30

Campus Panambi	
Contratação de serviço técnico profissional para atendimento de necessidades especiais (libras).	132.805,00
Assistência estudantil (Ação 2994).	51.016,00
Fornecimento de lanches aos alunos (AE).	130.251,65
TOTAL:	314.072,65

Campus Santa Rosa	
Recurso destinado à assistência estudantil para programas de auxílio aos discentes - 5%	113. 721,25
Concessão de bolsas de assistência estudantil para a Educação a Distância (Ação 2994).	55.389,00
TOTAL:	169.110,25

Campus Santo Augusto	
Assistência Estudantil 5% (custeio) - atendimento dos estudantes através dos programas constantes no regulamento da AE.	137.369,75
Assistência Estudantil (RIP-Geral-EAD) - Concessão de bolsas de AE EAD (Ação 2994).	47.615,00
Fornecimento de alimentação (almoço + lanche).	200.000,00
TOTAL:	384.984,75

Campus Santo Ângelo	
Assistência estudantil - 5% (mais valor p/bolsa).	95.582,12
Garantir a participação dos alunos do campus em prováveis eventos, viagens técnicas entre outras possíveis demandas - Transporte rodoviário de aluno, viagens de ensino.	15.000,00
TOTAL:	110.582,12

Campus São Borja	
Seguro dos alunos.	15.000,00
Transporte rodoviário de aluno, viagens técnicas de ensino.	65.000,00
Assistência Estudantil 5%.	95.455,80
Concessão de bolsas de AE para a EAD – (Ação 2994).	115.718,00
TOTAL:	291.173,80

Campus São Vicente do Sul	
Assistência ao estudante da EPT – bolsas – (Ação 2994).	500.000,00
Assistência ao estudante da EPT - serviços de refeitório, operação caldeira e seguro dos alunos – (Ação 2994).	923.372,00
Serviços de eventos	30.000,00
Atividades esportivas.	15.000,00
Participação em feiras.	15.000,00
TOTAL:	1.483.372,00

Campus Avançado Uruguaiana	
Assistência estudantil - 5% (alimentação, transporte, saúde)	20.000,00
TOTAL:	20.000,00

Reitoria – AE	
Contribuir para a Permanência discente na Instituição por meio de auxílio financeiro.	3.400.000,00
Promover o III Encontro das Lideranças Estudantis da Instituição.	12.000,00
Realizar a III Mostra Cultural Estudantil.	25.000,00
Realizar a VI edição dos Jogos estudantis do IF Farroupilha.	50.000,00
Desenvolver projetos sobre Diversidade, Inclusão e Esportes.	40.000,00
Incentivar a Promoção e a Prevenção à Saúde.	30.000,00
Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme programa institucional de segurança alimentar e nutricional.	1.367.922,00
TOTAL:	4.924.922,00

TOTAL 2015:	10.082.298,77
--------------------	----------------------

AÇÕES - 2016	VALOR PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	
Serviços de auxiliar de cozinha (Ação 2994 – Assistência ao Educando RIP ¹¹)	340.554,36

¹¹ R.I.P. (Regime de Internato Pleno). Os alunos devem ser identificados como tal, pois têm peso diferenciado na composição da Matriz Orçamentária da Unidade de Ensino, tem por objetivo contribuir para permanência de alunos com vulnerabilidade socioeconômica, ofertando residência preferencialmente para estudantes oriundos de outros estados. Para custear este programa são utilizados recursos da

Serviços de lavanderia (Ação 2994)	29.597,64
Serviços de televisão (Ação 2994 RIP)	6.979,20
Serviços de portaria (Ação 2994 - RIP)	533.886,00
Serviços de auxiliar de saúde bucal (ação 2994 RIP)	34.183,56
Seguros de vida de alunos (Ação 2994 - RIP)	91.200,00
Aquisição de medicamentos (ação 2994 – RIP)	3.000,00
Aquisição de materiais odontológicos (Ação 2994 - RIP)	10.300,00
Aquisição de gêneros alimentícios (5% Ação 20 RL)	341.511,45
Aquisição de gêneros alimentícios (Ação 2994 - RIP)	76.500,24
TOTAL:	1.467.712,45

Campus Jaguari	
Ass. Estudantil (5% da ação 20RL custeio)	94.016,94
Serviço de Alimentação - Refeitório	238.375,66
TOTAL:	332.392,60

Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar o deslocamento de docentes e alunos para viagens técnicas e de estudos	80.000,00
Viabilizar a aquisição de alimentos para fornecimento de refeições aos estudantes do campus (5%)	174.782,00
Viabilizar a contratação de seguro para estudantes	14.000,00
TOTAL:	268.782,00

Campus Frederico Westphalen	
Assistência Estudantil - Refeições	800.000,00
Assistência Estudantil - Auxílio Permanência	194.568,00
TOTAL:	994.568,00

Campus Panambi	
Fornecimento de lanches aos alunos (AE - 5% CONSUP)	114.766,94
Assistência estudantil (Ação 2994)	35.711,20
TOTAL:	150.478,14

Campus Santa Rosa	
Seguro dos alunos	14.000,00
Assistência Estudantil (5% da ação 20RL custeio)	108.012,10
TOTAL:	122.012,10

Campus Santo Ângelo	
Assistência estudantil - 5%	93.809,00
Garantir a participação dos alunos do campus em prováveis eventos, viagens técnicas entre outras possíveis demandas - Transporte rodoviário de aluno, viagens de ensino.	44.000,00
TOTAL:	137.809,00

Assistência ao Educando, distribuídos em duas Categorias Econômicas: Despesa Corrente e Despesa de Capital (Fonte: IFBrasília, <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10833/Manual%20do%20Or%C3%A7amento%20-%20202017-ilovepdf-compressed.pdf>, acesso em 13 ago 2020). Essa ação só existe nos campi que possuem alunos em regime de internato pleno.

Campus Santo Augusto	
Assistência Estudantil 5% (custeio) - atendimento dos estudantes através dos programas constantes no regulamento da Assistência Estudantil	137.885,85
Fornecimento de alimentação (almoço + lanche)	40.382,27
TOTAL:	178.268,12

Campus São Borja	
Seguro dos alunos	15.000,00
Assistência Estudantil 5%	122.819,00
TOTAL:	137.819,00

Campus São Vicente do Sul	
Ass. Estudantil (5% da ação 20RL custeio)	320.023,65
Fomento as Atividades Assistência Estudantil	831.838,34
Assistência Estudantil - Complementação Refeitório	526.749,66
TOTAL:	1.678.611,65

Campus Avançado Uruguaiana	
Assistência Estudantil 5%	44.433,50
Seguro alunos	2.000,00
TOTAL:	46.433,50

Reitoria – AE	
Contribuir para a Permanência discente na Instituição por meio de auxílio financeiro.	3.924.921,00
Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme programa institucional de segurança alimentar e nutricional	2.379.702,00
Promover o IV Encontro das Lideranças Estudantis da Instituição	10.000,00
Realizar a IV Mostra Cultural Estudantil	20.000,00
Realizar a VII edição dos Jogos estudantis do IF Farroupilha	55.000,00
Cooperar com atividades institucionais relacionadas a Diversidade, Inclusão e Esportes	50.000,00
Promover o I Encontro dos profissionais da Saúde do IF Farroupilha	10.000,00
TOTAL:	6.449.623,00

TOTAL 2016:	11.964.509,56
--------------------	----------------------

AÇÕES - 2017	VALOR PREVISTO - R\$
Campus Alegrete	
Material de consumo CAE (5% 20RL)	10.000,00
Previsão Correção inflacionária Gêneros Alimentícios (5% 20RL)	72.000,00
Serviços de auxiliar de cozinha (ação 2994 RIP)	397.593,12
Serviços de lavanderia (Ação 2994 - RIP)	35.305,68
Serviços de portaria (Ação 2994 - RIP)	487.794,96
Serviços de auxiliar de saúde bucal (ação 2994 RIP)	34.183,56
Seguros de vida de alunos (Ação 2994 - RIP)	91.200,00
Aquisição de medicamentos (Ação 2994 - RIP)	1.406,68
Aquisição de materiais odontológicos (ação 2994 - RIP)	13.500,00

Aquisição de gêneros alimentícios (5% ação 20 RL)	5.489,03
Ações inclusivas (1,5% matriz 20R)	66.988,71
Aquisição de medicamentos (5% 20 RL)	3.593,32
Promoção de ações culturais (5% 20 RL)	1.500,00
Reforma Alojamentos estudantis (5% 20RL)	20.000,00
Equipamentos e utensílios Refeitório (5% 20RL)	20.000,00
TOTAL:	1.260.555,06

Campus Frederico Westphalen	
Viabilizar a aquisição de materiais destinados às ações Inclusivas (1,5 % total 20 RL)	10.876,85
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório	831.775,63
Viabilizar o pagamento de auxílios diversos os discentes	117.000,00
Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo	20.940,37
Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo (20 RL)	20.000,00
Viabilizar o pagamento de auxílios diversos os discentes	55.000,00
TOTAL:	1.055.592,85

Campus Jaguari	
Aquisição de medicamentos - centro de saúde - 5% AE	15.000,00
Assistência Estudantil - 5% - custeio	846,55
CAI - 1,5% total 20RL (projeto acessibilidade)	19.753,97
Contratação de empresa para colocação de cortinas/blackout moradia estudantil - 5% AE R	10.000,00
Custeio para despesas da CAE (0100-RIP)	688.334,00
Seguro dos alunos - Repasse RT - 5% AE	5.000,00
TOTAL:	738.934,52

Campus Júlio de Castilhos	
Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo.	80.000,00
Viabilizar a aquisição de materiais destinados às ações Inclusivas (1,5 % total 20 RL)	48.821,76
Viabilizar a aquisição de materiais odontológicos, medicamentos, materiais para laboratórios e materiais de expediente diversos	21.000,00
TOTAL:	149.821,76

Campus Panambi	
Suprir as demandas para o fornecimento e lanches aos alunos (5% custeio)	101.436,14
TOTAL:	101.436,14

Campus Santa Rosa	
Assistência estudantil (5% da ação 20RL custeio)	96.100,62
NAI (NAPNE, NEABI)	31.009,22
Seguro alunos	15.000,00
TOTAL:	142.109,84

Campus Santo Ângelo	
----------------------------	--

Assistência estudantil - 5%	93.809,00
Garantir a participação dos alunos do Câmpus em prováveis eventos, viagens técnicas entre outras possíveis demandas - Transporte rodoviário de aluno, viagens de ensino.	44.000,00
TOTAL:	137.809,00

Campus Santo Augusto	
Assistência Estudantil 5% (custeio) - atendimento dos estudantes através dos programas constantes no regulamento da Assistência Estudantil	121.418,75
Fornecimento de alimentação (almoço + lanche)	182.212,87
CAI 1,5% (Total 20RL) - Atendimento aos projetos de Ações Inclusivas	37.925,63
Auxílio Atleta	13.500,00
TOTAL:	355.057,25

Campus São Borja	
Assistência Estudantil (>= 5% Custeio) - seguro de alunos	13.948,98
Auxílio para participação em eventos - Alunos (5% AE)	15.000,00
Ações Inclusivas (>= 1,5% Total 20RL)	27.061,03
Fomento semanas acadêmicas (5 eventos, 5% AE)	15.000,00
TOTAL:	71.010,01

Campus São Vicente do Sul	
Assistência Estudantil - Fornecimento Alimentação Estudantes	676.969,00
Assistência Estudantil - Atendimento de Saúde	40.000,00
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante	1.000.000,00
TOTAL:	1.716.969,00

Campus Avançado Uruguaiana	
Assistência Estudantil (>= 5% Custeio)	44.963,27
Ações Inclusivas (>= 1,5% Total 20RL)	8.992,65
TOTAL:	53.955,92

Reitoria – AE	
Contribuir para a Permanência discente na Instituição por meio de auxílio financeiro.	3.692.240,00
Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme programa institucional de segurança alimentar e nutricional	2.172.535,10
Promover o V Encontro das Lideranças Estudantis da Instituição	6.461,00
Realizar a V Mostra Cultural Estudantil	13.845,90
Auxiliar financeiramente a VIII edição dos Jogos estudantis do IF Farroupilha.	55.383,60
Cooperar com atividades institucionais relacionadas a Diversidade, Inclusão e Esportes.	9.230,60
Promover a capacitação das equipes de saúde da assistência estudantil	11.075,60
Encontro da AE dos Institutos Federais do Estado do Rio Grande do Sul	11.075,60
TOTAL:	5.971.847,40

TOTAL 2017:	11.755.098,75
--------------------	----------------------

AÇÕES - 2018	VALOR PREVISTO - R\$
---------------------	-----------------------------

Campus Alegrete	
Serviços de auxiliar de cozinha (ação 2994 RIP)	397.593,12
Serviços de lavanderia (Ação 2994 - RIP)	35.305,68
Serviços de portaria (Ação 2994 - RIP)	487.794,96
Serviços de auxiliar de saúde bucal (ação 2994 RIP)	34.183,56
Seguros de vida de alunos (Ação 2994 - RIP)	91.200,00
Aquisição de medicamentos (Ação 2994 - RIP)	1.406,68
Aquisição de materiais odontológicos (ação 2994 - RIP)	13.500,00
Aquisição de gêneros alimentícios (5% ação 20 RL)	5.489,03
Ações inclusivas (1,5% matriz 20RL)	23.998,71
Reforma Alojamentos estudantis (5% matriz 20RL)	20.000,00
Equipamentos e utensílios Refeitório (5% 20RL)	20.000,00
Previsão Correção inflacionária Gêneros Alimentícios (5% matriz 20RL)	72.000,00
Aquisição de medicamentos (5% matriz 20 RL)	3.593,32
Promoção de ações culturais (5% matriz 20 RL)	1.500,00
Viabilizar serviços de apoio a estudantes com necessidades especiais (Ações Inclusivas 1,5% matriz 20 RL)	42.990,00
TOTAL:	1.250.555,06

Campus Frederico Westphalen	
Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo	30.000,00
Viabilizar a aquisição de materiais destinados às ações Inclusivas (1,5 % total 20 RL)	38.876,86
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório (5% - 20 RL).	124.589,52
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório.	573.134,50
Viabilizar o pagamento de auxílios diversos os discentes (Permanência, Transporte, Atleta e Eventual)	250.000,00
Viabilizar a contratação de empresa terceirizada para o cargo de Agente de Portaria nos alojamentos	148.083,00
TOTAL:	1.164.683,88

Campus Jaguari	
Aquisição de gás e gêneros alimentícios (0100-RIP+Geral+EAD)	111.644,92
Aquisição de insumos para a produção de gêneros alimentícios para o refeitório (0100-RIP + Geral + EAD)	32.000,00
Aquisição de medicamentos - centro de saúde - (0100-RIP+Geral+EAD)	12.000,00
Aquisição de materiais de consumo para o refeitório (0100-RIP+Geral+EAD)	8.000,00
Bolsas da AE (0100-RIP+Geral+EAD)	250.000,00
CAI - 1,5% total 20RL	19.768,99
Contratação de empresa para transporte de alunos; Visitas técnicas (0100-RIP+Geral+EAD)	8.000,00
Fornecimento Energia Elétrica (parcial) - 5% AE	35.891,65
Manutenção de equipamentos odontológicos (0100-RIP+Geral+EAD)	3.000,00
Portaria Estudantil Feminina (0100-RIP+Geral+EAD)	95.905,41
Portaria Noturna Masculina (0100-RIP+Geral+EAD)	96.018,32
Recurso discricionário para comissões de eventos acadêmicos/institucionais - 5% AE	10.000,00
Seguro dos alunos - Repasse RT - 5% AE	5.000,00
TOTAL:	687.229,29

Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar a aquisição de materiais e serviços destinados às ações Inclusivas (1,5 % total 20 RL)	47.601,22
Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo, bem como o deslocamento de servidores.	70.000,00
Aquisição de materiais de consumo hospitalares	1.500,00
Aquisição de gás GPL para refeitório	34.000,00
Aquisição de Materiais de consumo de Copa e cozinha	4.000,00
TOTAL:	157.101,22

Campus Panambi	
Suprir as demandas de transporte para a realização de viagens e visitas técnicas.	7.000,00
Suprir as demandas para o fornecimento de lanches aos alunos (5% custeio)	103.996,60
Atender demanda das Ações Inclusivas (CAI - 1,5%)	31.198,98
TOTAL:	142.195,58

Campus Santo Ângelo	
Garantir recurso para assistência estudantil (5% do custeio)	65.794,85
Garantir Ações Inclusivas (1,5% total 20RL)	19.738,46
Garantir a realização semana acadêmica/M-TEC	1.000,00
TOTAL:	86.533,31

Campus Santo Augusto	
Assistência Estudantil 5% (custeio) - atendimento dos estudantes através dos programas constantes no regulamento da Assistência Estudantil.	121.418,77
CAI 1,5% (Total 20RL) - Atendimento aos projetos de Ações Inclusivas	37.925,63
Funcionamento do Campus - seguro de vida alunos	15.000,00
Auxílio à participação em eventos	20.000,00
TOTAL:	194.344,40

Campus São Borja	
Seguro dos Alunos - Assistência Estudantil (5%)	14.000,00
Ações Inclusivas (= 1,5% Total 20RL)	28.816,77
Auxílio para participação em eventos - ALUNOS (5% AE)	15.000,00
Fomento semanas acadêmicas (5 eventos, 5% AE)	15.000,00
Aquisição de equipamentos esportivos (5% AE)	2.000,00
Auxílios Alunos - Recurso PNAES	179.978,92
Fomento SEMTEC 2018 (5% Assistência)	6.000,00
Viagens Técnicas demais cursos do IFFAR Campus São Borja	34.055,90
Alimentação Alunos - Recurso PNAES e RIP	450.000,00
Recurso para participação em eventos Científicos, Tecnológicos e Culturais	10.000,00
TOTAL:	754.851,59

Campus Santa Rosa	
Seguro alunos	15.000,00
Assistência estudantil (5% da ação 20RL custeio)	114.587,89
NAI (NAPNE, NEABI) (1,5% 20RL)	36.180,89

TOTAL:	165.768,78
---------------	-------------------

Campus São Vicente do Sul	
Acolhimento, permanência e êxito; - Elaborar material gráfico, contendo todos os regulamentos institucionais de interesse dos discentes.	5.000,00
Acolhimento, permanência e êxito; - Realizar evento de acolhimento e apresentação da estrutura e funcionamento da instituição;	2.500,00
Programa de contenção da evasão; - Realizar formações do corpo docente e técnico sobre os aspectos legais referentes aos processos de avaliação discente;	0
Programa de contenção da evasão; - Criar espaços alternativos de estudo;	5.000,00
Programa de contenção da evasão; - Fomentar/fortalecer atividades de caráter técnico, cultural e esportivo (semanas acadêmicas/tecnológica, jogos de integração, festivais e manifestações culturais, etc.);	16.500,00
Inclusão baseada na dignidade, respeito e valores humanos como garantia de acesso, permanência e êxito a portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero e étnico racial; - Realizar cursos de formação continuada que promovam a sensibilização e a capacitação de alunos e servidores nas temáticas de inclusão, garantindo espaços para discussão e trocas de saberes;	10.000,00
Inclusão baseada na dignidade, respeito e valores humanos como garantia de acesso, permanência e êxito a portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero e étnico racial; - Garantir recursos humanos que possam atender e auxiliar as pessoas com deficiências do campus com vistas a maximizar suas potencialidades	61.746,17
Estímulo a organização estudantil; - Discutir institucionalmente a criação do Diretório Central dos Estudantes;	500
Estímulo a organização estudantil; - Promover formações periódicas, viabilizando atividades de formação política e organizacional com participação de representações de entidades centrais do movimento estudantil;	1.000,00
Ações permanentes de prevenção a DST e uso de drogas; - Elaborar programa de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis;	1.000,00
Ações permanentes de prevenção a DST e uso de drogas; - Elaborar programa de prevenção ao uso de drogas;	1.000,00
Assistência Estudantil - Fornecimento de Alimentação aos Estudantes	1.027.500,00
Assistência Estudantil - Atendimento de Saúde	35.000,00
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Energia Elétrica 30% - Rateio dos campi	140.897,00
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Manutenção Predial 30% - Rateio dos campi	136.800,00
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Refeitório 60% - Rateio dos campi	0
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Refeitório 100% - Rateio dos campi	0
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Operação de Caldeira - Rateio dos campi	275.000,00
Acolhimento, permanência e êxito; - Ampliação do espaço físico do refeitório, utilizando espaço do posto de vendas e salas de aula topografia; (5% Funcionamento/Assistência Estudantil)	49.153,90
TOTAL:	1.768.597,07

Campus Avançado Uruguiana	
Assistência Estudantil (>= 5% Custeio)	29.226,12
Ações Inclusivas (>= 1,5% Total 20RL)	8.992,65
TOTAL:	38.218,77

Reitoria – AE	
Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme o Programa Institucional de segurança Alimentar e Nutricional	2.951.319,00
Promover o VI Encontro das Lideranças Estudantis da Instituição	7.000,00
Realizar a VI Mostra Cultural Estudantil	20.000,00
Auxiliar financeiramente a IX edição dos Jogos estudantis do IFFar.	15.000,00
Cooperar com as atividades de representação estudantil em eventos de entidades legalmente constituídas com essa finalidade	5.000,00
Contribuir para a Permanência discente por meio de auxílio financeiro.	2.744.760,00
Promover o Encontro de Estudantes na Modalidade de Ensino a Distância	10.000,00
Encontro dos servidores da Assistência estudantil	27.999,44
Ações de saúde	200.000,00
TOTAL	5.981.078,44

TOTAL 2018	12.391.157,39
-------------------	----------------------

AÇÕES - 2019	VALOR PREVISTO - R\$
Campus Alegrete	
Aquisição de materiais odontológicos.	5.000,000
Aquisição de medicamentos	10.000,000
Auxílio estudantis – atleta	7.841,150
Auxílios estudantis – eventos	7.841,150
Auxílios estudantis – Permanência	22.500,000
Auxílios estudantis – Transporte.	159.600,000
Auxílios Eventuais.	1.500,000
Cuidador de aluno	46.372,680
Equipamentos e utensílios refeitório	10.000,000
Manutenção Equipamentos odontológicos	20.000,000
Promoção de ações culturais.	1.500,000
Reforma de alojamentos estudantis.	20.000,000
Reforma espaço físico CAE	20.000,000
Serviço de Fornecimento de gás	52.076,430
Serviço de Padaria.	82.607,760
Serviços de auxiliar de cozinha	454.747,680
Serviços de auxiliar de saúde bucal.	36.667,440
Serviços de lavanderia	29.241,120
Serviços de portaria.	533.361,600
Ações Inclusivas.	36.243,360
Material esportivo	8.000,000
Organização de eventos de ensino.	4.000,000
Seguro de Vida dos alunos.	26.880,000
Viagens técnicas.	5.000,000
TOTAL:	1.600.980,370

Campus Frederico Westphalen

Viabilizar contratação de empresa especializada para reforma e manutenção dos prédios de moradia estudantil da unidade.	20.000,000
Viabilizar contratação de empresa especializada em serviços de coleta de resíduos sólidos na unidade.	5.000,000
Viabilizar manutenção do centro de saúde e atividades de prevenção a saúde dos discentes da unidade	2.000,000
Viabilizar a aquisição de materiais, contratação de serviços e palestrantes externos destinados às Ações Inclusivas (1,5 % total 20 RL)	37.187,690
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório	576.748,560
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório (5% - 20 RL).	123.958,990
Viabilizar o pagamento de auxílios diversos aos discentes (Permanência, Transporte, Atleta e Eventual) da unidade	250.000,000
TOTAL:	1.014.895,240

Campus Jaguari	
Seguro dos alunos (5% AE)	5.000,000
Ações Inclusivas (>= 1,5% Total 20RL)	25.335,110
Apoio as ações do Núcleo de Arte e Cultura	4.772,000
Transporte coletivo (visitas técnicas)	9.108,790
Preparo de Refeições - Cozinheiro e Auxiliar de Cozinha	313.345,550
Funcionamento refeitório	23.817,600
Aquisição gêneros alimentícios refeitório (PNAES)	178.458,450
Consumo Odontológico	8.000,000
Bolsas assistência estudantil	220.000,000
TOTAL:	787.837,500

Campus Júlio de Castilhos	
Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo, bem como o deslocamento de servidores.	50.000,000
Viabilizar a aquisição de gêneros alimentícios para assistência estudantil (Ação 20 RL)	175.904,560
Viabilizar a aquisição de materiais farmacológicos	3.990,050
Viabilizar a aquisição de materiais e serviços destinados às ações Inclusivas (1,5% total 20RL)	53.000,390
TOTAL:	282.895,000

Campus Panambi	
Suprir as demandas para o fornecimento de lanches aos alunos (5% custeio)	120.855,630
Auxílio para participação em eventos dos alunos	7.000,000
Suprir as demandas para aquisição de material de consumo para o setor de saúde e AE	4.358,580
Suprir as demandas de transporte para a realização de viagens e visitas técnicas.	7.000,000
Atender demandas de Ações Inclusivas (CAI - 1%)	24.654,550
TOTAL:	163.868,760

Campus Santo Ângelo	
Assistência Estudantil	65.794,850
Ações Inclusivas	19.738,460
TOTAL:	85.533,310

Campus Santo Augusto	
Fornecimento de alimentação para os estudantes do ensino básico (cursos técnicos) através de recurso orçamentário próprio.	361.418,770
Contratação de seguro de vida anual para os estudantes do campus	15.000,000
Manutenção de contrato continuado para fornecimento de serviços de cuidador de saúde e educação para acompanhamento dos estudantes com Necessidades Especiais	65.500,000
Manutenção de contrato continuado para fornecimento de serviços de transporte rodoviário urbano, interurbano e interestadual para viabilização de viagens rodoviárias	7.500,000
Incentivo a qualificação do ensino através de Ações Inclusivas ($\geq 1,0\%$ Total 20RL), além do apoio aos contratos PNE	2.069,310
TOTAL:	451.488,080

Campus São Borja	
Democratizar as ações de diversidade e acessibilidade no campus	32.929,210
Ampliar a abrangência das ações da Assistência Estudantil com foco no aumento de oferta de vagas de cursos Técnicos para a comunidade local e permanência e êxito dos alunos	711.804,000
TOTAL:	744.733,210

Campus Santa Rosa	
Seguro dos alunos	15.000,000
Visitas técnicas	80.000,000
Assistência Estudantil	121.302,090
Ações Inclusivas	38.971,330
TOTAL:	255.273,420

Campus São Vicente do Sul	
Garantir a participação dos estudantes nos debates para definições de metas e ações;	500,000
Criar espaços alternativos de estudo;	3.000,000
Criar programa de monitoria (reforço de estudo);	20.000,000
Fomentar/fortalecer atividades de caráter técnico, cultural e esportivo (semanas acadêmicas/tecnológica, jogos de integração, festivais e manifestações culturais, etc.);	14.000,000
Realizar cursos de formação continuada que promovam a sensibilização e a capacitação de alunos e servidores nas temáticas de inclusão, garantindo espaços para discussão e trocas de saberes;	5.000,000
Garantir recursos humanos que possam atender e auxiliar as pessoas com deficiências do campus com vistas a maximizar suas potencialidades.	65.000,000
Assistência Estudantil - Fornecimento de Alimentação aos Estudantes	1.305.003,890
Assistência Estudantil - Atendimento de Saúde	44.251,010
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Energia Elétrica 30% - Rateio dos campi	180.000,000
Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante - Manutenção Predial 30% - Rateio dos campi	150.000,000
MC01A30 - Assistência Estudantil - Atendimento ao Estudante (Caldeira - Rede Vapor - Lavanderia) Rateio dos campi	270.000,000
TOTAL:	2.056.754,900

Campus Avançado Uruguaiana	
Democratizar as ações de diversidade e acessibilidade no campus	8.709,850

Ampliar a abrangência das ações da Assistência Estudantil com foco no aumento de oferta de vagas de cursos Técnicos para a comunidade local e permanência e êxito dos alunos.	29.032,340
TOTAL:	37.742,190

Reitoria – AE	
Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme o Programa Institucional de segurança Alimentar e Nutricional	3.810.936,990
Contribuir para a Permanência discente por meio de auxílio financeiro.	3.000.000,000
Realizar a VII Mostra Cultural Estudantil	25.000,000
Realização do II Seminário de Educação Diversidade e Inclusão	28.000,000
Ações de saúde	31.000,000
Organizar eventos de representação estudantil (II Formação de Lideranças Estudantis; VI Encontro de Lideranças Estudantis)	10.566,950
Auxiliar financeiramente a X edição dos Jogos Estudantis do IF Farroupilha	100.000,000
TOTAL:	7.005.503,940
TOTAL 2019:	14.487.505,920

Planejamento Extra orçamentário para o período de 2014 a 2019:

AÇÕES - 2014	PREVISTO - R\$
Campus Alegrete	
Garantir a manutenção do refeitório (fornecimento de gás).	83.309,55
Garantir a execução dos serviços de manutenção rede elétrica do alojamento masculino. PARTE 1.	33.466,20
Campus Jaguari	
Reforma e Ampliação Alojamento + sala de convivência	600.000,00
Construção de Ginásio Poliesportivo	1.200.000,00
Aquisição de Equipamento para Sala de Convivência no alojamento	8.222,00
Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar a adequação de área esportiva do campus (reforma no ginásio de esportes e campo de futebol)	600.000,00
Viabilizar a execução da segunda etapa da construção do refeitório do campus	1.381.968,70
Campus Panambi	
Construção de área de Convivência para alunos com lancheria	500.000,00
Construir Prédio do Centro de Saúde no campus Panambi	1.000.000,00
Aquisição de academia para atender atividade de Ensino (prática de educação física)	50.000,00
Contratação de serviço técnico profissional para atendimento necessidade especiais (LIBRAS)	21.641,04
Aquisição de materiais esportivos para atender as práticas de educação física	30.000,00
Aquisição de equipamentos de laboratórios para atender pessoa com deficiência	9.500,00
Campus Santa Rosa	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Augusto	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Ângelo	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus São Borja	

Garantir a manutenção do serviço de seguro alunos, estagiários	15.100,00
Fomentar a participação dos alunos do campus em prováveis eventos, viagens técnicas entre outras possíveis demandas - Transporte rodoviário de aluno, viagens de ensino -	80.000,00
Garantir a manutenção do serviço de lanche	60.000,00
Garantir a manutenção do serviço de alimentação escolar - refeições prontas	150.000,00
Campus São Vicente do Sul	
Construção de calçadas cobertas para acesso ao refeitório	180.000,00
Construção de quadra poliesportiva	350.000,00
Climatização sala de aulas e moradia estudantil	250.000,00
Ampliação do refeitório	300.000,00
Reforma da moradia estudantil	900.000,00
Promover atividades artístico culturais e esportivas - campeonatos e atividades desportivas	9.000,00
Campus Avançado Uruguaiana	
Viabilizar o atendimento ao aluno (aquisição de material farmacológico)	1.000,00
Reitoria	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	

AÇÕES - 2015	PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Jaguari	
Manutenção do Serviço de Transporte visando participação em eventos estudantis, viagens técnicas, aulas práticas.	50.000,00
Manutenção do Serviço de Transporte visando participação em eventos estudantis, viagens técnicas, aulas práticas.	130.000,00
Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar a aquisição de medicamentos e instrumentos médicos e odontológicos	58.500,00
Viabilizar a aquisição de utensílios de cozinha	8.000,00
Viabilizar a ampliação do setor de saúde para consultório odontológico	100.000,00
Viabilizar aquisição de mobiliário para o refeitório do campus	3.000.000,00
Viabilizar aquisição de mobiliário para biblioteca do campus	2.000.000,00
Campus Panambi	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santa Rosa	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Augusto	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Ângelo	
Garantir alimentação escolar (contrato prest. Serviço)	224.000,00
Campus São Borja	
PNAES Assist. Estudantil	456.056,33
Campus São Vicente do Sul	
Assistência ao estudante da EPT - mobiliário centro de convivência dos alunos e moradia estudantil – Ação 2994	170.000,00
Campus Avançado Uruguaiana	
Viabilizar o atendimento ao aluno (aquisição de material farmacológico)	1.000,00
Reitoria – AE	
Contribuir para a Permanência discente na Instituição por meio de auxílio financeiro	1.000.000,00

Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme programa institucional de segurança alimentar e nutricional	500.000,00
---	------------

AÇÕES - 2016	PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	
Viabilizar auxílios estudantis nas modalidades Permanência, Transporte, Atleta e Complementar (PNAES)	715.000,00
Aquisição de gêneros alimentícios (PNAES)	382.000,00
Campus Jaguari	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar a aquisição de medicamentos e instrumentos médicos e odontológicos	58.500,00
Viabilizar contratação de serviço de refeitório para atender a oferta de refeições para os alunos do campus.	385.994,64
Ampliação do setor de saúde para consultório odontológico	100.000,00
Campus Frederico Westphalen	
Ass. Estudantil (Custeio Internato)	147.835,95
Ass. Estudantil Complementação	263.000,00
Campus Panambi	
Contratação de serviço técnico profissional para atendimento de necessidades especiais.	92.963,82
Aquisição de academia interna	70.000,00
Campus Santa Rosa	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Augusto	
Custos de Alimentação e Bolsas Assistência	730.000,00
Campus Santo Ângelo	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	224.000,00
Campus São Borja	
Contratação de empresa p/ fornecimento de alimentação	405.000,00
Transporte rodoviário de aluno, viagens técnicas de ensino	40.000,00
Assistência Estudantil - Concessão de bolsas para a EaD Ação 2994	115.718,00
PNAES Assistência Estudantil	192.681,00
Aquisição de equipamento esportivo - placar eletrônico	20.000,00
Campus São Vicente do Sul	
Fomento as Atividades Assistência Estudantil - Investimentos	650.000,00
Reforma/Ampliação Refeitório	1.000.000,00
Campus Avançado Uruguiana	
PNAES Assistência Estudantil	150.000,00
Alimentação escolar - lanches	75.000,00
Bolsas auxílio - Auxílio transporte	50.000,00
Bolsas auxílio - Auxílio permanência	50.000,00
Reitoria – AE	
Contribuir para a Permanência discente na Instituição por meio de auxílio financeiro.	1.000.000,00
Garantir a segurança alimentar aos discentes conforme programa institucional de segurança alimentar e nutricional	500.000,00

AÇÕES - 2017	PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	

Viabilizar auxílios estudantis nas modalidades Permanência, Transporte, Atleta e Complementar (PNAES)	206.655,66
Aquisição de gêneros alimentícios (PNAES)	776.127,60
Reforma Alojamentos estudantis	70.000,00
Campus Jaguari	
Custeio para despesas da CAE (0100-PNAES, portarias estudantis M, F)	130.000,00
Campus Júlio de Castilhos	
Aquisição de mobiliários e equipamentos diversos para o novo Refeitório da Instituição	200.000,00
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório, bem como a aquisição de gêneros alimentícios diversos, materiais de copa e cozinha e gás GLP	476.734,56
Ampliação do setor de saúde para consultório odontológico	100.000,00
Campus Frederico Westphalen	
Viabilizar a aquisição de materiais destinados às ações Inclusivas (1,5 % total 20 RL)	28.000,00
Campus Panambi	
Construir centro de convivência	823.517,97
Construção da rede elétrica do refeitório.	20.000,00
Campus Santa Rosa	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Augusto	
Custos de Alimentação e Bolsas Assistência - Recurso Reitoria	563.739,60
Fornecimento de alimentação (almoço + lanche) - EO	102.629,78
Auxílio à participação em eventos	13.500,00
Campus Santo Ângelo	
Garantir transporte rodoviário para viagens de ensino (aluno e servidores)	5.000,00
Garantir a realização semana acadêmica/SEMATEC	3.157,45
Garantir o fornecimento de alimentação para os alunos	500.000,00
Garantir aquisições setor de saúde	3.000,00
Campus São Borja	
Seguro alunos	15.000,00
Transporte rodoviário de aluno, viagens técnicas de ensino - (PNAES)	60.000,00
Recurso PNAES - alimentação	385.000,00
Recurso PNAES - auxílios	250.000,00
Assistência Estudantil – Ação 2994 - Concessão de bolsas para a EaD (PNAES)	30.000,00
Assistência Estudantil (>= 5% Custeio) - seguro de alunos	32.899,39
Participação em VT - MEPT (PNAES)	10.000,00
Campus São Vicente do Sul	
Assistência Estudantil (RATEIO DOS CAMPI) - Atendimento ao Estudante (30% Energia Elétrica)	173.100,81
Assistência Estudantil (RATEIO DOS CAMPI) - Atendimento ao Estudante (30% Manutenção Predial)	105.000,00
Assistência Estudantil (RATEIO DOS CAMPI) - Atendimento ao Estudante (REFEITÓRIO)	393.031,00
Assistência Estudantil (RATEIO DOS CAMPI) - Atendimento ao Estudante (LAVANDERIA)	62.000,00
Assistência Estudantil (RATEIO DOS CAMPI) - Atendimento ao Estudante (OPERAÇÃO DE CALDEIRA)	270.000,00
Conclusão reforma moradia estudantil	1.400.000,00
Adequação ao PPCI ginásio de esportes	250.000,00

Conclusão da acessibilidade ao refeitório (passarelas)	350.000,00
Adequação sanitária e de acessibilidade do centro de saúde	350.000,00
Climatização da moradia estudantil	260.000,00
Aquisição de mobiliário para o centro de convivência estudantil	130.000,00
Ampliação e adequação de acessibilidade do refeitório	1.000.000,00
Campus Avançado Uruguaiana	
Recurso PNAES – alimentação	20.000,00
Recurso PNAES – auxílios	44.000,00
Reitoria – AE	
Não há ações extraorçamentárias planejadas	

AÇÕES - 2018	PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	
Viabilizar auxílios estudantis nas modalidades Permanência, Transporte, Atleta e Complementar (PNAES)	206.655,66
Aquisição de gêneros alimentícios (PNAES)	776.127,60
Reforma Alojamentos estudantis	70.000,00
Campus Jaguari	
Contratação de pessoal terceirizado para o refeitório - PNAES)	247.861,40
Campus Júlio de Castilhos	
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório.	383.100,00
Viabilizar a aquisição de materiais odontológicos.	10.000,00
viabilizar o pagamento de auxílios financeiros aos estudantes (Aux. Transporte, permanência, atleta, eventos, aux. eventuais, etc.)	Sem definição de valor.
Viabilizar a aquisição de materiais farmacológicos	9.000,00
Viabilizar a aquisição de gêneros alimentícios para assistência estudantil	270.000,00
Aquisição de veículo para transporte de alunos	120.000,00
Campus Frederico Westphalen	
Reformas nos prédios da moradia estudantil	50.000,00
Campus Panambi	
Reestruturação da rede elétrica e gás do refeitório	25.000,00
Construção centro de Saúde	915.000,00
Instalação do Gabinete Odontológico	60.000,00
Recarga Gás / Refeitório	15.000,00
Suprir necessidade de aquisição de utensílios domésticos	300.000,00
Suprir necessidade de serviço de preparação de alimentos	450.000,00
Construir centro de convivência	823.517,97
Adquirir equipamentos para Gabinete Odontológico recebido como doação	15.000,00
Reestruturação da rede elétrica do refeitório	20.000,00
Atender demandas de ações Inclusivas (CAI - 1,5%)	31.198,98
Campus Santa Rosa	
Não foram planejadas ações extraorçamentárias para AE	
Campus Santo Augusto	
AE (RIP-Geral-EAD) - Concessão de bolsas de assistência estudantil EAD	563.739,60
Custos de Alimentação e Bolsas Assistência (Transporte e Permanência) - Recursos Reitoria	308.115,65
Campus Santo Ângelo	
Garantir o fornecimento de alimentação para os alunos	500.000,00

Garantir aquisições setor de saúde	200.000,00
Garantir transporte rodoviário para viagens de ensino (aluno e servidores), incluindo os jogos estudantis	8.000,00
Garantir a participação na MEPT - transporte	1.900,00
Campus São Borja	
Auxílios Alunos - Recurso PNAES	320.882,32
Seguro Alunos	15.000,00
Viagens Técnicas - MEPT (PNAES)	10.000,00
Viagens Técnicas Esportivas (PNAES)	10.000,00
Serviço de Portaria Diurna e Noturna (02 postos) p/ Casa do Estudante - RIP	160.000,00
Garantir a manutenção do serviço de limpeza - Casa do Estudante - 02 postos - RIP	90.000,00
Campus São Vicente do Sul	
Assistência Estudantil - Auxílios e Bolsas	1.000.000,00
Reformas e melhorias na Moradia Estudantil definidas com a participação dos estudantes;	1.400.000,00
Campus Avançado Uruguaiana	
Recurso PNAES – alimentação	120.000,00
Recurso PNAES – auxílios	80.000,00
Reitoria – AE	
Não há ações extraorçamentárias planejadas	

AÇÕES – 2019	PREVISTO – R\$
Campus Alegrete	
Reforma espaço físico CAE	60.000,00
Serviço de Fornecimento de gás	19.923,57
Campus Jaguari	
Portaria Noturna Masculina/Feminina (PENAES)	207.690,60
Consumo Medicamentos (PNAES)	10.000,00
Aquisição gêneros alimentícios refeitório (PNAES)	3.765,19
Campus Júlio de Castilhos	
Aquisição de gás GPL para refeitório	35.000,00
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório.	334.745,64
Viabilizar a aquisição de materiais odontológicos	1.529,11
Aquisição de materiais de consumo hospitalares	3.705,84
Aquisição de Materiais de consumo de Copa e cozinha e equipamentos diversos, visando o funcionamento do novo refeitório	453.224,57
viabilizar o pagamento de auxílios financeiros aos estudantes (Aux. Transporte, permanência, atleta, eventos, aux. eventuais, etc.)	250.000,00
Viabilizar a aquisição de gêneros alimentícios para assistência estudantil (Ação 2994)	128.803,70
Campus Frederico Westphalen	
Viabilizar contratação de empresa especializada na reforma e manutenção dos prédios de moradia estudantil da unidade.	30.000,00
Viabilizar contratação de empresa especializada para reestruturação do local onde está localizado o campo de futebol transformando-o em um mini complexo esportivo potencializado atividades desportivas e educacionais da unidade	100.000,00
Viabilizar o fornecimento de alimentação aos discentes da instituição através de serviços terceirizados de refeitório.	450.000,00

Realização de transporte de servidores e alunos objetivando a realização de viagens técnicas e de estudo	25.000,00
Campus Panambi	
Suprir necessidade de serviço de preparação de alimentos	450.000,00
Reestruturação da rede elétrica do refeitório	30.000,00
Construção do centro de saúde do campus	900.000,00
Instalação de gabinete odontológico	60.000,00
Suprir necessidade de aquisição de utensílios domésticos	142.316,93
Recarga gás/refeitório	8.150,00
Suprir as demandas para o fornecimento de lanches aos alunos (5% custeio)	709.145,00
Suprir as demandas para aquisição de material de consumo para o setor de saúde e assistência estudantil	48.465,95
Suprir as demandas de transporte para a realização de viagens e visitas técnicas.	3.000,00
Ampliação dos espaços de convivência do campus	10.000,00
Atender demandas de ações Inclusivas (CAI - 1%)	9.540,58
Campus Santa Rosa	
Material de consumo – Refeitório	411.486,03
Assistência Estudantil	575.376,46
Campus Santo Augusto	
Fornecimento de alimentação para os estudantes do ensino básico (cursos técnicos) através de recurso extraorçamentário da Ação 2994 – AE e FNDE	335.800,00
Concessão de bolsas de AE através de recurso extraorçamentário da Ação 2994	293.000,00
Incentivo a qualificação do ensino através de Ações Inclusivas (>= 1,0% Total 20RL), além do apoio aos contratos PNE	14.034,66
Manutenção de contrato continuado para fornecimento de serviços de transporte rodoviário urbano, interurbano e interestadual para viabilização de viagens rodoviárias	30.000,00
Campus Santo Ângelo	
Seguro dos alunos	15.000,00
Campus São Borja	
Ampliar a abrangência das ações da Assistência Estudantil com foco no aumento de oferta de vagas de cursos Técnicos para a comunidade local e permanência e êxito dos alunos	651.000,00
Campus São Vicente do Sul	
Construção de Espaços para Convivência; Licitar, contratar e executar obras;	250.000,00
Criar espaços alternativos de estudo;	7.000,00
Climatizar os apartamentos da Moradia Estudantil;	130.000,00
Assistência Estudantil - Bolsas e Auxílios	1.000.000,00
Campus Avançado Uruguaiana	
Ampliar a abrangência das ações da Assistência Estudantil com foco no aumento de oferta de vagas de cursos Técnicos para a comunidade local e permanência e êxito dos alunos	630.000,00
Reitoria – AE	
Não há ações extraorçamentárias planejadas	